

APRESENTAÇÃO

Esta edição de *Crítica e Sociedade* traz a lume artigos que abordam temas variados no campo das Ciências Sociais. Apresenta reflexões sobre contextos gerais e particulares, de ordem internacional e nacional e procuram manter o espírito da publicação que prima pela divulgação do conhecimento científico visando os princípios democráticos e a pluralidade de ideias científicas e filosóficas.

Abrimos a edição com o artigo *Tempo, trabalho e capital: Diálogo convergente entre Edward Palmer Thompson e Pierre Bourdieu* de autoria de João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior. O autor procura trabalhar os conceitos sociológicos e históricos de tempo, trabalho e capital estruturados nas obras de Pierre Bourdieu e Edward Palmer Thompson, a partir do artigo “Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial” de E. P. Thompson, e da obra *Algérie 60. Structures économiques et Structures Temporelles*, escrita por Pierre Bourdieu.

O artigo *Método, psicologia histórico-cultural e ontologia do ser social: Vygotski e Lukács e a leitura onto-histórica da subjetividade* dos autores Vanessa Furtado e Paulo Wesley Maia Pinheiro, discute a centralidade do método materialista histórico e dialético na Psicologia vygotskiana, trazendo contribuições para a construção de uma Psicologia de base marxista, à luz da Ontologia do Ser Social, a partir do referencial teórico de György Lukács.

Em *Segregação, precarização e mudanças no mundo do trabalho: a perspectiva da análise espacial em São João Nepomuceno / MG*, de Mauricio Velasco e Raquel Gonçalves, os leitores encontram uma análise sobre questões urbanas em municípios de menor escala. São João Nepomuceno é uma pequena cidade industrial de Minas Gerais, de economia baseada nas atividades têxtil e de vestuário. Neste contexto os autores realçam a importância da compreensão do fenômeno do conflito e da segregação sob a ótica das relações de trabalho.

O artigo *A ação dos industriais na Constituição de 1946 e a construção do art. 146 da carta: Estado e indústria na busca pelo desenvolvimento* de José Augusto Marques de Souza e Moacir de Freitas Júnior, remonta os anos de 1940 e apresenta aos leitores as propostas debatidas, no I Congresso Brasileiro da Indústria, em 1944 e suas conexões com a pauta econômica da Constituinte de 1946. Os autores defendem que as teses definidas no I Congresso mostravam que os industriais agiram como classe coesa, com capacidade de articulação perante o Executivo Federal.

Na sequência o artigo *Sob os enquadramentos do colonialismo: a necessidade de repensar as Relações Internacionais*, o autor Tailon Aparecido Gomes Garcia defende o debate pós-colonial no campo das

Relações Internacionais como uma possibilidade de superar lacunas epistemológicas e de enfrentamento – como questões de gênero e de raça.

Em *Evasão na educação superior: o caso de uma universidade pública baiana*, o autor Daniel Cardoso Alves analisa o conceito de evasão e seu comportamento na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Tais fenômenos são discutidos à luz da teoria social de autores como Pierre Bourdieu e outros.

Segue-se aos artigos, por fim, a resenha escrita por Leonardo Barbosa e Silva sobre o livro de *Paulo Martino Jannuzzi*, intitulado *Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnica*.

Os editores

Os editores

TEMPO, TRABALHO E CAPITAL:

Diálogo convergente entre Edward Palmer Thompson e Pierre Bourdieu

TIME, LABOR AND CAPITAL:

Convergent dialogue between Edward Palmer Thonpson and Pierre Bourdieu

João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior¹

Resumo

Este artigo procurou trabalhar os conceitos sociológicos e históricos de tempo, trabalho e capital estruturados nas obras de Pierre Bourdieu e Edward Palmer Thompson. Para cumprir o proposto este texto assentou-se no artigo “Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial” de E. P. Thompson, e na obra *Algérie 60. Structures économiques et Structures Temporelles*, escrita pelo sociólogo francês.

Palavras-chave: Tempo. Trabalho. Capital. Edward Thompson. Pierre Bourdieu.

Abstract

This article sought to work on the sociological and historical concepts of time, labor and capital structured in the works of Pierre Bourdieu and Edward Palmer Thompson. To fulfill the proposal, this writing was based on the article “Time, Labor Discipline and Industrial Capitalism” by E. P. Thompson, and on the work “Algérie 60. Structures économiques et Structures Temporelles” written by french sociologist.

Keywords: Time. Labor. Capital. Edward Thompson. Pierre Bourdieu.

¹ Professor Associado III - Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS). UFV Campus de Rio Paranaíba. Pós-doutorado em Sociologia pelo Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFScar). Mestre em Ciências Sociais pelo PUC-Minas

INTRODUÇÃO

É consenso que Edward Palmer Thompson e Pierre Bourdieu, cada a um em seu estilo, foram pensadores prolíferos que percorreram searas teóricas e empíricas. Verdade é que, mesmo por caminhos diferentes, suas produções margeavam-se e encontravam-se em determinados momentos analíticos, de lado a lado. Cada um deles pesquisou, de forma própria e buscou “dar voz” àquelas culturas e populações até então negligenciadas pela visão tradicional universitária.

Com trajetórias pouco convencionais no ambiente acadêmico foram alteados de intelectuais outsiders² a referências teóricas imprescindíveis para aqueles pesquisadores e interessados em temas ligados às culturas populares e eruditas, movimentos sociais e políticos, estilos sociais e de vida, vida campesina, esportes, literatura romântica, e outras infinidades de assuntos ancorados. Professores rigorosos e atentos às demandas de seus alunos e alunas, acolhia-os com extrema leveza, docilidade, mas com a austeridade necessária a um mestre que tutela seu pupilo. Claro que a prática da docência em ambos se diferenciou em formato, gestos, atitudes, inserção e localidade: enquanto Pierre Bourdieu foi docente na *École de Sociologie du Collège de France*, E. P. Thompson lecionou em cursos não acadêmicos para trabalhadores nas Universidades de Leeds e Warwick, e espaçadamente em universidades estadunidenses como por exemplo, *Pittsburg*, *Dartmouth College*, como também, na *Queen’s University* em Ontário, Canadá, e outras que porventura o convidasse para ministrar cursos sobre as culturas populares inglesas do século XVIII, e temas correlatados.

Será responsabilidade deste texto³ estudar os conceitos sociológicos e históricos de tempo, trabalho e capital pelas óticas de Edward Palmer Thompson e Pierre Bourdieu. Porém é imprescindível acrescentar que embora tanto o historiador britânico, quanto o sociólogo francês ao estruturarem suas noções de capital partem de um mesmo ponto: o conceito econômico de capital fortemente presente nos trabalhos de Adam Smith e posteriormente em Karl Marx. Embora o nascedouro fosse comum a ambos a clivagem existiu. Enquanto E. P. Thompson entendia o capital por uma trilha marxiana, Pierre Bourdieu “subverteu” o conceito ao aplicar sobre ele

² É necessário demarcar que a utilização do termo outsiders neste artigo reclamou abrigo em duas grandes obras sociológicas, que são: **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena cidade** de Nöbert Elias (2000) e **Outsiders: estudos de sociologia do desvio** escrita por Howard Becker (2008). Cada um deles a seu estilo trabalha a noção de comportamentos desviantes em relação as regras hierarquicamente estabelecidas. É por esse tipo de vereda que E.P Thompson e Pierre Bourdieu construíram suas carreiras acadêmicas.

³Este artigo é fruto de uma investigação de Pós-doutoramento em Sociologia realizada no Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto sob a supervisão Professor Doutor Virgílio Borges Pereira.

diferentes possibilidades hermenêuticas, teóricas e empíricas através do conceito sociológico “economia geral das práticas” que é apresentado e desenvolvido em parte considerável de seus trabalhos e pesquisas. Cumpre ainda relatar que neste trabalho o conceito de capital diferirá entre os pensadores aqui contemplados. Enquanto para Edward Palmer Thompson o conceito de capital é o propugnado por Karl Marx, já para Pierre Bourdieu o foco concentra-se no capital econômico, que é indissociável de bens materiais, patrimônios, dinheiro entre outros.

Com o intuito de cumprir o estabelecido, o presente artigo recorrerá ao texto “Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial” de E. P. Thompson, que servirá como seu ponto de apoio. Por outro lado, serão utilizados os conceitos de tempo, trabalho e capital a partir dos postulados teóricos de Pierre Bourdieu contidos no livro *Algérie 60. Structures Économiques et Structures Temporelles*, com o intento de estabelecer um diálogo convergente entre esses dois instigantes e ainda necessários, pensadores contemporâneos.

O DIÁLOGO CONVERGENTE:

A partir do século XIV por toda Europa Ocidental o entendimento e a utilização do tempo cronológico modificam-se substancialmente ao colocar frente a frente: a percepção natural e a impressão mecânica. Em outros termos, havia um “confronto dialético” entre o tempo natural versus o tempo executado mecanicamente. A medição temporal oriunda da natureza baseava-se, de acordo com Thompson (1998), em um sistema relacionado aos trabalhos ligados ao campo, na lida com os animais e no cultivo de terras destinadas a produção de alimentos para a própria subsistência e a familiar. As famílias eram, também, um importante e poderoso núcleo estruturante dessa marcação temporal.

A criação de gado e outros animais, representava uma dupla condição: a primeira a subsistência alimentar e financeira da família e a segunda, a compreensão do passar das horas e do tempo⁴. O pesado dia a dia de labuta no campo requeria uma ocupação diária associada ao tempo da pastagem, e do trabalho cotidiano com os animais. O início e o fim da faina eram demarcados pelo gado e as sucessivas e rotineiras tarefas de pastoreio e manejo que os animais exigiam. A compreensão do correr das horas associava-se ao labor campesino diário. Por outro lado, houve outras comunidades que tinham outras formas, pouco mais sofisticadas para controlar o tempo. O caso dos Nandi é bastante sintomático com relação a utilização do tempo em favor da otimização

⁴Edward Thompson (1998) trouxe à margem que a rotina diária de pastoreio se firmava como elemento demarcador da passagem do tempo.

do fazer rural. Thompson (1998) ao trazer luz à comunidade explica que aquele povo remoto convencionou a marcação temporal não somente a cada hora, mas a cada meia hora do dia. Dessa forma as atividades agrícolas e pastoris tornavam-se mais organizadas e conseqüentemente eficazes em função do baixo desperdício temporal. O ganho econômico em função da regulamentação temporal foi inquestionável.

Edward Palmer Thompson (1998) revela que a incorporação/assimilação das marcações temporais variava de local para local, em função de determinismos sociais, culturais e econômicos. Em alguns países, asseverava Thompson (1998), o tempo era controlado pelo cozimento de alimentos, em particular o arroz; já em outros media-se em quantidade de “Credos⁵” (THOMPSON, 1998). Por sua vez, em outros locais os primeiros raios de sol que banhavam o alvorecer soavam como cantos iniciatórios para a pesada e extenuante jornada laboral que já se fazia reconhecer. Já ao cair da noite, nas primeiras aparições a lua era o convite esperado ao longo de um extenuante dia, para o descanso de um corpo combalido pela jornada massacrante. O interessante é perceber que as modelagens de mensuração do tempo nesses contextos históricos, revelavam-se arbitrários e imprecisos (THOMPSON, 1998).

É preciso, por seu turno, acrescentar que Pierre Bourdieu em suas pesquisas socioantropológicas sobre os camponeses berberes da Cabília, no norte da Argélia, também concentrou esforços para perceber o tempo como um dos fatores preponderantes na ação social daqueles trabalhadores rurais argelinos⁶. E. P. Thompson argumenta que Bourdieu, em seus trabalhos sobre os camponeses do norte de Argélia percebeu uma situação peculiar: a relação existente era de completa submissão associada a completa indiferença em relação a passagem do tempo por parte dos Cabilas. “A pressa é vista como uma falta de compostura combinada com ambição diabólica” (THOMPSON, 1998: p, 270).

Há instaurado aqui um conflito detectado tanto por Edward Palmer Thompson quanto por Pierre Bourdieu, isto é, inicia-se um caminho de cisão entre o tempo social e o tempo do relógio. É possível argumentar que nas duas comunidades em foco o desprezo pelo tempo mecânico era evidente e quase intransponível. Para o historiador britânico tem-se que o desprezo pelo tempo do relógio efetivava-se em comunidades de baixa organização social e de relações mercantis de pouca complexidade. O entendimento do tempo, ainda de acordo com Thompson (1998), era fortemente demarcado pelas imposições cotidiano e das necessidades básicas de sobrevivência.

⁵O Credo é uma oração que se iniciava com a assertiva basilar do cristianismo: “Creio em Deus pai todo poderoso”.

⁶Há que acrescentar que Bourdieu articula a noção de tempo assentada na análise fenomenológica de Husserl. De acordo com Martinez (2017), o tempo foi central na sociologia antropológica de Pierre Bourdieu voltada para os camponeses da Cabília.

O entendimento do tempo para aquelas comunidades rurais se organizava, internalizando-se através dos processos de trabalho para a subsistência. Ambos os autores admitem que o campo econômico e o campo social estabelecem-se em função das tarefas diárias⁷ fato que, impactava frontalmente ao longo da jornada de trabalho modificando-a. O dia poderia ser mais longo ou mais curto em virtude da quantidade, ou não do trabalho a ser concretizado. Aqueles trabalhadores que se pautavam pelos “carrascos ponteiros do relógio” eram ditos como carentes e perdulários (THOMPSON, 1998).

Por outro lado, havia distinções explícitas entre as classes sociais, nomeadamente; entre camponeses e artesãos independentes. Cada categoria ocupava, de acordo com Bourdieu (2011), espaços sociais próprios, formadores das classes sociais⁸. Há, sem incerteza, a distinção dos agentes conforme seus locais de ocupação no espaço social, que variavam em relação a outros campos de preenchimento simbólico, que invariavelmente conferiam capitais sociais, culturais e econômicos diferenciados entre as classes ocupantes de cada estrato social⁹. É meritório acrescentar que Bourdieu esclareceu que o capital simbólico se constrói como intermediador de aptidões que se interligam com as ações sociais dos diferentes agentes executores.

É possível neste momento afirmar que há explicitado tanto em Bourdieu quanto em Thompson o destaque das individualidades autônomas de cada um dos sujeitos executores. O agente histórico no interior das análises de ambos os pensadores, ganha destaque como partícipes de suas histórias de classe. A integração dos relógios de ponto nos espaços sociais de produção e de religiosidade trouxe, ao mesmo tempo, sentimentos opostos. Por sua vez, o entendimento “daquele instrumento” trazia consigo *habitus* e experiências sociais como instrumentos teóricos e dialéticos: a modernidade sustentada pelos costumes e pelas tradições culturais populares! Thompson (1998) levanta um dado cotidiano bastante inusitado; segundo ele, a exatidão dos nascentes relógios era à época bastante contestada e criticada. Recorria-se, explica o historiador

⁷É interessante mencionar que para Edward Thompson as comunidades rurais orientavam-se através da busca e produção de alimentos. Desta forma não havia, para o historiador a separação entre o trabalho e a vida pessoal. Por sua vez, Pierre Bourdieu ao pesquisar os povos Cabílas, mencionou as aproximações dos calendários agrícolas com outros aspectos ligados àquela sociedade Berbere construiu seu próprio *habitus*, conferindo-lhes autonomia e condições concretas de atuação no presente, como manufaturas de suas próprias histórias. Em outros termos, o *habitus*, ao contrário do olhar estruturalista, robustece os agentes sociais como arquitetos de suas próprias vidas.

⁸ Bourdieu (2017) compreende o conceito socio-histórico de classe social tendo como base a sociedade enquanto espaço social no qual as relações sociais são estruturadas e desenvolvidas pelos agentes sociais. Para maiores detalhes ver: Bourdieu, Pierre (2017). *A Distinção crítica social do julgamento*.

⁹Pascal Ragouet (2017) traz na interessante análise ao olhar inúmeras dimensões aplicadas por Bourdieu sobre o espaço social. Relata o professor de sociologia da Faculdade de Bordeaux, que Bourdieu ao escanear o espaço social com seu olhar multidimensional compreendeu as importâncias variáveis de acordo com os campos que se estabeleciam: o político, o social e o econômico. O mote era evidenciar os recursos ou capitais, que possibilitariam ao agente manifestar seu poder de ação frente as disputas ocorridas no espaço social, visando ganhos recursos e ganhos simbólicos ou objetivo no local em disputa.

britânico, as marcações baseadas no sol e em outros elementos da natureza¹⁰. A partir de meados do século XVII os relógios tornaram-se mais seguros e confiáveis com relação a medição do tempo. A grande inovação aconteceu com a implantação nos relógios de ponteiros e pêndulos que contribuíam para sua precisão, diz o historiador que a exatidão dos relógios aconteceu, de verdade, com a aplicação do pêndulo nas máquinas. Os relógios de pêndulo começaram a se espalhar a partir de meados do século XVII. Ainda continua o autor que o acréscimo do ponteiro de minutos aconteceu algum tempo depois (THOMPSON, 1998).

Vale frisar que ao pensar o tempo e seus mecanismos demarcadores, Edward Thompson, em verdade, buscou entender histórica e sociologicamente as culturas populares ou para usar uma expressão corrente ao longo século XVIII os costumes¹¹. Os costumes ou as culturas populares fortaleciam-se a partir de hábitos e circunstâncias cotidianas. Ainda seguindo por essa seara, o costume e suas práticas eram percebidos com enorme dinamicidade que o termo continha em sua apresentação, e, as possibilidades hermenêuticas dela decorridas. Ao mesmo tempo que remetia a lembranças antigas e alentadoras, também poderia associar-se as culturas populares e as eruditas. Ainda assim prossegue Thompson (1998), o termo assumia semelhanças e contiguidades com o direito consuetudinário¹².

Há que colocar que os costumes ou as culturas populares se fortaleciam, de acordo com E. P. Thompson, quando associados a contextos histórico-sociais determinados que serviam de substrato para a criação de uma casca que servia de proteção contra os achaques das culturas governamentais e/ou elitistas. Os resguardos apresentados pelas classes populares para a preservação dos costumes fortaleciam através das tradições orais e pela ampliação do acesso à cultura letrada através do exponencial aumento de textos esparsos, pequenos livretos, mas acima de tudo, pela significativa valorização das tradições orais e pelos processos de alfabetização. Em seu importante argumento:

As práticas e as normas se reproduzem ao longo de gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes. As tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares. Sempre que a tradição oral é suplementada pela alfabetização crescente, os produtos impressos de maior circulação – brochuras com baladas populares, almanaques, panfletos, coletâneas de últimas palavras e relatos

¹⁰Edward Palmer Thompson (1998) apontava que ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX os relógios mecânicos eram acertados e calibrados através dos denominados relógios de sol.

¹¹E.P. Thompson esclarece que a aplicação do termo costume em períodos históricos anteriores era empregado como sinônimo de cultura.

¹²Com precisão Edward Thompson esclarecia que o direito consuetudinário se frutificava em função dos costumes e de seus usos e aplicações corriqueiras que poderiam, ao ser codificadas, tornavam-se força de lei.

anedóticos de crimes – tendem a se sujeitar a expectativa da cultura oral, em vez de desafiá-las com novas opções (THOMPSON, 1998, p. 18).

A passagem suscita uma interessante, entre tantas possíveis reflexões. Nomeadamente a percepção thompsoniana das potencialidades dialéticas das culturas populares tradicionais e até mesmo das ditas conservadoras oriundas da plebe, como denominada pelo historiador. A leitura de Edward Thompson organizava-se no sentido de historiar a cultura a partir de ângulos múltiplos e complementares ao mesmo tempo. Era dessa forma que o historiador britânico exaltava as múltiplas tonalidades dos processos culturais oriundos das classes populares. Em outros termos evidenciava os diferentes habitus do “povo pobre”.

É possível entender que Bourdieu caminha por essa mesma trilha, ou seja, olhar a cultura a partir de uma configuração multifacetada dos arquétipos culturais¹³, ao apresentar um esforço vitorioso de síntese do cabedal sociológico clássico de Marx, Durkheim e Weber referente a cultura. Sendo assim, o sociólogo francês expande o entendimento ao evidenciar os componentes simbólicos estruturantes da cultura, que é fruto das ações sociais.

Os agentes executores adquirem autonomia e protagonismo na formulação das ações sociais, que são estruturadas simbolicamente a partir de indivíduos em seus espaços sociais, protagonistas das ações sociais tornam-se os articuladores das definições socioeconômicas e culturais, integrando-as no espaço social. A objetividade das ações sociais e culturais é constituída e sustentada pelas subjetividades de seus agentes executores. A objetivação da cultura e sua materialização são os pontos fortes de dominação, para lembrar de Max Weber, exercícios de construção dos sentidos simbólicos. Nesta ocorrência, Arruda (2017) e Passiani (2017) estabelecem que as conversões do capital cultural acontecem através de estruturas sociais (habitus) de aprendizagem e assimilação exógenos aos indivíduos. As origens encontravam-se nas instituições sociais, como por exemplo a família, a escola, a religião, a profissão entre outras categorias sociais. Sem a menor dúvida, estava aí, esculpida a salutar ascendência de Durkheim sobre Pierre Bourdieu.

Se Edward Palmer Thompson desenvolveu trabalhos e pesquisas ligadas ao que denominava de culturas populares, a terminologia, por sua vez, não fazia eco nas premissas teóricas de Pierre Bourdieu. Para ele o conceito não continha em si uma precisão sociológica, variando de acordo com os gostos e as predileções intelectuais de quem o utilizava. Não havia, portanto, a correta adequação do termo em função de uma má utilização dos conceitos “cultura dominante” e

¹³Aqui, o termo arquétipos cultural é entendido como uma ação imagística e simbólica que pode ser ordenado em toda a sociedade. Há sim, aqui, uma influência de Carl Gustav Jung (1875-1961) e de sua construção dos arquétipos como a “reunião” de experiências passadas e de padrões comportamentais e individuais que caracterizam a formação das sensações simbólicas que geram sentidos.

“cultura popular”. O sociólogo francês afirmava que seria mais viável e acertado do ponto de vista empírico, discutir as origens das dominações e de suas operações econômicas e políticas decorrentes. Por isso, para ele, a utilização da nomenclatura cultura popular revelava-se infecunda e imprecisa. Neste momento é imprescindível referenciar a afirmação acima exposta. Pierre Bourdieu percebia certa fragilidade e inconsistência nesse conceito sociológico; ao seu juízo havia uma enorme variabilidade interpretativa. Seu emprego acadêmico tornava-se diverso em função do ambiente intelectual no qual estavam inseridos os atores sociais e o “Homo Academicus”. Por outro lado, percebeu também, a fragilidade teórica no emprego dessa faculdade intelectual no interior dos muros da academia, quanto no ventre dos movimentos sociais organizados. O habitus é o farol condutor para o entendimento das práticas simbólicas e de seus executores¹⁴.

A multiplicidade cultural foi metodologicamente utilizada por Thompson como ponto de apoio para o entendimento das transformações sociais em função do exponencial aumento do tempo e do ritmo da produção oriundos do aperfeiçoamento da planta industrial escala devido a incorporação de maquinários e novas modalidades de propulsão durante a Revolução Industrial. Estava instaurado a sincronização entre tempo e o trabalho produtivo. Mesmo assim, E. P. Thompson (1998) apontava algumas contradições, a saber: o rigor do tempo aplicado em pequenas oficinas domésticas de manufatura sem os processos de especialização e produção especializada. Os caminhos produtivos não foram bucólicos como parecem ter sido. Os percursos foram infames e por vezes dolorosos. A natureza inclemente e impiedosa colocava obstáculos que prejudicavam os “seguimentos produtivos”. Em outros termos, o tempo ruim e a chuva intensa e sem compaixão quebrava o ritmo da manufatura, destruía plantações, alagava pequenas cidades e atrasava a produção das tecelagens à medida que encharcava os tecidos.

Por seu turno as nascentes “plantas industriais” revelavam-se ainda “amarradas” por pequenas condições estruturantes, em outros termos, o acúmulo exacerbado de tarefas produtivas secundárias. Thompson (1998) percebeu o embaraçado novelo que complicava o ritmo cotidiano da produção. Dizia ele que as inúmeras e extenuantes tarefas secundárias atrapalhavam o rendimento da produção, fora que, essas tarefas secundárias aconteciam em espaços minúsculos onde espremiavam-se famílias inteiras no ato produtivo. Até mesmo nas maiores e mais organizadas oficinas, o acúmulo de trabalho acessório que represava imensamente o ritmo e o tempo produtivo, também era visível e impactava frontalmente na agenda produtiva daquelas localidades de produção. Continua o autor a destacar que a situação não era muito diferente em locais maiores,

¹⁴Sugere-se a imersão no livro de: PASSERON, Jean-Claude e GRIGNON, Claude. *Le savant et le populaire. Misérabilisme et populisme en sociologie et littérature*. Paris: Seuil, 1989.

mesmo nesses locais os trabalhadores continuavam a exercer tarefas aleatórias que obstaculizavam o ritmo produtivo. Por outro lado, havia, também, o roubo de materiais básicos e insumos relativos a produção (THOMPSON, 1998).

Estavam expostos os retratos fidelizados da precariedade das instituições produtivas de então. As falhas de produção justificavam-se pelas quebras das rotinas produtivas. De fato, esse era um problema de complicada resolução¹⁵ devido a alguns motivos: pouca capacidade manual e intelectual, jornadas irregulares de produção, fraca especialização, baixo profissionalismo¹⁶, dentre outros. O resultado mais sintomático era a completa falta de um cronograma fechado de tarefas diárias, o que permitia uma maior flexibilidade nos dias de trabalho. O ritmo produtivo variava em consonância com os períodos de colheita, com as estações do ano, com o clima e assim por diante.

O trabalho irregular ao longo da semana permitia a alternância de momentos de grande atividade de trabalho, quanto também de longos períodos de ociosidade eram a regra, e não a exceção. Associado a tudo isso, existiam questões ligadas as mais profundas particularidades da vida privada que permitia dormir até mais tarde e compensar estendendo a jornada de trabalho até a noite (THOMPSON, 1998). Outro instigante exemplo colocado pelo historiador britânico é a denominada “santa segunda-feira” que as diferentes categorias profissionais aproveitavam o dia da semana como feriado e também como oportunidade para realizar outras tarefas. A citação é interessante e instrutiva:

A Santa Segunda-Feira parece ter sido observada quase universalmente em todos os lugares em que existiam indústrias de pequena escala, domésticas e fora da fábrica. Essa tradição era geralmente encontrada nos poços de minas, e às vezes continuava na manufatura e na indústria pesada [...]. Em alguns ofícios, os próprios pequenos mestres aceitavam a instituição e usavam a segunda-feira para receber ou entregar encomendas [...]. Em alguns casos, essa ociosidade na segunda-feira é imposta pelo fato de que a segunda-feira é o dia reservado para os consertos das máquinas nas siderúrgicas [...] (THOMPSON, 1998, p. 283).

Entretanto a Segunda-Feira Santa não era extensiva a toda categoria profissional. A vivência subjetiva do trabalho, para usar um tema caro a Bourdieu, era condicionada através de habitus específicos. Por exemplo; os trabalhadores rurais não desfrutavam dessa agradável possibilidade,

¹⁵De acordo com Edward Thompson (1998), o completo saneamento das quebras, e das dificuldades inerentes da produção, só ocorreram com a introdução do processo maquinofatureiro.

¹⁶Para Thompson o maior problema era o baixo grau de profissionalismo associado a necessidade de ocupar diversas frentes de trabalho em função do sustento material.

uma vez que as experiências sociais de trabalho nos campos, em especial aqueles sem cercamento¹⁷, eram tidos como irregulares e produtivamente ineficientes quando colocados frente a frente com os trabalhadores urbanos.

É possível mencionar que as percepções teóricas e empíricas de Thompson e Bourdieu em relação ao trabalho e seus processos assemelham-se e devem ser lidas como dialogais em alguns momentos. O sociólogo francês verteu atenção para o tema trabalho em suas primeiras pesquisas etnográficas em Argélia¹⁸. Lá constatou duas realidades distintas. A primeira, que se aproxima de E. P. Thompson, retrava com especial clareza as comunidades rurais mais depauperadas inseridas em um espaço social pré-capitalista. Assim como Thompson, o método antropológico de Bourdieu fez entender que essa comunidade rural estruturava seu trabalho em conformidade com os caprichos do tempo natural. A natureza em suas variâncias era a guia utilizada para as plantações, extração de alimentos, na caça e pesca, como também na busca de locais seguros para a construção de rudimentares moradias. Ainda caminhando em estado de convergência com Edward Thompson, Pierre Bourdieu detectou que esse grupo de trabalhadores e trabalhadoras rurais sobrevivia em uma condição pré-capitalista. De outra sorte, o segundo grupo é constituído por aqueles trabalhadores que migraram, fugindo da dura rotina do trabalho campesino para as grandes cidades em busca de um futuro idílico e redentor. No entanto, a realidade mostrou-se cruel, o sonho de uma vida próspera desvaneceu em subempregos e em condições degradantes de existência material.

Tanto o sociólogo em seus primeiros trabalhos de grande impacto, quanto o historiador em muitas de suas pesquisas, verteram esforços teóricos e empíricos em comunidades rurais na tentativa de capturar as essências formadoras das múltiplas modalidades de ações humanas. Vale a pena frisar que apesar das semelhanças temáticas os recortes temporais não eram coincidentes em função das áreas de atuação acadêmica de cada qual. E. P. Thompson tinha como escopo preferencial de pesquisa o século XVIII, enquanto Pierre Bourdieu dedicava-se a pesquisas marcadamente ligadas ao tempo presente. As diferenças cronológicas nas respectivas pesquisas, eram sem dúvida alguma a marca de distinção entre o historiador de ofício e o sociólogo.

Ainda buscando captar outras convergências de ideias e de diálogos entre os dois pensadores, nota-se que ambos tinham um entendimento que caminhava em sentido contrário da

¹⁷E.P. Thompson argumenta que a política dos cercamentos das terras comunais e das florestas, tinha entre tantos objetivos, um bastante específico: o controle eficiente do tempo da força de trabalho, fato que ia de encontro com o habitus construído pela Segunda-Feira Santa.

¹⁸A Argélia, em particular a região de Cabília, representam uma guinada radical e profunda de Pierre Bourdieu para a sociologia. Por outro turno, compromete-se publicamente com o processo de independência política do daquele país.

clássica percepção marxiana que o trabalho no sistema capitalista industrial de produção era acima de qualquer possibilidade, um evento de destituição de si mesmo e de desumanização. Em seus Manuscritos Econômicos-filosóficos, Karl Marx (2006) faz a seguinte consideração sobre o trabalho alienado:

Partimos dos pressupostos da economia nacional. Aceitamos sua linguagem e suas leis. Supusemos a propriedade privada, a separação de trabalho, capital e terra, igualmente do salário, lucro de capital e renda da terra, da mesma forma que a divisão do trabalho, a concorrência, o conceito de valor de troca etc. A partir da própria economia nacional, com suas palavras, constatamos que o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à mais miserável, que a miséria do trabalhador se põe a inversa potência [...] (MARX, 2006, p.79).

O conceito de alienação pelo trabalho no capitalismo, será um dos grandes debates travados entre Edward Palmer Thompson e o marxismo estruturalista. As inexpugnáveis batalhas empunhadas pelo historiador britânico no interior do marxismo europeu convergiam em grande sentido pela imanente condição de desumanização imposta a homens e mulheres na labuta fabril. Fato este, execrado teoricamente por Thompson¹⁹. Acreditava ele que os trabalhadores tinham plena consciência de seus corpos explorados, em função disso construíam estratégias eficazes de manutenção e sobrevivência ligadas ao cotidiano, como por exemplo: teatro popular, festejos, literatura, boxe sem luva, entre muitas outras possibilidades.

Pierre Bourdieu, a seu modo, também desconstrói a ideia do trabalho como somente fator de alienação dentro do sistema capitalista. Para ele, respaldado em Durkheim e Weber, o trabalho é o estabelecimento da condição de integração entre os sujeitos executores com a sociedade. Não obstante, Bourdieu não negava, tal qual Thompson, que havia exploração de trabalhadores pelo sistema capitalista. Porém, argumenta o sociólogo francês, para além dos processos de exploração no capitalismo, o ato de trabalhar gerava identidade e a sensação de pertencimento entre os seus membros, através de experiências sociais e profissionais cotidianas.

Com relação aos determinismos teóricos referentes aos processos de alienação originários das organizações dos sistemas produtivos capitalistas, o entendimento de Bourdieu revelou-se complexo, e ao mesmo tempo, refinado. De acordo com o sociólogo, os percursos da alienação através do trabalho não podem ser caminhados sem alguma atenção individual: em determinados

¹⁹Para maiores detalhes ver: MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. A noção de Experiência Histórica e Social em Edward Thompson: percursos iniciais. História e Perspectiva. Revista dos cursos de graduação e do Programa de Pós-graduação em História. Número 1. Edição Especial, pp. 339-413. Uberlândia: Editora da UFU, 2014. E também, MÜLLER, Ricardo e DUAYER Mario (orgs). A carta aberta de E. P. Thompson a L. Kolakowski e outros ensaios. Florianópolis: Editora Debate, 2019

contextos poderia haver trabalhadores (industriais ou rurais) impelidos e submersos com uma brutal ferocidade aos tentáculos obtusos da alienação através do trabalho. Por outro lado, margeando caminhos diferentes, existiam grupos trabalhistas que possuíam completa noção de si e do mundo que os rodeava, portando-se com enorme altivez frente as intempéries naturais contidas nas relações de trabalho²⁰. A seguir a longa citação é de extrema importância para o entendimento da complexidade da situação:

A relação com o mundo é uma relação de presença no mundo, de estar no mundo, no sentido de pertencer ao mundo, de ser possuído por ele, na qual nem o agente nem o objeto são colocados como tais. O grau em que o corpo é investido nessa relação constitui decerto um dos principais determinantes do interesse e da atenção de que se acham nela mobilizados, bem como da importância – mensurável por sua duração, intensidade etc. – das modificações corporais dela decorrentes. (É isso o que esquece a visão intelectualista, diretamente ligada ao fato de que os universos escolásticos tratam o corpo e tudo que a ele associa, em particular a urgência ligada a satisfação das necessidades de da violência física, efetiva ou potencial, de tal modo que ele acaba sendo de alguma maneira posto fora do jogo.) [...] Contudo, é preciso deixar de subestimar a pressão ou a opressão, contínuas e por vezes desapercibidas, da ordem ordinária das coisas, dos condicionamentos impostos pelas condições materiais de existência, pelas surdas injunções e a violência inerte (como diz Sartre) das estruturas econômicas e sociais dos mecanismos por meio dos quais elas se reproduzem [...]. As injunções mais sérias dirigem ao corpo e não ao intelecto [...] (BOURDIEU, 2001, p. 178).

A meritória passagem de Bourdieu possibilita o contato com um interessante livro do sociólogo francês intitulado *Algérie 60. Structures économiques et Structures Temporelles*, publicado no ano 1977. A proposição central desse interessante e imprescindível trabalho, fruto de pesquisas etnográficas de base estatística nos anos 1960 em Argélia foi mapear e entender como eram construídas e solidificadas as relações entre a formação do capital econômico e as estruturas temporais. É possível afirmar, sem o menor receio, que há sólidas aproximações com os trabalhos e pesquisas de E. P. Thompson referentes a temporalidade natural e industrial no capitalismo. Dois importantes trabalhos do historiador trazem em seu nascedouro incrível semelhança, como também, forte influência dessa portentosa obra de Bourdieu. Os referidos textos de Thompson são: *La quête d'une autre expérience des temps e Temps, discipline du travail et capitalisme industriel*.

É permitido associar que o arcabouço temporal estava, segundo Bourdieu (1977), no princípio de todas as ações sociais. Havia, nesse caso, uma relação de interdependência entre os dois fatores que condicionava o fazer-se práticas sociais, culturais, de ajuda mútua, crédito solidário,

²⁰Para um melhor entendimento sugere-se a leitura de: *Meditações Pascalianas* de Pierre Bourdieu (2001).

entre outras possibilidades aventadas pelo sociólogo. A economia pré-capitalista, tanto para Thompson quanto Bourdieu, ultrapassa a questão meramente monetária, integrando a ela facetas simbólicas e cooperativas. A percepção cíclica do espaço social e dos estilos de vida derivavam das variações das práticas econômicas e culturais. Em o *Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais*, explica Bourdieu (1979) que os ciclos plantio e produção em uma economia puramente agrícola é bastante restrita em pequenas áreas produtivas, que se renovam quase todo ano. Por outro lado, Bourdieu (1979) nessa mesma obra, revela que o camponês no período produtivo agrícola não consegue separar o tempo de trabalho do tempo destinado a outras atividades, uma vez que de acordo com o sociólogo francês o ciclo da produção é, geralmente, mais longo (BOURDIEU, 1979).

Edward Thompson anuncia que com a passagem dos anos o trabalho foi adquirindo contornos diferentes daqueles praticados outrora. Em especial nas pautas de reivindicações apareciam em destaques as remunerações, como também, as jornadas de trabalho. Essas primeiras e árduas batalhas travadas pela classe proletária eram, ao juízo de Thompson vestígios irrefutáveis que na e pela luta de classe, trabalhadoras e trabalhadores tornavam-se autoconscientes de suas condições insalubres de trabalho e remuneração, fato que os fazia lutar e reivindicar seus direitos. As pequenas conquistas trabalhistas foram granjeadas através das experiências sociais e de ações políticas de homens e mulheres trabalhadoras. Frente ao capital industrial a organização de classe era a única forma de resistir e continuar adiante. A partir do século XIX que foi decidido pelas remunerações semanais e também, caso houvesse necessidade acrescido do trabalho por tarefas (THOMPSON, 1998). A decisão veio após intensivos embates entre as partes envolvidas, a quebra de máquinas era uma das estratégias usadas pelos trabalhadores. No entanto, as jornadas de trabalho continuavam longas e impiedosas, em particular para as mulheres do campo que, ao contrário dos homens, estendiam por um período maior em função das atividades domésticas que em muitos casos revelavam-se na intimidade do lar ainda mais extenuantes em função do acúmulo das tarefas.

As mulheres somente suportavam a debilitante jornada de trabalho tanto na lida diária nas plantações quanto no ambiente doméstico, em especial no cuidado com as crianças em virtude da construção e consolidação do habitus. A criação dos filhos não poderia ser taxada como um trabalho ciceroneado pelo tempo do relógio, ao contrário. De acordo com E. P. Thompson (1998), as mães de crianças pequenas e de recém-nascidos tinham uma percepção distorcida do tempo em função da maternidade, que se encadeava tão somente pelo ritmo humano: “Ela ainda não abandonou de todas as convenções da sociedade pré-industrial” (THOMPSON, 1998, p. 288).

A “transição” para a sociedade industrial deve ser historiada em acordo com Edward Thompson, tendo como princípio a utilização de metodologias de fronteiras, uma vez que remetem a concepções ligadas ao tempo, trabalho e capital delas decorridas. Na tentativa de preencher as lacunas metodológicas existentes, Thompson sugere a utilização de métodos sociológicos e econométricos para captar as (in) congruências formadoras dos espaços sociais e das experiências concreta dos homens em uma realidade perene e de rápida transformação. Seria, ainda de consonância com ele, um enorme reducionismo enxergar o momento histórico em lúmen exclusivamente pela ótica das transformações/ inovações das produções industriais. A simples transição das manufaturas para os processos maquinais tecnológicos não conseguiria apreender em sua complexidade tais transformações se não houvesse a ação humana como propulsora

O fortalecimento do capitalismo industrial trouxe consigo, além das inovações tecnológicas que refletiram fortemente nas mudanças dos processos industriais com técnicas voltadas para o aumento da produção. A frenética busca pelo aumento do capital produtivo industrial impactou no corpo através do condicionamento temporal. Por outro termo, adestrava-se o corpo em função do tempo tecnológico. A relação construída entre a produção e o tempo construía-se, ao juízo de Thompson, como um modelo mais sofisticado da exploração da mão-de-obra de trabalhadores e trabalhadoras no chão da fábrica. Evidente, como todo processo de inovação tecnológica e controle do tempo foi recebida pela “gente comum” com a aflição daqueles que não compreendiam em totalidade as modificações que se achegavam tanto do ponto de vista da intimidade, como também na faculdade de apreender o novo cenário que se configurava no espaço fabril. Thompson (1998) organiza o pensamento, informando que a Revolução Industrial e seus tentáculos foram percebidos, ora com mais rapidez ora com lentidão, variando de localidade para localidade. Em alguns condados e pequenas cidadelas a hierarquia industrial afrontava pesadamente as culturas populares. A disciplina industrial recaía sobre “as pessoas das classes inferiores” em seus espaços sociais e nos de estilo de vida, não sem relutância, condicionavam a estruturação do corpo físico. Bourdieu (2001) destaca também que o corpo está indissociavelmente ligado ao campo de poder, pelo qual as ações sociais são os instrumentos de relacionamento com o mundo.

As convergências teóricas e metodológicas entre Edward Thompson e Pierre Bourdieu existem e se colocam em exposição. Para ambos é nítido que os sujeitos históricos caminham de acordo com suas ações sociais que são, necessariamente, condicionadas pelo habitus. Bourdieu enfatiza com grande precisão que os indivíduos agem de acordo com sistemas de disposições

resistentes, contidas nos espaços de estilos de vidas²¹. Fato que pode ser nitidamente comprovado quando E. P. Thompson analisa a transição do tempo e do trabalho com Revolução Industrial, ao historiar quais foram as transformações nos espaços sociais e nos estilos de vidas das camadas populares. Os conflitos daí resultados foram, em seu entendimento, os responsáveis diretos da lentidão das transformações econômicas e sociais em Inglaterra.

Destaca-se que a morosidade na consolidação dos campos industriais deveu-se em certa medida pelas irregularidades temporais, como também salariais ainda se faziam presentes como regras incorporadas pelos costumes culturais e populares. De acordo com Edward Palmer Thompson (1998) a razão central das normatizações era, por parte das autoridades centrais e manufatureiras, evitar o ócio e a preguiça dos trabalhadores durante os caminhos da produção dos bens de consumo. Todavia, argumenta que no terço final do século XVIII as relações de trabalho e os salários se transformam em virtude das novas regulamentações aplicadas aos seguimentos produtivos. As observâncias das regras disciplinares nas indústrias, a utilização massiva dos relógios como marcadores temporais como ferramentas voltadas para o trabalho torna-se consolidado e amplamente divulgado. Os relógios vigilantes e impiedosos eram entendidos pelos agentes, como os verdadeiros e únicos responsáveis pelas agruras e malfeitos no interior das indústrias²².

O protagonismo metodológico centrava-se no agente ou sujeito executor, que para Thompson eram os verdadeiros artifices de seus destinos. Pierre Bourdieu, ao pensar o agente, caminha na seguinte direção: a tentativa de analisar concretamente o sujeito social inserido em um espaço previamente determinado. Os agentes tomam atitude em função de suas condições objetivas pertencidas em espaços sociais determinados, Nogueira (2017) acrescenta, com exatidão, que ao conceituar sociologicamente o agente embebido em uma realidade subjetiva e concreta ao mesmo tempo Bourdieu (2001) tinha como interesse acadêmico historiar e captar o mundo social a partir de experiências externas e internas em formato interacionista, que poderiam ser percebidas cotidianamente pelos agentes sociais. Sem dúvida, Pierre Bourdieu (2001) intencionava ampliar sistematicamente os conceitos marxianos e materialistas. Dizia ele:

Em outras palavras, é preciso construir uma teoria materialista capaz de recuperar no idealismo, conforme o desejo expresso por Marx nas Teses sobre Feuerbach,

²¹É interessante pensar que neste caso, Bourdieu caminha em contrário da metodologia tipo ideal das ações sociais de Weber, que as pensa como disposições objetivas e racionais. Já para Bourdieu os indivíduos não agem somente por fatores racionais e objetivos. Existiam outras demandas que ultrapassavam a racionalidade objetivista.

²²As recepções aos relógios nas plantas industriais não foram nada amistosas, ao contrário. O sentimento de ter seu tempo roubado era constante, fato que, associava-se todos os padecimentos trabalhistas como resultados diretos dos relógios. É curioso perceber que as revoltas trabalhistas tinham como alvo os relógios que caçados e destruídos ou alterados alentavam trabalhadores e trabalhadoras desapossados de seu próprio tempo.

o lado ativo do conhecimento prático abandonado pela tradição materialista. Eis precisamente a função da noção de habitus que restituiu ao agente um poder gerador e unificador, construtor e classificador, lembrando ainda que essa capacidade de construir a realidade social, ela mesma socialmente construída, não é de um sujeito transcendental, mas a de um corpo socializado, investido na prática dos princípios organizadores socialmente construídos e adquiridos no curso de uma experiência social situada e datada. (BOURDIEU, 2001, p. 167).

Edward Palmer Thompson (1981) também, à sua maneira, procura jogar luz na primazia do sujeito como executor de sua própria história, tanto na esfera pública, quanto no campo das relações privadas. Posicionando-se frontalmente contra a primazia cega do econômico em detrimento das ações humanas o historiador com sua já conhecida verve coloca-se em oposição ao marxismo estruturalista de Althusser, diz ele:

O absurdo de Althusser está no modo idealista de suas construções teóricas. Seu pensamento é filho do determinismo econômico fascinado pelo idealismo teórico. Postula (mas não procura provar ou garantir) a existência da realidade material: aceitaremos esse ponto. Postula também a existência de um mundo (externo) material da realidade social, cuja organização determinada é sempre, em última instância econômica (THOMPSON, 1981, p. 21).

As transformações no mundo produtivo quanto nas percepções do tempo impuseram um novo olhar sobre as relações fabris avolumadas pela divisão e especialização do trabalho, construindo com isso culturas e costumes diferentes dos antigos. O recente cotidiano inaugurado impôs uma nova rotina para homens e mulheres, o tempo e o trabalho a partir de então, corriam-se em função das determinações impostas pelo capital. Ao injungir as mudanças estruturais a partir das novas condições produtivas, as resistências e oposições foram clarificadas tirando o véu que obscurecia o entendimento dos trabalhadores sobre as novas funções produtivas. As oposições operárias se fizeram presentes frente a “construção” da sociedade capitalista²³, e em função dos corpos inseridos naquela realidade social e operária.

As alterações ocorridas na sociedade industrial em função do aprimoramento das estruturas sociais, sem dúvida, impactaram fortemente nos cotidianos produtivos e na intimidade da vida privada, seccionando assim, duas formas de existência no mundo: Havia aí segundo Bourdieu (2001), uma relação dialética entre o corpo e o mundo social: momento em que, as estruturas e hierarquias condizentes do mundo representavam e apresentavam-se nos planos mentais, físicos e cognitivos sobre os sujeitos imersos em tais realidades. Instituiu-se uma relação de mutualidade, dependência,

²³Argumentava Thompson que nas sociedades de capitalismo estruturado a relação com tempo deve ser, antes de tudo, racional e produtiva, sem espaço para quebras da rotina laboral.

como também, de contradição entre os segmentos, em outras palavras os caminhos comunicacionais e de pertencimento através do cotidiano ali expostos revelavam as contradições entre o mundo da disciplina industrial e o cotidiano de mulheres e homens comuns.

Os processos disciplinares oriundos do capital e do trabalho constroem-se tendo como fundamento de alavancagem a otimização do tempo como mola propulsora para o crescimento industrial e, como era esperado e desejado, para o amadurecimento desenvolvimento econômico. A impacção nos habitus e nas experiências sociais, em seus espaços sociais e nos de estilo de vida, acirrou os olhares disciplinares sobre os agentes enquanto sujeitos históricos, compreendidos a partir de novas estruturas mentais e hierárquicas que imodestamente impunha leis, regras de conduta, valores e prêmios ligados ao crescimento industrial racional, delimitando e conformando as ações sociais, a psique e os comportamentos estruturantes dos grupos sociais, que direta ou indiretamente foram impactados pelas “novas regras” de pertencimento ao grupo social²⁴.

As atitudes pessoais e os estilos de vida tiveram que se conformar com a realidade temporal e industrial, que caiu com peso sobre os ombros e colos fatigados de homens e mulheres, mas que teimosamente ainda buscavam com o último folego a resistência e a adaptabilidade ao “novo mundo”:

O que precisa ser dito não é que um modo de vida seja melhor do que o outro, mas esse é um ponto de conflito de enorme alcance; que o registro histórico não acusa simplesmente uma mudança tecnológica neutra e inevitável, mas também a exploração e a resistência à exploração; e que os valores resistem a ser perdidos bem como a ser ganhos [...] (THOMPSON, 1998, p. 301).

O complemento e o avanço vêm de Bourdieu (2001):

Somente existem ação, história, conservação ou transformação das estruturas, porque existem agentes irreduzíveis ao que o senso comum e o individualismo metodológico introduzem na noção do indivíduo e que, enquanto corpos socializados, são dotados de um conjunto de disposições contendo ao mesmo tempo a propensão e a aptidão para entrar no jogo e a jogá-lo com maior ou menor êxito (BOURDIEU, 2001, p. 190).

As passagens de Thompson (1998) e Bourdieu (2001) mostram com impressionante clareza as respostas de homens e mulheres reais, que mesmo conscientes das vicissitudes encontradas ao longo da jornada continuavam teimosamente a resistir e organizar-se cotidianamente apesar das

²⁴ Edward Thompson vaticina que historicamente não há transformações econômicas apartadas das mudanças na cultura, no habitus e nos espaços de estilo de vida de homens e mulheres comuns.

desilusões que os ameaçava, porém seguiam em frente. As análises do historiador e do sociólogo, cada uma delas com estilos e métricas singulares tingiram em tons fortes e vibrantes a capacidade de trabalhadores e trabalhadoras suportar a fadiga que extenuava os seus corpos pela labuta cotidiana. Apesar de tudo, uma certeza era incontestável: a bola continua a rolar, o tempo a correr e os jogadores recuam e avançam estrategicamente a cada partida. Mas acima de tudo, continuam bravamente a disputar o certame.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A responsabilidade deste escrito foi colocar frente a frente dois instigantes intelectuais contemporâneos: Edward Palmer Thompson (1924-1993) e Pierre Bourdieu (1930-2002). Pensadores inquietos construíram suas carreiras ancoradas em alicerces sólidos e previamente definidos: o rigor empírico, a fecundidade e longevidade de suas pesquisas e trabalhos, a defesa acirrada de suas posições e leituras políticas do mundo que os acolhia à altura, polemistas requintados, vorazes defensores de seus trabalhos e posições políticas e acadêmicas.

Para concretizar essa estimulante e amistosa conversa entre eles foram articuladas as seguintes temáticas: tempo, trabalho e capital, que serviram como articuladoras do diálogo aqui estabelecido. Como substrato para a concretização deste artigo foram utilizados como bússolas *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular e tradicional, quanto *Temps, discipline du travail et capitalisme industriel* de Edward Palmer Thompson e *Meditações Pascalianas e Algérie 60. Structures économiques et Structures Temporelles* produzidas por Pierre Bourdieu. O historiador inglês e o sociólogo francês foram colocados frente a frente através dessas quatro obras referenciais que permitiram ao clareamento de questões ligadas e relacionadas as culturas agrárias e urbanas, as percepções/internalizações das experiências sociais e do habitus em contextos históricos e produtivos específicos de inserção geográfica.

A estrutura de sustentação deste texto obedeceu a seguinte disposição; como texto basilar foi utilizado o artigo de E. P. Thompson, contido na coletânea supracitada, intitulada *Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial*, na qual o autor consagrou esforços teóricos e empíricos para entender como a batida do tempo influi, tanto positiva como negativamente nas disciplinas do trabalho pré-industrial, isto é, nas pequenas e familiares manufaturas até nas nascentes e pesadas plantas industriais. Não obstante, o foco do historiador era entender como marcador temporal transforma-se com a passagem para caminhos de maquinofatureiros. Sem a

menor hesitação, Edward Thompson afirma que a mudança na contagem do tempo afetou o ritmo de vida das gentes comuns com o fortalecimento do capitalismo industrial.

Por seu turno, *Meditações Pascalianas* de Pierre Bourdieu foi indispensável para o melhor entendimento das classes sociais e de seus habitus no interior dos espaços sociais e de estilos de vida. Em certo sentido, Bourdieu de forma mais verticalizada e incisiva, ou de maneira subliminar, já se preocupava com as temáticas desde seus impactantes, no melhor sentido do termo, trabalhos iniciais sobre os trabalhadores rurais em Argélia ao longo dos anos 1950 e 1960. O livro, aqui colocado, serviu como uma potente lente amplificadora para a compreensão que as relações de trabalho em seus processos industriais impactavam para além da tradicional e reducionista leitura meramente economicista.

A proposição para a frondosa conversa entre Bourdieu e Thompson, se deu em função de que ambos acreditavam, e defendiam com afinco, que seria uma leitura obtusa compreender a formação e o estabelecimento das classes sociais tão somente pelo viés econômico e estrutural. Para os dois as classes de trabalhadores diferenciavam-se cultural e socialmente a partir de habitus, para um, e experiências sociais, para outro, que originavam estruturas de ação e resistências culturais próprias. Em outros termos, Thompson e Bourdieu entendiam, e se aproximavam nesse sentido, que os estágios formadores das classes sociais jamais poderiam ser enquadrados e ou formatados em moldes aprisionadores unidimensionais. Pelo contrário, as infindáveis possibilidades faziam-se vivas e presentes em função de questões associadas a elementos ligados a vida privada, ao diálogo inquebrantável e assimilador entre as culturas populares e eruditas, entre as experiências sociais ou habitus, formadores distintos, mas ao mesmo tempo complementares, e também, porque não, processos macro e microeconômicos formadores.

Por último, o atual artigo propõe que há incontáveis semelhanças teóricas e empíricas entre ambos, que estão entronizados no altar dos grandes e imprescindíveis intelectuais produzidos no século passado. Evidente que não é pretensão deste texto esgotar o assunto e suas possibilidades analíticas. Ao contrário, coube a ele descrever alguns passos que podem auxiliar interessados a se aventurarem nos trabalhos intelectuais de Edward Palmer Thompson e Pierre Bourdieu. Enfim há, ainda, uma torrente de leituras e temas que necessitam serem exploradas.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento, Passiani Enio. Campo Cultura. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.] (orgs). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BECKER, Howard. **Outsiders. Estudos da sociologia do desvio.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre A distinção: Crítica social do julgamento. **Porto Alegre: Zouk, 2017.**

BOURDIEU, Pierre. A formação do habitus económico. **Sociologia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.** Volume 14. PP. 09-34. Editora da Universidade do Porto, 2004.

BOURDIEU, Pierre **Meditações Pascalianas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O Desencantamento do Mundo: Estruturas Economicas e Estruturas Temporais.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

BOURDIEU, Pierre **Algérie 60. Structures économiques et Structures Temporelles.** Paris: Minuit, 1977.

CATANI, Afrânio Mendes [et al.] (orgs). **Vocabulário Bourdieu.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

ELIAS, Nibert e SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MALDONADO, Fernando Larrea. Classes Sociais no Papel, Classes Mobilizadas e Lutas pela Classificação em Pierre Bourdieu: Uma discussão em diálogo com o Fazer-se da Classe de E. P. Thompson. In: **Revista Prelúdios.** Salvador: volume 4, n 4, 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2006.

MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. A noção de Experiência Histórica e Social em Edward Thompson: percursos iniciais. **História e Perspectivas – Revista dos Cursos de Graduação e do Programa de Pós-graduação em História.** Número 1- Edição Especial, pp 393-413. Uberlândia: Editora da UFU, 2014.

MÜLLER, Ricardo e DUAYER Mario (orgs). **A carta aberta de E. P. Thompson a L. Kolakowski e outros ensaios.** Florianópolis: Editora Debate, 2019.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. Agente. CATANI, Afrânio Mendes [et al.] (orgs). **Vocabulário Bourdieu.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

PASSERON, Jean-Claude e GRIGNON, Claude. **Le savant et le populaire. Misérabilisme et populisme en sociologie et littérature.** Paris: Seuil, 1989.

PEREIRA, Virgílio Borges e SIBLOT Yasmine (orgs). **Classes sociales et politique au Portugal.** Paris: Éditions du Croquant, 2019.

PEREIRA, Virgílio Borges. Os Estudos de Classe na Sociologia em Portugal. Uma entrevista com Virgílio Borges Pereira. In: **Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP,** São Paulo, V.21, 2014.

PEREIRA, Virgílio Borges. **O Tempo Sociológico.** Palestra. Retirado de: <https://www.youtube.com/watch?v=NZvxBdf9bG8&t=19s>.

RAGOUET, Pascal. Campo Científico. In: CATANI, Afrânio Mendes [et al.] (orgs). **Vocabulário Bourdieu.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SUAUD, Charles. As lutas religiosas do ponto de vista de uma sociologia da incorporação: o corpo sacerdotal (católico) entre a doutrina e a inovação. **Sociologia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.** Volume 19, pp.47-69. Editora da Universidade do Porto, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. **Temps, discipline du travail et capitalisme industriel.** Paris: La fabrique éditions, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. Educação e Experiência. In: **Os Românticos. A Inglaterra na era Revolucionária.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. P. 11-47.

THOMPSON, Edward. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa (3 volumes).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [1963].

THOMPSON, Edward. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade.** 2 volumes. Brasília: Editora da UNB, 2012.

MÉTODO, PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E ONTOLOGIA DO SER SOCIAL: Vygotski e Lukács e a leitura onto-histórica da subjetividade

METHOD, HISTORICAL-CULTURAL PSYCHOLOGY AND ONTOLOGY OF SOCIAL BEING: Vygotski and Lukács and the onto-historical reading of subjectivity

Vanessa Furtado¹
Paulo Wesley Maia Pinheiro²

Resumo

O presente artigo visa discutir a centralidade do método materialista histórico e dialético na Psicologia vygotskiana, trazendo contribuições para a construção de uma Psicologia de base marxista, à luz da Ontologia do Ser Social, a partir do referencial teórico de Lukács. Compreendemos que o diálogo entre Vygotski e Lukács pode aclarar questões na Psicologia Histórico Cultural no que se refere ao método e aos procedimentos metodológicos desenvolvidos por Vygotski. A teoria vygotskiana, sob uma leitura da Ontologia do Ser Social, transcende o campo das aparências, buscando as determinações entre universalidade, particularidade e singularidade, compreendendo o sujeito numa perspectiva de totalidade, indo à essência do que nos faz seres humanas (os), numa leitura onto-histórica da subjetividade.

Palavras-chave: Método, Psicologia Histórico-Cultural, Ontologia do Ser Social

¹ Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2008) e Mestrado em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2013) com Bolsa CNPq. Tem Experiência Profissional e de Ensino, Pesquisa e Extensão em Ciências Humanas e Sociais e da Saúde atuando nos seguintes campos: Psicologia Social, Psicologia Histórico-Cultural, Psicanálise, Educação, Saúde Coletiva, Saúde Mental, Imaginação e Criação, Redução de Danos, Direitos Humanos, Políticas Públicas e Movimentos Sociais ancorado em referenciais teóricos de Cornelius Castoriadis, Luckacs e Vygotsky. Atualmente é Professora Assistente A do curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), mãe de uma filha tendo período de licença-maternidade entre 05/10/2017 e 05/04/2018; Coordenadora do Projeto de Pesquisa "Fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural para Práxis em Saúde Mental"; Coordenadora Regional da Associação Brasileira de Saúde Mental - ABRASME (2018-2020); Conselheira Titular do Conselho Regional de Psicologia 18ª Região, ocupando cargo de 1ª secretária na diretoria do CRP-18 (2019-2022).

² Professor do magistério superior do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso. Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, opressões e ontologia do ser social; educação popular e arteeducação; política social e saúde mental; religião, avanço do neoconservadorismo e formação profissional. Possui graduação em Serviço Social (2011) e mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (2013) pela Universidade Estadual do Ceará. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Política Social da UnB (DF).

Abstract

This paper intends to discuss the centrality of the historical and dialectical materialist method in Vygotskian Psychology, providing contributions to the construction of a Marxist-based Psychology, in the light of the Ontology of Social Being, from Lukács's theoretical framework. We understand that the dialogue between Vygotsky and Lukács can clarify questions in Cultural Historical Psychology regarding the method and methodological procedures developed by Vygotsky. The Vygotskian theory, under a reading of the Ontology of Social Being, transcends the field of appearance, looking for the determinations between universality, particularity and singularity, understanding the subject in a perspective of totality, going to the essence of what makes us beings humans, in a reading on -history of subjectivity.

Keywords: Method, Historical-Cultural Psychology, Ontology of Social Being

INTRODUÇÃO

A entrada da obra de Vygotski no Brasil é marcada por uma séria distorção dos fundamentos de seu trabalho. Tanto o apagamento do fundamento teórico-metodológico marxista quanto os equívocos de tradução contribuíram para que a obra vigotskiana fosse “fatiada” pela academia e se enquadrasse no modelo de ciência burguesa.

Um exemplo deste fatiamento da obra é que, do vasto arcabouço teórico desenvolvido por Vygotski sobre a Psicologia, o que até hoje aprende-se nos cursos de Psicologia no Brasil é o Vygotski teórico do desenvolvimento e da aprendizagem, isto é, um autor restrito à área da Psicologia da Educação.

Esse processo desloca uma das mais importantes contribuições do autor no campo da Psicologia: sua busca e defesa de uma Ciência Psicológica Geral a partir da unidade psicológica da formação da consciência — ou melhor, a “consciência” como o objeto da ciência geral psicológica.

No arcabouço teórico que visa apresentar as determinações da crítica radical presente na teoria vigotskiana, o desvendamento de sua rigorosa identidade com o materialismo histórico e dialético é fundamental. Para uma síntese rigorosa de seu método, o debate precisa superar questões epistemológicas e evidenciar a psicologia histórico-cultural de Vygotsky com princípios de uma dimensão ontológica.

Por isso, é central dialogar com as reflexões de György Lukács, filósofo húngaro que constituiu profunda obra dentro da tradição marxista, assim como Vygotski, desenvolvendo sua trajetória intelectual prioritariamente dentro da URSS. Entre seus escritos, acumulando maturidade teórica, Lukács aprofundou os estudos sobre a ontologia do ser social, sendo responsável por esmiuçar os fundamentos marxianos do trabalho como categoria fundante.

Este artigo, portanto, visa adentrar no necessário debate sobre as questões de fundamento da obra vygotstkiana, a fim de contribuir com as reflexões na área e desvelar questões que ainda se fazem presentes, mas que, na nossa compreensão, são capazes de serem dirimidos se analisados a partir da perspectiva marxiana e, principalmente, à luz da ontologia do ser social lukacsiana.

Dito isso, nossa tarefa será discutir em primeiro lugar a questão do Método Materialista Histórico e Dialético na obra de Vygotski, demonstrando como o processo metodológico desenvolvido por Vygotski para estudo das funções psicológicas superiores — denominado por ele de genético-experimental — está radicado no método marxiano.

O DEBATE TEÓRICO SOBRE O MARXISMO DE VYGOTSKI: UM PANORAMA POTENTE PARA UMA PSICOLOGIA ONTO-HISTÓRICA

A robusta contribuição teórica de Vygotski serviu de base para o que chamamos hegemonicamente de psicologia histórico-cultural, e sublinha décadas de prosseguimento de seus preceitos em todo o mundo. Pesquisadoras (es) criativas (os) e comprometidas (os) permanecem realizando estudos para a compreensão da construção subjetiva e a intervenção profissional crítica, indo de encontro às formas mais conservadoras e majoritárias do saber científico.

Em que pese essa substantiva empreitada, há diferenças e divergências no interior do debate em que, por vezes, perseveram as artimanhas da ciência burguesa, como a reprodução de uma compreensão metodológica manualesca ou das repartições temáticas e apelo ao foco em especialidades — modelo tão corriqueiro nas cátedras. Essa forma de compreensão acaba por empobrecer a potencialidade da obra do autor e dissolver seu fundamento radical.

Na direção contrária à essa tendência, o pensamento crítico que busca evidenciar as bases metodológicas centradas no materialismo histórico e dialético demonstra essa capacidade mais ampla, instigam novos estudos e corroboram com uma direção que implica rigor crítico diante das diversas correntes científicas da sociedade do capital.

Este tema vem sendo longamente debatido por autoras (res) vygotstkianas (os) que buscam elucidar os equívocos interpretativos sofridos pela teoria em nosso país. É o caso, por exemplo, dos trabalhos de Newton Duarte (2000) e Silvana Tuleski (2000), os quais sublinham a ênfase que o próprio Vygotski dava ao método materialista histórico e dialético.

No texto “Para Ler Vygotski: Recuperando parte da Historicidade Perdida”, Tuleski aponta distorções sofridas pela obra, seja pela apropriação de traduções não fidedignas, seja por apropriação de parte da teoria, fatiando sua densa contribuição à Ciência Psicológica.

Outro trabalho que também visa responder as confusões causadas na compreensão da obra é a tese de doutorado de Zóia Prestes (2010), que aborda a questão das traduções equivocadas, bem como de traduções que, deliberadamente, retiraram parte importante da obra vygotskiana, justamente os referentes ao arcabouço teórico e metodológico de seu trabalho: o materialismo histórico e dialético.

Paes (2006) recupera conceitos utilizados pelo autor — como “psicologia dialética”, “materialismo psicológico” e “psicologia marxista” — para manifestar esse paralelo teórico distante de uma mera especialização temática do autor russo. Fittipaldi (2006), por sua vez, destaca as dimensões da dialética — por exemplo, “totalidade, contradição e superação” — como elementos centrais para o autor.

Já Romanelli (2011) coloca a crítica vygotskiana na vulgarização da dialética materialista, afirmando que os estudos particulares do autor são indissociáveis do seu fundamento teórico-metodológico, constituindo uma crítica de questões epistemológicas da psicologia hegemônica e sendo uma produção potente para novos estudos sobre a formação subjetiva.

Santa & Baroni (2014) asseveram a construção teórica da psicologia histórico-cultural vygotskiana com raízes marxistas e atentam para os aspectos políticos e sociais da direção teórica do autor afirmando que:

Vygotski não foi um teórico do marxismo, mas um pensador marxista. Essa sutil diferença representa um fator determinante dentro da sua configuração intelectual, na medida em que o pensamento marxista representava o substrato teórico sobre o qual Vygotski construiu a sua psicologia, mas não os limites aos quais ela estava circunscrita. O materialismo histórico-dialético, entendido como método mais coerente de leitura da realidade em seu desenvolvimento histórico, representou para Vygotski uma importante ferramenta na tarefa de estabelecer um modelo científico de estudo dos fenômenos psíquicos (p. 02).

Dessa forma, não é a tergiversação sobre Marx que faz um autor marxista, mas sim a coerência teórico-metodológica na apropriação das determinações do real, apreendendo as mediações necessárias para construção teórica a fim de compreensão e transformação radical da essência dos fenômenos estudados numa dada condição histórica.

Isto posto, a compreensão de método não é dissociada de uma dimensão ontológica, sendo este debate central para a elucidação do marxismo de Vygotski (e tudo que deriva dessa mediação), pois, como disse Chasin (2009, p. 89), “... conferida a natureza ontológica do pensamento marxiano, é fértil principiar esta parte derradeira por uma honesta provocação: a rigor, não há uma questão de método no pensamento marxiano”.

MÉTODO, PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E ONTOLOGIA DO SER SOCIAL:

Vygotski e Lukács e a leitura onto-histórica da subjetividade

Vanessa Furtado

Paulo Wesley Maia Pinheiro

O tom provocativo do autor lukacsiano brasileiro principia a oposição da ideia de método comumente estabelecida, pois, se por ele se compreende “... uma arrumação operativa, a priori, da subjetividade, consubstanciada por um conjunto normativo de procedimentos, ditos científicos, com os quais o investigador deve levar a cabo seu trabalho, então, não há método em Marx” (CHASIN, 2009, p. 89). Para o marxismo e, portanto, para Vygotski, o método para compreender a realidade advém dela mesma, que, por sua vez, pode ser conhecida e transformada.

PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL: UMA LEITURA ONTO-HISTÓRICA DA SUBJETIVIDADE

Para compreender tal paradigma, é preciso mergulhar nos fundamentos ontológicos de Marx apreendendo a teoria de Georgy Lukács, autor que detalhou essa dimensão e aprofundou suas determinações, apresentando uma formulação substantiva da essência histórica do ser social.

O filósofo húngaro desenvolveu arrojado arcabouço sobre o alicerce marxiano, esmiuçando o desenvolvimento do salto ontológico que evidencia a principal característica que nos faz humanos, promovendo uma formação *sui generis* sobre a relação do ser humano com a natureza e sua capacidade de criação e transformação como um ser da práxis, a partir do trabalho como categoria fundante. Carmo & Jimenez (2013, p. 630) colocam que:

Com base em nossa investigação, inferimos que o fato de Vygotsky não ter propalado de modo explícito o problema ontológico não significa que sua psicologia esteja isenta de um pressuposto de natureza ontológica. Nesse sentido, postulamos que, consoante a essa perspectiva, não hesita Vygotsky ao demarcar a essência radicalmente histórica do homem, indicando o trabalho como momento decisivo que opera a passagem do ser meramente biológico ao ser social, trazendo à luz uma nova esfera ontológica, na qual impera, igualmente, um novo tipo de atividade vital, qual seja, a atividade transformadora, porquanto livre e consciente. Estabelece, assim, em seus termos próprios, a relação fundante-fundado, entre trabalho e linguagem, concebendo, portanto, esta última categoria tão cara a suas investigações, em vinculação ontogenética com a atividade prática dos homens. Os escritos de Vygotsky atestam, ademais, que este ergueu todo seu complexo categorial sobre a possibilidade da emancipação humana, condição somente possível de forma cabal no terreno da ontologia.

A dimensão ontológica sobre a obra de Vygotski ilumina seu rigor metodológico, sua identidade política, desviando de instrumentalizações para particularismos sobre seus estudos, potencializando a construção no campo da psicologia mais do que uma perspectiva histórico-cultural, mas sim onto-histórica, compreendendo as determinações essencialmente históricas do ser social, a cultura como práxis coletiva dentro do complexo da reprodução social e a constituição

da subjetividade com base materialmente ancorada numa perspectiva distante do estruturalismo, do idealismo e da naturalização fisiológica, na qual orbitam diversas correntes teóricas.

Carmo e Jimenez (2013) debatem as aproximações entre Vygotski e Lukács em artigo fruto da tese de doutoramento de Carmo (2012). As autoras afirmam a centralidade do “trabalho” na obra de Vygotski, o que, de acordo com elas “... tal postulado seria consistente com os princípios marxistas recuperados por Lukács, com a ontologia do ser social” (CARMO & JIMENEZ, 2013, p. 621).

Em “Manuscritos de 1929”, ainda que não tenha sido um texto preparado pelo autor para publicação, Vygotski nos dá pistas de seu pensamento radicado no trabalho. Ao criticar a compreensão pavloviana sobre a constituição da personalidade.

A questão está na personalidade. Pavlov compara o sistema nervoso ao telefone, mas toda a especificidade da Psicologia do homem está em que nela, em um ser único, estão unidos o telefone e a telefonista, isto é - o aparelho e o manejo dele pelo homem. Através do mecanismo do reflexo condicionado a natureza maneja o homem, mas as ligações naturais podem condicionar quaisquer e todas as ligações possíveis da conduta, exceto a mudança da própria natureza. Nas ligações naturais não está incluída **a necessidade do trabalho e atividade do trabalho** (VYGOTSKI, 1929/2000, p.31, grifo nosso).

E de qual necessidade Vygotski fala aqui? Podemos entender esta necessidade do trabalho como em Marx quando este faz a comparação entre o trabalho humano e atividade das aranhas¹. As necessidades do trabalho são direcionadas de modo consciente para uma finalidade futura. O ser humano é capaz de controlar sua própria conduta e projetar seu comportamento para o futuro, para além do imediatamente dado.

A ação do homem, surgida durante o processo de desenvolvimento histórico-cultural do comportamento, é uma ação livre, quer dizer, independente da necessidade vigente - que capta diretamente a situação - **uma ação orientada para o futuro**. Segundo a extraordinária expressão de Engels ‘o homem mesmo tem sido criado pelo trabalho’ (K.Marx, F. Engels, Obras, t 20, pág 486), quer dizer, que o trabalho criou as funções psicológicas superiores que distinguem o homem como tal.(metodologia para análise das funções psi superiores). (VYGOTSKI, 1927/1991/ p.187, grifo nosso)

Essa é exatamente a centralidade presente na dimensão ontológica apreendida por Marx. De acordo com Lukács (2012, p. 294, grifo nosso),

A ontologia marxiana do ser social exclui a transposição simplista, materialista vulgar, das leis naturais para a sociedade, como era moda, por exemplo, na época do ‘darwinismo cultural’. As formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que a práxis social surge e se explicita a partir do ser natural, tornando-

se cada vez mais claramente sociais. Esse desenvolvimento, todavia, é um processo dialético, que começa com um salto, **com o pôr teleológico no trabalho** para o qual não pode haver nenhuma analogia na natureza.

Compreender como fundamentais os elementos do método marxiano, constituídos para a reflexão sobre uma dada sociedade, nos permite um salto na percepção sobre a psicologia como ciência. A compreensão da construção da subjetividade sintetizou uma postura metodológica que buscou ultrapassar dicotomias entre teoria e prática, trazendo a necessidade do conhecimento profundo da realidade como premissa para transformá-la, buscando a compreensão das contradições inerentes dos processos históricos e abarcando a complexidade de estudos dos mais diversos fenômenos existentes na sociedade.

Em Marx, o ponto de partida não é dado nem pelo átomo (como nos velhos materialistas), nem pelo simples ser abstrato (como em Hegel). Aqui, no plano ontológico, não existe nada análogo. Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto ... Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: 'formas do existir, determinações da existência' (LUKÁCS, 1978, p. 2-3).

O desenvolvimento de uma tessitura metodológica que não dissipe as determinações materiais da constituição das ideias, superando tanto a vulgarização materialista do campo imediatista e pragmático quanto o idealismo, é um dos elementos-chave do materialismo histórico e dialético, que sublinha a possibilidade de compreender a formação subjetiva em unidade com a objetividade da vida social. Por isso Mészáros (2013, p. 58) destaca o rigor do pensamento lukacsiano ao tratar da relação universal-particular-singular:

O culto direto da totalidade, a mistificação da totalidade como imediaticidade, a negação das mediações e interconexões complexas de umas com as outras só podem produzir um mito e, como provou o nazismo, um mito perigoso. O outro extremo da separação não dialética, ou seja, o culto da imediaticidade e a negação da totalidade, das interconexões objetivas entre os complexos individuais, também é perigoso e produz a desorientação, a defesa da fragmentação, a psicologia da insignificância de nossas ações, a rejeição cínica da atividade inspirada pela moral e a aceitação impotente de nossas condições, por mais inumanas que sejam. Não surpreende que Lukács rejeite os dois extremos.

Nesse sentido, a realidade não é um elemento abstrato, ontologicamente metafísico, muito menos um conjunto de experiências individualmente fragmentadas e oriundas de percepções exclusivamente subjetivas. O aprofundamento do reconhecimento do ser humano e toda sua

complexidade a partir de uma perspectiva radicalmente histórica e materialista perpassa pela categoria trabalho.

A capacidade de satisfação das necessidades pela transformação consciente da natureza, possibilitando a transformação e complexificação de sociabilidade, é um nexos central para a compreensão da relação dos indivíduos e de sua inerência social:

A mudança estrutural provocada pelo pôr teleológico no trabalho, pela relação-sujeito objeto ontologicamente nova que nesse se forma, que é chamada a vida, pelas suas consequências diretas às quais também pertence a linguagem como órgão de comunicação, recebe exatamente nesse totalidade, em sua abrangência objetiva das formas e conteúdo de todos os destinos individuais, nas inter-relações entre os processos de reprodução dos destinos e seu conjunto, a sua constituição como totalidade social, como fundamento objetivo de toda generalidade no nível do ser da sociabilidade (LUKÁCS, 2010, p. 90).

Nesse sentido, a noção de historicidade e a desnaturalização do cotidiano são postulados para superação das dimensões fenomênicas, não apenas como meros elementos explicativos. É dentro da dimensão concreta da historicidade que se pode desvendar as determinações das construções inerentes ao ser humano como ser social; os fenômenos mais complexos do presente se constituem numa processualidade dentro dos diversos complexos sociais, tal qual os limites e as possibilidades das particularidades são determinados pelo chão da história.

É com base na categoria trabalho como fundante do ser social que a formação da consciência e de outras formações psíquicas superiores — como o pensamento lógico, a vontade e a memória consciente — é compreendida.

Os estudos dos particulares dos sujeitos sociais e as peculiaridades e facetas consonantes às dimensões subjetivas que possam aparecer nos seus cotidianos não podem ser entendidos com real concretude sem essa noção de que o processo de subjetivação não se dá de forma isolada de uma ordem social — portanto, coletiva e vigente —, sendo esses sujeitos dialeticamente frutos e construtores desse processo.

Enquanto não forem desvendadas as inter-relações entre as ideologias (inclusive as mais elevadas e as mais ricas) e a ontologia do cotidiano, a saber, a elevação do modo de dirimir os conflitos a partir do cotidiano e simultaneamente o ingresso e a dissolução das ideologias nele, tanto a continuidade do desenvolvimento da humanidade como o caráter de suas crises parecerão inexplicáveis (LUKÁCS, 2013, p. 561-62).

Se por um lado a aproximação com Lukács, por meio da ontologia do ser social, ilumina o trabalho de Vygotski e nos apresenta um autor radicalmente marxista, por outro, a obra vigotskiana

nos ajuda a compreender as questões relativas à subjetividade e, mais ainda, à formação da consciência a partir da compreensão do desenvolvimento psíquico humano, das funções psicológicas superiores como fruto do salto ontológico da humanidade.

Toda atividade realizada pelo ser humano, sendo mediada — ou seja, construída partindo-se de influências mútuas e sínteses que o sujeito realiza entre sua história e a história da sociedade em que vive, do seu meio e suas habilidades internalizadas — possibilita pensar que há sempre uma reconstrução individual daquilo que primeiro se aprende em coletividade.

As visões naturalizadoras, que concebem o desenvolvimento humano como um processo maturacional linear, consequência de estruturas filogenéticas já estruturadas nas crianças ao nascer, são contrapostas pela visão da teoria histórico-cultural, a partir da noção de complexidade envolvida nas relações entre os determinantes filogenéticos, ontogenéticos e histórico-culturais.

Lev S. Vigotsky faz uma revisão crítica dos fundamentos das principais correntes da psicologia burguesa que irão influenciar a compreensão desta e de outras ciências humanas, não somente no que tange à interpretação das psicopatologias, mas também do processo de desenvolvimento humano. O autor tece sua crítica e constrói, a partir do método materialista histórico-dialético, os fundamentos para uma compreensão humana psicológica.

Com diferenças e similitudes, Vygotski e Lukács partem de uma concepção metodológica alicerçada em Marx e buscam o desvendamento da realidade, compreendendo-a como síntese de múltiplas determinações. Esse entendimento anuncia a complexa forma das determinações da formação da subjetividade humana, posto que Marx, a partir de uma longa jornada teórica de superações dialéticas, caminha para o desvendamento da estrutura da sociedade burguesa, apreendendo, criticando e superando elementos da filosofia alemã, sobretudo do idealismo hegeliano e do materialismo feuerbachiano, da construção política do socialismo francês do século XIX e da economia política inglesa, sobretudo na crítica à Adam Smith e David Ricardo.

Estudar a formação da subjetividade, tal e qual fenômenos de adoecimento e saúde mental e as suas motivações na sociabilidade contemporânea não é, e nem deve ser, uma análise com visão determinista, relacionando-a de forma direta e exclusiva com os aspectos econômicos e os processos de trabalho, mas há que se perceber a ligação desses elementos para o entendimento amplo, crítico e profundo desse fenômeno. Essas questões não são abstratas e desconexas; estão intrinsecamente ligadas ao fundamento ontológico do ser social.

Para compreender a complexidade do ser social, é preciso uma Psicologia capaz de considerar os seres humanos como seres monistas, que se constituem e se modificam a partir do

MÉTODO, PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E ONTOLOGIA DO SER SOCIAL:

Vygotski e Lukács e a leitura onto-histórica da subjetividade

Vanessa Furtado

Paulo Wesley Maia Pinheiro

trabalho e que, por isso, também constituem e são constituídos pelo meio em que vivem. De acordo com Vygotski (1991, p. 99-100),

A psicologia dialética parte, antes de tudo, da unidade dos processos psíquicos e fisiológicos. Para a psicologia dialética a psique não é, como expressará Spinoza, algo que se faz além da natureza, um Estado dentro de outro, se não uma parte da própria natureza, ligada diretamente às funções da matéria altamente organizada do nosso cérebro.

Assim, continua o autor:

A psicologia não deve ser considerada como uma série de processos especiais que existem em algum lugar em qualidade de complementos por cima e a parte dos cerebrais, se não como expressão subjetiva desses mesmos processos, como uma faceta especial, uma característica qualitativa especial das funções superiores do cérebro (VYGOTSKI, 1991, p. 100).

Isto posto, faz-se necessário compreender, então, os fenômenos psicológicos superando visões que orbitam a anulação do fisiológico diante da prevalência do psíquico e vice-versa, ou seja, prevalecendo noções fisiologistas. Aqui não se pode falar em identidade, tampouco em relação entre os fenômenos; o que temos, neste caso, é de fato uma unidade — para Vygotski (1991, p.101), são justamente os “(...) processos psicofisiológicos singulares e únicos que constituem as formas superiores de comportamento do homem”.

Até Hoje, toda psicologia (inclusive a freudiana) sofre por conceber o seu método a partir do ser humano artificialmente insulado, isolado da sociedade capitalista e de seu modo de produção. Trata de suas peculiaridades, assim como o efeito do capitalismo, enquanto qualidades permanentes que são imanentes ao ‘homem’, que são ‘prescritas pela Natureza’. Semelhante à economia, à jurisprudência burguesa etc., fiza-se nas formas superficiais produzidas pela sociedade capitalista; não percebe que está somente aceitando as formas de sociedade capitalista e que, em consequência, não pode emancipar-se dela (LUKÁCS, 2009, p. 220).

O desenvolvimento e o aprofundamento de uma psicologia dialética e materialista, que compreenda a relação histórica possibilitam uma leitura de realidade mais complexa, uma noção de individualidade repleta de diferentes determinações, criando possibilidades para a formação de processos interventivos mais amplos.

O MÉTODO DO VYGOTSKY MARXISTA E SEU FUNDAMENTO ONTOLÓGICO

Se é fundamental pensar os significantes e significados, se é importante constituir reflexões sobre a formação da consciência, se é elementar aprofundar os estudos sobre o comportamento, se é crucial investigar as questões genéticas e fisiológicas, se é salutar dialogar sobre a influência do meio para a formação individual, tudo isso precisa ser feito compreendendo as profundas conexões estruturais, sem dualismos, naturalizações, sociocentrismo ou subjetivismos.

A radical divergência entre a concepção de método presente na teoria marxiana e os trabalhos da ciência hegemônica se traduz numa teoria social que supera as bases da estrutura do conhecimento positivista e da crítica reformista e irracionalista.

Uma dificuldade de tornar mais expressiva essa leitura vem da forma como as correntes hegemônicas compreendem a questão do método e da teoria. Enquanto para o marxismo essa é uma dimensão de unidade, para parte expressiva de outras perspectivas teóricas o primeiro precede a segunda, ficando a crítica ao formato também circunscrita às tendências espontaneísta ou subjetivistas, que acabam por dissolver o debate, e não superá-lo.

Enquanto há autores que consideram Vygotski um “metodólogo” podemos encontrar nos textos do próprio rechaçamento desta ideia quando, por exemplo, ao concordar com Espinosa na crítica a *O Discurso do Método* cartesiano, afirma que Descartes “constrói um império dentro de um império” e vai, *ad infinitum*, construindo métodos para analisar o melhor método de análise da realidade, ou seja, nunca se chega a analisar a própria realidade. (VYGOTSKI, 1991).

Nesse sentido, Vygotski (1991, p. 286) entende que metodologia é parte do método, ou dele derivado, e escreve:

Recorrendo a uma comparação ao âmbito industrial, o processo metodológico equivaleria, por sua natureza, a elaboração do meio de produção. Mas na indústria, a elaboração dos meios de produção não constitui um processo inicial especial, se não uma parte do processo de produção e depende dos mesmo processos e instrumentos de produção que o resto da produção.

Mais à frente, o autor demonstra que, quando se tem por base para análise teórica do conhecimento a lógica dialética e o materialismo para o conhecimento da realidade, percebemos como a preconcepção de procedimentos metodológicos se revela insuficiente para a construção de uma teoria da realidade observada. Por isso, Vygotski (1991, p. 289) afirma:

Este novo enfoque [materialista histórico e dialético] nos leva a que a realidade determina nossa experiência, que a realidade determina o objeto da ciência e seu método que é totalmente impossível estudar os conceitos

de qualquer ciência prescindindo da realidade representada por estes conceitos. F. Engels assinala repetidas vezes que para a lógica dialética a metodologia da ciência é o reflexo da metodologia da realidade.

O que podemos notar de evidente em sua obra é o rigor com o qual o autor buscava pensar os procedimentos metodológicos da Psicologia enraizados no método materialista histórico e dialético. Por óbvio que não se encontrará, nos textos de Vygotski, um debate sobre a categoria mercadoria, por exemplo, mas para qualquer debate marxista sério esta é uma questão tão primária quanto fruto da herança burguesa, positivista, no modelo de se pensar e fazer ciência.

Encontra-se, nos textos de Vygotski, uma forma de se analisar a Ciência Psicológica calcada nas análises históricas e sociais do desenvolvimento da própria ciência, é nisso em que reside a radicalidade marxista do trabalho deste autor. Dito de outro modo, assim como Marx, Vygotski não deixou um manual de aplicação do método. As categorias, os caminhos e os instrumentos de pesquisa são dados pela própria realidade e não estão na descrição de uma fórmula.

Em última instância, percebe-se, em Vygotski e Marx, uma profunda crítica ao positivismo na ciência e à própria forma de se compreendê-la, uma vez que seus procedimentos metodológicos não podem ser replicados infinitas vezes encontrando sempre o mesmo resultado porque eles compreendiam seu objeto de estudo como algo que deve ser interpretado dentro de uma universalidade, mas respeitando suas particularidades.

É este o caminho da lógica dialética, a expressão da universalidade na singularidade, mas mediada pela particularidade. E esta particularidade não deve ser simplesmente descartada pois dela se retira elementos importantes para construir, pensar a singularidade e perceber/analisar esta singularidade como algo que está sempre em movimento e transformação.

Quando Vygotski fala da necessidade de uma Ciência Psicológica Geral, ele diz isso nestes termos, da importância de análises particulares de objetos singulares que componham e expressem a ciência geral. No caso da Psicologia, se seu objeto de análise é o ser humano e a formação da sua consciência, portanto da análise do ser humano singular, compreendido como um ser que expressa a genericidade humana que é mediada pela particularidade das condições de vida.

Os autores da tradição marxista realizam suas formulações sobre o método de modo muito diverso. Entre polêmicas, rebaixamentos instrumentais e abstrações teóricas, há uma síntese que sobrevive e se revitaliza por meio das particularidades dos objetos de análise, da dinamicidade da própria realidade e da posição dos sujeitos que pesquisam. É preciso pensar as diferentes formas de materializar o método desenvolvido e expresso na teoria marxiana a partir de tripla dimensão, indissociável: ontológica, reflexiva e procedimental.

Nessa esteira, a dimensão genético-experimental de Vygotski, então, é a mais imediata dessa unidade. Não é menos importante; ao contrário, deriva de uma base ontológica que almeja conhecer a realidade como ela é e consubstancia uma mediação de instrumentos e técnicas para o processo reflexivo das determinações do real, mas é, ainda assim e por isso mesmo, um dado particular do método, circunscrito aos procedimentos metodológicos. Nesse sentido, Lukács (2012, p. 303) afirma:

No âmbito do ser social, porém, o processo genético é um processo teleológico. Disso resulta que seu produto assume a forma fenomênica do produto acabado e definido, fazendo desaparecer a própria gênese em nível imediato tão somente quando o resultado corresponde à finalidade, em outras palavras, é precisamente o seu caráter inacabado que impõe uma referência direta ao processo genético.

O método em si se expressa nessas formulações, mas é, antes de tudo, a compreensão mais ampla que sintetiza um conjunto presente numa lente materialista, de perspectiva historicamente determinada, que busca a dimensão da totalidade e sua unidade com os processos mais singulares do seu estudo particular.

Em primeiro lugar, é preciso compreender que o caminho, cognoscitivamente necessário, que vai dos “elementos” obtidos pela abstração até o conhecimento da totalidade concreta é tão somente o caminho do conhecimento, e não o da própria realidade. Este último, ao contrário, é feito de interações reais e concretas entre esses “elementos”, dentro do contexto da atuação ativa ou passiva da totalidade graduada. Disso resulta que uma mudança da totalidade (inclusive das totalidades parciais que a formam) só é possível trazendo à tona a gênese real (LUKÁCS, 2012, p. 313).

O materialismo histórico-dialético nem pode ser encarado como um conjunto de regras e passos metodológicos do modo positivista/funcionalista, nem um bojo espontaneísta envolto de proselitismos, como encanta o esfarelamento pós-moderno.

Para o método construído e derivado da teoria marxiana, a lógica do objeto de estudo determina a construção da teoria, construção no campo das ideias das determinações da realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dimensões do materialismo histórico e dialético na obra de Vygotski superam a busca de um conjunto de regras, técnicas de coletas de dados e procedimentos utilizados revelando, assim, o potencial ontológico de sua compreensão sobre a formação subjetiva e da individuação humana.

A negação dos fundamentos marxistas, seja por questões ideológicas, seja fruto dos anos de vulgarização teórica, é, acima de tudo, o rebaixamento do autor e de sua teoria para recortes apenas do campo imediato e de objetos particulares, perdendo sua perspectiva revolucionária.

É preciso não obscurecer sua vinculação de estudo com a necessidade de transformação radical da sociabilidade, passando pelas determinações materiais, inclusive a economia, mas tendo seu estudo focado nas questões da psicologia, da subjetividade, dos processos individuais e nos mais diversos elementos e problemas daí derivados.

A formulação lukacsiana que revela uma ontologia desnaturalizada, sem romper a base material da natureza, mas protagonizando a essência humana na capacidade de complexificar a relação com a mesma, distanciando de suas barreiras, transformando o meio, a si mesmo e as relações por sua capacidade coletiva de satisfazer necessidades imediatas a partir da capacidade teleológica, realizando prévia-ideação, lidando com as causalidades e materializando formas de intervir, criando o novo, ampliando as possibilidades, inclusive de novas necessidades, é base para o entendimento da possibilidade de fazer história, de complexificação para o desenvolvimento da noção de indivíduo, da formação subjetiva.

O caminho de ida e de volta, numa perspectiva dialética, a lente crítica que busca partir dos fenômenos em busca de uma essência não natural, nem sobrenatural, tampouco estática ou fixa, mas historicamente construída nas relações sociais materialmente ancoradas por sujeitos individuais e coletivos na sua relação com a natureza e a sociedade, é um princípio que amplia a concepção de método.

Não é por acaso que esses fundamentos foram duramente invisibilizados ao longo do último século, especialmente na compreensão dos procedimentos metodológicos genético-experimentais na obra vygotskiana. O apagamento do marxismo, seja explícito, seja por via de uma suavização para recortar apenas o método ou plastificá-lo academicamente nas gavetas isoladas das especialidades científicas, seja por desconhecimento ou discordância ontológica.

Tal fenômeno ocorre com diversos autores e confirmam uma tentativa de afastar a vinculação irremediável desses sujeitos da compreensão da realidade, do seu objeto de estudo e das suas formulações científicas com uma teoria social que vise ir à raiz da forma de sociabilidade vigente para superá-la.

Olhar os fundamentos da psicologia histórico-cultural de Vygotski pela lente da construção da ontologia do ser social de Lukács revela as determinações mais rigorosas do método marxiano e da tradição marxista, que busca compreender as determinações entre sujeito e objeto para além de questões epistemológicas, aprofundando a dimensão ontológica na tessitura dialética entre

MÉTODO, PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E ONTOLOGIA DO SER SOCIAL:

Vygotski e Lukács e a leitura onto-histórica da subjetividade

Vanessa Furtado

Paulo Wesley Maia Pinheiro

objetividade e subjetividade, no desvendamento das determinações, por uma perspectiva de totalidade que busca as mediações entre universalidade-particularidade-singularidade.

REFERÊNCIAS

CHASIN, José. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009, página citada 89.

CARMO, Francisca Maurilene do; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. Em busca das bases ontológicas da psicologia de Vygotsky. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 18, n. 4, p. 621-631, Dec, 2013, páginas citadas 621 e 630. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722013000400005&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Feb. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722013000400005>.

FITTIPALDI, Cláudia Bertoni. A influência que as ideias marxistas exerceram sobre Vygotsky. **Revista da Educação**. I (1): 74-78, 2006. Disponível em <http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=3universobelohorizonte3&page=article&op=view&path%5B%5D=3327&path%5B%5D=2137>.

LUKÁCS, Georg. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Temas de Ciências Humanas, tradução de Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, p. 1-18, 1978, páginas citadas 2-3.

LUKÁCS, Georg. A psicologia das massas em Freud. **Psicanálise & Barroco em revista**, 7(1): 219-224, 2009, pág. citada 220. Disponível em: www.seer.unirio.br/index.php/psicanalise-barroco/article/view/8815

LUKÁCS, Georg. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. São Paulo: Boitempo, 2010, pág. citada 90.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012, páginas citadas 294 e 303.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013, páginas citadas 561-562.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**: Livro I: o processo de produção do capital; São Paulo: Boitempo, 2013, páginas citadas 255-256.

MÉSZÁROS, I. **O conceito de dialética em Lukács**. São Paulo: Boitempo, 2013, página citada 58.

PAES, Paulo Duarte Vygotski e os fundamentos de uma psicologia marxista. **Cadernos Cemarx**, (3), 2006. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10876>

PRESTES, Zóia Ribeiro **Quando não é Quase a Mesma Coisa: Análise de Traduções de Lev Semionovitch Vygotski no Brasil: repercussões no Campo Educacional**. 2010. 295 p, Tese Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2010.

ROMANELLI, Nancy. A questão metodológica na produção vigotskiana e a dialética marxista. **Psicologia em Estudo**, Maringá, 16(2), 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pe/v16n2/a03v16n2.pdf>

MÉTODO, PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E ONTOLOGIA DO SER SOCIAL:

Vygotski e Lukács e a leitura onto-histórica da subjetividade

Vanessa Furtado

Paulo Wesley Maia Pinheiro

SANTA, Fernando. Dala &, BARONI, Vivian As raízes marxistas do pensamento de Vigotski: contribuições teóricas para a psicologia histórico-cultural. **Kínesis**, 6(12), 2014, página citada 02. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/1_fernando evivian.pdf

VYGOTSKI, Liev Semionovich **Obras Escogidas - I El significado histórico de la crisis de la Psicología**. Madrid: Machado Libros, 1991, páginas citadas 187, 99, 100, 101, 286, 289.

VYGOTSKI, Liev Semionovich **Obras Escogidas - VI Herencia genética**. Madrid: Machado Libros, 1983.

SEGREGAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO: a perspectiva da análise espacial em São João Nepomuceno / MG

SEGREGATION, PRECARIZATION AND CHANGES IN LABOR WORLD: the perspective of spatial analysis in São João Nepomuceno / MG

Mauricio Velasco¹
Raquel Gonçalves²

Resumo

O presente artigo tem como principal objetivo explorar os fenômenos de reestruturação do mundo do trabalho a partir dos processos de segregação espacial no meio urbano. Este estudo é possível por meio de análise de caso de São João Nepomuceno, uma pequena cidade industrial de Minas Gerais, de economia baseada nas atividades têxtil e de vestuário. A partir deste contexto pretende-se expor a importância da compreensão do fenômeno do conflito e da segregação sob a ótica das relações de trabalho, procurando demonstrar, desta forma, o processo como algo estrutural do sistema capitalista e das relações modernas de trabalho. A pesquisa visa demonstrar também que estes fenômenos se manifestam, não somente em grandes tecidos urbanos, como também em cidades de pequeno porte.

Palavras-chave: Segregação. Precarização. São João Nepomuceno.

Abstract

This article has as main purpose to explore the restructuring phenomena in labor world since the spatial segregation process at the urban environment. This study is possible through the analysis of São João

¹ Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2013). Trabalhou como voluntário e bolsista no projeto Arquitetura e Modernismo nas cidades de Juiz de Fora e Cataguases de 2009 a 2010 e foi bolsista no Núcleo de Atendimento Social da Faculdade de Engenharia da UFJF de 2011 a 2013. Possui mestrado em Arquitetura e Urbanismo pelo Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (2020). Ingressou, em 2021, no doutorado em Arquitetura e Urbanismo pelo Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais.

² Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ (2005). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001). Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996). Professora do Departamento de Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenadora do Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte.

Nepomuceno, an example of small industrial town in Minas Gerais, whose economy is based in textile and clothing production activities. By such context, it is intended to expose the comprehension importance of the segregation and conflict phenomena under the labor relations perspective, searching to demonstrate this process as something structural in the capitalist system as well as the modern labor relations. The research intends also to demonstrate that these phenomena are present, not only in large urban cases, but also in smaller cities.

Keywords: Segregation. Precarization. São João Nepomuceno.

INTRODUÇÃO

O tema central abordado por esta pesquisa está relacionado às formas de segregação em cidades de pequeno porte no contexto específico da periferia do capitalismo. Pretende-se com esta pesquisa expor a importância da compreensão do fenômeno do conflito e da segregação sob a ótica das relações de trabalho, procurando demonstrar, desta forma, o processo como algo estrutural do sistema capitalista e das relações modernas de trabalho de modo geral. A pesquisa visa demonstrar também que estes fenômenos se manifestam, não somente em grandes tecidos urbanos, como também em cidades de pequeno porte.

O método de abordagem a ser utilizado foi o dedutivo, partindo de teorias e referências de estudo já consolidadas para analisar os fenômenos particulares do contexto em questão. Foram empregados, para procedimento, concomitantemente, os métodos: histórico (analisando a evolução do tecido urbano e da distribuição dos grupos sociais ao longo das décadas até o presente), comparativo (entre morfologias urbanas dos casos já estudados por Flávio Villaça (1998) em relação ao estudo de caso em questão) e de estudo de caso, ao verificar a presença, no município escolhido para a pesquisa, dos fenômenos já comprovados e característicos das cidades da periferia. Em relação às técnicas de pesquisa, foi utilizada a técnica de coleta de dados indireta, pesquisa documental e bibliográfica, e também técnica direta de coleta de dados (LAKATOS; MARCONI, 1995), a partir da observação de fenômenos e do cotidiano urbano em pontos da cidade, bem como a análise de mapas e fotos aéreas, que auxiliam significativamente no entendimento do perfil das dinâmicas urbanas ao longo do tempo (diferenciar a cidade formal e a informal, identificar as direções de crescimento da área urbana, impactos, vetores de expansão, e outros). A coleta de dados pela técnica direta também foi feita pela forma de entrevistas a membros da comunidade são-joanense, que se disponibilizaram a contribuir, a partir da experiência de cada um, com esta pesquisa.

A pesquisa está dividida em três partes. A primeira traz uma exposição sobre as teorias de segregação urbana, da Escola de Chicago aos marxistas. Em seguida, insere-se o histórico são-joanense com foco nas etapas vividas pela cidade ao longo das décadas, desde o café até a indústria do vestuário. A terceira parte apresenta a noção do processo de precarização do trabalho no ramo da produção de roupas e a abordagem de tal fenômeno no caso específico de São João, desta vez sob o ponto de vista das contradições geradas no espaço urbano. Nas considerações finais, faz-se uma abordagem da relação entre o fenômeno de precarização e a inserção na periferia no capitalismo.

TEORIAS DE SEGREGAÇÃO

Para iniciar uma reflexão teórica sobre segregação urbana, abordar as contribuições da Escola de Chicago neste campo torna-se tarefa essencial. Trata-se de um conjunto de trabalhos de pesquisa sociológica que tem início na última década do século XIX e experimenta seu auge entre 1915 e 1940, tendo como grande característica a pesquisa empírica, num contexto social que concentrava o foco na assimilação dos imigrantes pela sociedade americana (COULON, 1995). Desde sua primeira geração, a partir de 1890, já ficava consolidado entre seus estudiosos a importância do habitat para as relações sociais. De uma orientação cristã em seu começo, passou a uma maior autonomia, marcada por uma sociologia mais científica após 1900 e a uma proeminência no cenário americano a partir de 1915, com William Thomas, Robert Ezra Park e Ernest Burgess, da segunda geração. Para explicar os padrões espaciais, a Escola de Chicago “se concentrou em fatores behavioristas ou sociobiogênicos” (GOTTDIENER, 1985, p.37), pelo menos até a década de 1940.

O estudo da diferenciação entre regiões de habitação no espaço urbano foi feito por Burgess, em 1925, e confirmado em um estudo sobre criminalidade e delinquência juvenil feito por Shaw e McKay em 1942. A Burgess “ficou a tarefa de pintar o quadro da teoria do espaço defendida pela Escola de Chicago” (GOTTDIENER, 1985, p.40). Os bairros mais próximos dos centros comerciais e industriais concentravam a população de mais baixa renda e tinham as mais altas taxas de criminalidade. Ao contrário, os bairros da periferia da cidade, mais ricos, tinham taxas de delinquência muito baixas (COULON, 1995, p.74). Essa configuração tem base nas grandes cidades americanas, que já passavam, no início do século XX, a uma fase industrial do capitalismo, onde a elite motorizada passava às periferias, em aprazíveis subúrbios (CORRÊA, 1986, p.68).

Gottdiener também associa a dinâmica explicada por Burgess à capacidade relativa dos habitantes de suportar os custos de transportes, e à especulação da terra:

Burgess acreditava que as propriedades pouco desenvolvidas de tais agentes em torno do distrito comercial central, junto com o fato desfavorável de as estruturas residenciais estarem próximas das empresas industriais, criaram um *slum* negligenciado, adjacente ao centro, que ele chamou de zona de transição. Casas em ruínas, divididas em cômodos por proprietários especuladores, à espera de uma reurbanização e posterior expansão do distrito comercial central, atraíram os elementos “mais surrados” da população [...] Isso serviu para induzir ainda mais os elementos prósperos da população a abandonar o distrito comercial central e, no final, deu má fama à cidade (GOTTDIENER, 1985, p.41).

Figura 1 – Os círculos concêntricos de Burgess



Fonte: Elaboração própria.

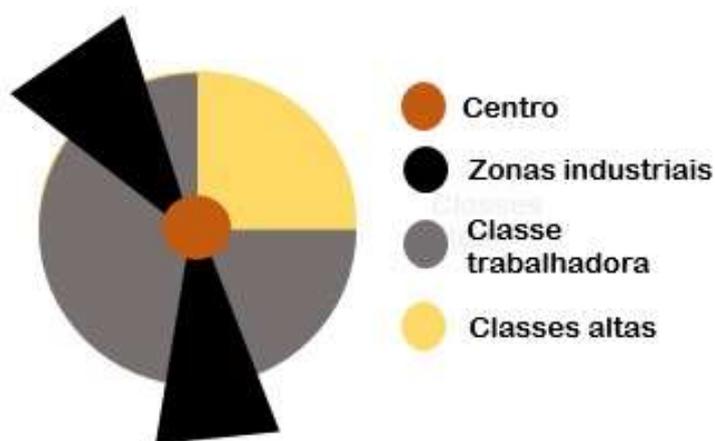
Gottdiener (1985) chama atenção para o fato de que o modelo de Burgess, que consubstanciava espacialmente as ideias da Escola de Chicago, evidenciava a competição entre grupos sociais e forças econômicas, mas a partir deste momento começavam as limitações da ecologia humana. Em primeiro lugar, o modelo de Burgess se aplicava a condições socioeconômicas muito específicas, características das cidades norte-americanas e “quando estas condições mudam qualitativamente, a pretensão de universalidade de seu modelo cai por si só” (CASTELLS, 1983, p.183). Em segundo lugar, apesar de levar em conta a ideia de grupo, presente desde as áreas naturais até as unidades ecológicas, a orientação da Escola de Chicago se guiava pela ideia da adaptação, e não se levava em conta as dinâmicas desses grupos e suas localizações no espaço a partir de classe ou status, como se testemunha nas desigualdades econômicas, nem a questão dos elementos culturais, como o racismo. Há também a falta da questão do Estado e sua intervenção para a correção das assimetrias, o que é fruto, em parte, do determinismo tecnológico

dos ecologistas e outros do pensamento “convencional” (GOTTDIENER, 1985). Por convencional entende-se, segundo Gottdiener (1985), todo o pensamento em relação à teoria urbana anterior às críticas marxistas no final da década de 1960.

Homer Hoyt, economista americano, faz, no final da década de 1930, uma revisão do estudo da distribuição das classes no espaço feito até então. Afastou-se da ecologia humana dos intelectuais de Chicago para aplicar à sua análise uma abordagem mais voltada à economia e ao mercado imobiliário. Explicou o movimento residencial das elites segundo um eixo partindo do centro, o que configurava um círculo esquemático dividido em secções com ângulo no ponto central, caracterizadas pela má distribuição das vias de transporte e a dificuldade das elites em se expandir lateralmente (VILLAÇA, 1998, p.199). Castells descreve o esquema, destacando a tentativa de Hoyt de tornar seu modelo flexível a condições históricas particulares de cada contexto, bem como os limites de seu objetivo de se desvencilhar da ecologia:

Assim, as distinções setoriais propostas por Hoyt tentam adaptar o modelo às situações nas quais encontramos uma rigidez social devida à história particular de zona. Uma ou outra camada, implantada num setor, coloniza o conjunto de um certo raio, de dentro para fora, sem se transformar em bloco numa nova coroa. Mas o movimento ecológico e sua determinação funcional permanecem os mesmos (CASTELLS, 1983, p.184).

Figura 2 – As seções de círculo de Hoyt



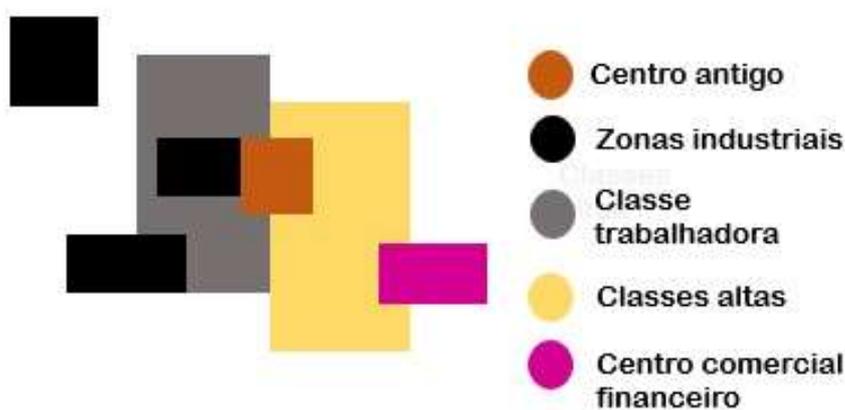
Fonte: Elaboração própria.

No fim da Segunda Guerra Mundial, Harris e Ullman adicionam, a partir de um novo modelo, um novo fator que ainda não havia sido alterado nos esquemas convencionais: a cidade não crescia somente a partir de um único núcleo urbano. O pós-guerra inaugurava uma nova

rodada no capitalismo que descentralizava as funções no espaço, favorecendo uma configuração polinuclear, com novos centros comerciais e de negócios nos arredores dos setores das classes altas e médias. Essa configuração torna-se, de fato, mais adequada à realidade das grandes metrópoles.

[...] a teoria dos núcleos múltiplos, que tenta combinar o desenvolvimento por coroas e divisão funcional da cidade, considerando o desdobramento espacial de cada função como uma série de processos separados, prolonga um pouco as proposições iniciais da Escola de Chicago na análise das novas regiões metropolitanas, cuja complexidade ultrapassa o quadro sumário do modelo de Burgess (CASTELLS, 1983, p.184).

Figura 3 – Múltiplos núcleos de Harris & Ullman



Fonte: Elaboração própria.

Corrêa chama a atenção para o fato de que a segregação é um processo que caracteriza a cidade, e não apenas a cidade capitalista (CORRÊA, 1986, p.61), apesar de que este modo de produção dinamiza a segregação, deslocando as classes no espaço, em contraponto com a estrutura imobilizada da segregação em ambientes urbanos arcaicos (CORRÊA, 1986, p.69).

A ruptura definitiva com o pensamento convencional, que se manteve fiel a alguns pontos da Escola de Chicago, foi possibilitada por uma série de eventos na década de 1960, que atingem os dois principais bastiões do capitalismo central, Estados Unidos e França, o que torna propícia a entrada dos marxistas no debate da análise urbana. Uma série de rebeliões nos guetos americanos, entre elas Watts, em 1967, e as greves francesas em maio de 1968, além de abalar as sólidas estruturas do ciclo virtuoso do capitalismo no pós-guerra, foram a porta de entrada para aquilo que faltava na análise urbana feita pelos convencionais até então: “o papel das frações de classe no

espaço, a relação entre desenvolvimento espacial e controle social, o conflito de classes tal como se distribui no espaço e a relação entre o Estado e o espaço” (GOTTDIENER, 1985, p.76).

Dentre os marxistas que passaram a levar em conta a questão espacial, sobretudo após 1968, Manuel Castells foi talvez o que mais contribuiu para o desapego definitivo em relação às ideias convencionais. Sua crítica, contida na obra *A Questão Urbana*, tinha como objetivo primordial “ultrapassar a descrição dos mecanismos de interação entre as implantações e as atividades, para descobrir as leis estruturais da produção e do funcionamento das formas espaciais” (CASTELLS, 1983, p.191), compreendendo o espaço enquanto expressão da estrutura social. A partir desta lógica, o espaço, assim como a estrutura social, é modelado por um conjunto de três elementos: econômico, político e ideológico. A aplicação desta tríade é feita de forma similar à que Althusser propôs para o sistema social como um todo, mas desta vez a um sistema homólogo, aplicado à realidade concreta, o urbano (GOTTDIENER, 1985, p.121).

Para se chegar à abordagem da segregação em Castells, dentre esses três elementos modeladores, é preciso explorar o econômico em especial. O elemento econômico é traduzido pela interação entre força de trabalho, meios de produção e não trabalho, e a expressão espacial desta interação é compreendida a partir de quatro elementos: produção, consumo, troca e gestão. A produção é a expressão espacial dos meios de produção e o consumo, expressão espacial das forças de trabalho, é constituído de seu principal componente, a moradia, e a consequência mais evidente de sua manifestação no espaço é a segregação. Num primeiro momento, Castells fez uma definição puramente espacial do conceito de segregação:

[...]entenderemos por segregação urbana a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia (CASTELLS, 1983, p.250).

O divórcio definitivo com as ideias convencionais se revela quando Castells relaciona a distribuição das moradias no espaço como um reflexo da distribuição dos produtos e da articulação da luta de classes, o que traz ao debate o ingrediente de determinações sociais na modelagem do espaço.

A distribuição dos locais residenciais segue as leis gerais da distribuição dos produtos e, por conseguinte, opera os reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos, isto é, no sistema capitalista, em função de suas rendas, de seus status profissionais, em nível de instrução, de filiação étnica, da fase do ciclo de vida etc. Falaremos, por conseguinte, de uma estratificação urbana, correspondendo ao sistema de estratificação social e, nos casos em que a distância

social tem uma expressão espacial forte, de segregação urbana [...] existe um reforço da segregação, um transbordamento de seus limites tendenciais ou modificação dos fatores de ocupação do solo, segundo a articulação da luta de classes no local de residência, por exemplo através da utilização simbólica de uma zona urbana, ou o reforço da comunidade de grupo pelas fronteiras ecológicas (CASTELLS, 1983, p.249-250).

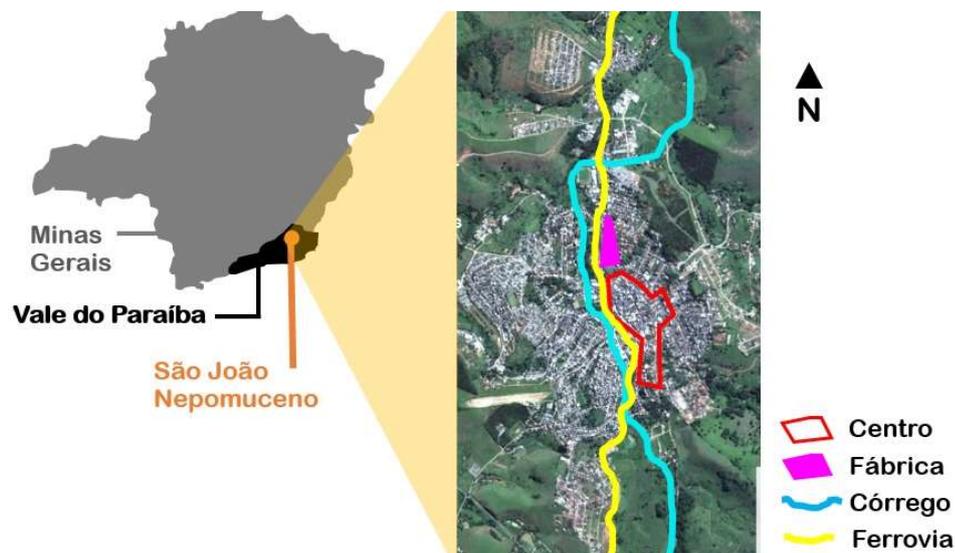
É importante expor a análise da segregação na interação do elemento consumo, ou reprodução da força de trabalho, com o elemento produção, sendo esta interação a tradução do elemento troca, que está relacionado ao transporte, circulação, fluxo e mobilidade.

Em nível econômico, ela (a estrutura do espaço residencial) obedece à distribuição do produto entre os indivíduos e à distribuição específica deste produto que é a moradia. Este fator está na base do conjunto do processo. Sempre em nível econômico, a implantação dos locais de produção só exerce influência indireta, quer dizer através de situação na rede de transportes. Isto obriga a considerar a segregação de forma bem mais dinâmica, não só simplesmente como uma diferença de locais, mas como uma capacidade de deslocamento e de acesso em relação a pontos estratégicos da rede urbana (CASTELLS, 1983, p. 262).

HISTÓRICO ECONÔMICO DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO

São João Nepomuceno é uma cidade da Zona da Mata mineira. Sua fundação data de 1815, sendo suas primeiras ocupações realizadas por pioneiros vindos do Rio de Janeiro e de Queluz (atual Conselheiro Lafaiete). A partir desse ano começa a surgir, por meio da doação de alqueires de um dos pioneiros para o patrimônio, o pequeno arraial no alto de um morro e em volta de uma capela, que é hoje a atual igreja matriz. Porém, ao longo do século XIX, o município é incorporado seguidas vezes por seus vizinhos, sobretudo Rio Novo, até sua emancipação definitiva no fim desse mesmo século. Possuía, nesse período, assim como toda a região do Vale do Paraíba, uma economia cafeeira de base escravocrata e essencialmente rural até a primeira expansão de seu organismo urbano a partir de 1895.

Figura 4 – Localização do município em Minas Gerais e vista aérea



Fonte: Elaboração própria.

A emancipação definitiva no ano de 1880 tem como linha auxiliar a metamorfose social ocorrida com a chegada da linha férrea e do telégrafo à cidade nessa mesma década, integrando o território aos sistemas modernos de comunicação. Assim, com o escoamento de mercadorias, a cidade se tornou destino de diversos tipos de serviços, e, principalmente, de parte do fluxo de imigrantes estrangeiros que recebia o Brasil nesse período. A integração com os grandes centros propiciou a instalação de indústria têxtil, que ocorreu com a inauguração da Companhia Fiação e Tecelagem Sarmiento (CFTS), se tornando a base de sua economia e concentradora de boa parte de sua força de trabalho. A abrangência das atividades dessa empresa marcou, permanentemente, não só a economia, como todos os demais aspectos da vida social da cidade, consolidando, assim, um dos maiores elementos constituintes da memória coletiva dos são-joanenses. A prosperidade experimentada no auge das atividades dessa companhia proporcionou a São João o tradicional apelido de “Cidade Garbosa”.

Dessa forma, portanto, depois de vários anos de planos, investimentos, estudos, trabalho árduo e tentativas frustradas (felizmente para os são-joanenses) de desvios, finalmente a ferrovia chegava a São João Nepomuceno. E assim foi como se, por um verdadeiro milagre, nossa pacata e então atrasada localidade, que vivia como se fosse um vilarejo dos tempos coloniais, fosse, de súbito, atirada ao mundo da modernidade de então, já quase entrando no século 20. Isso, por sua vez, exerceria um impacto imediato e profundo sobre a própria história são-joanense. Em 1895, inaugura-se a Fábrica de Tecidos Sarmiento, que, com o tempo, passaria a ser o centro gravitacional de toda a economia do município. Porém a fábrica não serviu apenas para gerar divisas e pagar os salários de grande parte dos são-joanenses. Ela agiu também como um poderoso mecanismo de

transformação social e econômica, pelo qual novos tipos de relações e costumes passaram a existir e a se consolidar em nossa cidade (SJNIHISTORIA, 2017, p.1).

Desde o último quarto do século XIX o território testemunha, portanto, um deslocamento também de sua população rural ao meio urbano, provocado pelo descolamento desse contingente das suas relações tradicionais de trabalho, aderindo quase que compulsoriamente às relações modernas no meio fabril, instalado poucos anos após o início da atividade ferroviária. Essas transformações na economia e no tecido social condicionaram um processo de dilatação progressiva do tecido urbano, sobretudo em meados do século XX.

Embora a principal atividade da empresa se concentrasse na produção têxtil, outras empresas subsidiárias e pertencentes à família Sarmiento incrementavam a pauta de produtos, em sua maioria bens de consumo não-duráveis, como couros, calçados, meias, gelo, manteiga, além de uma atividade comercial e de negócios (COSTA, 2016). Desse modo, as indústrias dos Sarmiento serviam como um ímã para a atração de uma grande diversidade de atividades ligadas ao setor de serviços, constituindo assim um motor para um progressivo aumento do contingente de força de trabalho ao longo das décadas.

O período mais significativo da expansão da atividade industrial da CFTS se deu ao longo da década de 1940, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial, momento em que a atividade industrial europeia se encontrava estagnada, gerando, portanto, um aumento significativo na demanda por têxteis por parte desse continente. Esse contexto especial exigia um aumento da produção têxtil no resto do mundo, o que favorecia, naturalmente, a pequena cidade mineira. Esse período ficou conhecido como o auge da empresa, sendo, portanto, de grande prosperidade para a cidade, e durou até o início dos anos 1960, quando a indústria têxtil europeia estava novamente reestruturada, fechando assim a janela de oportunidade aberta pela guerra (COSTA, 2016).

Figura 5 – A Cia. Fiação e Tecidos Sarmento



Fonte: Acervo pessoal.

A década de 1960 marca um período de profunda instabilidade na empresa, gerada por uma série de fatores, tais como a crise econômica nacional, gerada pelo aumento do custo da reprodução da força de trabalho (OLIVEIRA, 2003), a já mencionada diminuição na demanda mundial por têxteis, o aumento da concorrência estrangeira, sobretudo asiática e defasagem de equipamento. Essa instabilidade foi marcada também por frequentes mudanças na direção, além de esforços do sindicato e da política local em mitigar as dívidas da empresa, aliviando a situação do contingente de trabalhadores. Esses esforços não tiveram o sucesso esperado, não conseguindo evitar o processo de declínio que começou em um pedido de concordata em 1963 até a decretação de falência em 1971. Há, por um período de dois anos, alguma atividade residual em caráter excepcional, realizada pelo comando do sindicato, até a venda na massa falida no ano de 1973 (COSTA, 2016).

Esse ano marca a retomada das atividades de produção, sob uma nova liderança e com o nome de Fábrica Santa Martha. A década de 1960, além de ter ficado conhecida como uma década de dificuldades para a população são-joanense, testemunhou, por outro lado, o início do processo de diversificação de sua economia, que foi marcado pela manutenção da mentalidade industrial adquirida ao longo dos anos de prosperidade da indústria têxtil local. Enquanto a CFTS dispensava parte de sua força de trabalho durante a crise, esse mesmo contingente era absorvido pela Marlu³, empresa pioneira da produção de vestuário na cidade, que estabeleceu as bases para uma nova vocação que permanece até os dias de hoje.

³ Confecções Marlu Ltda., aberta em 1969. CNPJ 24.799.857/0001-09.

A atividade industrial da CFTS, e, posteriormente, da Santa Martha, estava concentrada basicamente em uma única e grande instalação que acompanha a linha férrea e está localizada no meio do tecido urbano, mas, com a transição para essa nova economia de confecções, parte da força de trabalho deixa o setor têxtil e uma porção dessa mão-de-obra é canalizada para um ascendente setor de vestuário. A produção diversificada e descentralizada de vestuário passou a ser a base de sua economia até os dias de hoje. O aquecimento da economia e do comércio de roupas atrai novas parcelas de trabalhadores, o que produziu uma nova rodada de bairros incorporados nesse período para alocar a força de trabalho das novas confecções, e, dessa forma, a cidade presenciou também um aumento significativo do setor imobiliário e de serviços, sendo este último ligado também à tradição sedimentada do vestuário. Seguindo a lógica de que, para toda ampliação da produção há uma ampliação também da reprodução, nessa última decisiva para expansão do tecido urbano, São João Nepomuceno testemunhou, portanto, dois momentos principais de expansão: um primeiro ligado ao auge da CFTS e um segundo ligado à atividade das confecções e fábricas.

Figura 6 – Localização da fábrica em relação ao centro



Fonte: Elaboração própria.

MEIOS DE PRODUÇÃO, SEGREGAÇÃO E PRECARIZAÇÃO SOB A ÓTICA ESPACIAL

Ao longo do século XX, São João Nepomuceno se consolidou como uma cidade de perfil industrial têxtil, com grande expansão de sua produção decorrida de fatores conjunturais da economia mundial, como a demanda europeia por tecido durante os anos de guerra e pós-guerra, uma vez que a produção interna deste continente se encontrava desestruturada. Assim como seu auge, o seu período de crise e baixo volume de produção também decorreu de fatores externos, como o início de uma concorrência na produção de tecidos vinda do continente asiático a partir dos anos 1960 (COSTA, 2016). A partir dessa mesma década, como se viu, inicia-se uma transferência de vocação no setor da produção, passando de uma proeminência do têxtil para o vestuário e toda a atividade correlata. As duas produções se desenvolvem paralelamente durante as décadas de 1970 e 1980, até que, a partir de 1990, a atividade principal do município se torna, definitivamente, a atividade da produção de roupas. Tanto pela contribuição da atividade têxtil quanto do vestuário, o que se confirmou ao longo da história foi, de fato, uma vocação industrial como base econômica primordial. Conforme os números mais recentes da economia do município, o setor industrial corresponde a cerca de 20,8% de seu produto interno bruto, seis vezes o total produzido pelo setor agropecuário, que abrange 3,3% do PIB⁴. Pelo cadastro de 2018⁵, do total de empresas atuantes no município, 18,5% correspondem a empresas do ramo de produção de vestuário⁶. A partir desses dados, pode-se concluir que o setor industrial, com abrangência de seu principal ramo, a produção de roupas, compõe um quinto do total da economia da cidade, tanto pela participação no PIB quanto pelo número das empresas atuantes. É importante, portanto, esclarecer as mudanças recentes pelas quais passou a produção do vestuário e quais circunstâncias econômicas levaram a essa mudança.

Assim como diversos ramos da economia mundial, a indústria de roupas testemunhou, nas últimas duas décadas do século XX, um cenário marcado pela flexibilização da produção, visando a redução de custos das grandes empresas do setor têxtil e do vestuário (BAHR, 2012). Esse contexto levou a um fenômeno de expansão e diversificação de modalidades empresariais, com o objetivo de se adaptar ao novo momento econômico imposto. O motor de todo esse processo está naquilo que pode ser visto como uma nova fase do desafio enfrentado pela antiga CFIS décadas antes: um aumento da participação de países asiáticos como China, Índia, Taiwan e Coreia do Sul

⁴ IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

⁵ IBGE, Cadastro Central de Empresas 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

⁶ Número de confecções e fábricas do ramo do vestuário fornecido pelo Sindicato das Indústrias do Vestuário de São João Nepomuceno.

no mercado internacional já nos anos 1980, que foi seguido pela inevitável transformação nos processos de produção e nas relações de trabalho nos anos 1990, como uma forma de adaptação a um cenário muito mais competitivo desse ramo da economia (PIAUI, 2017). Ocorre, dessa forma, um fenômeno de segmentação do processo produtivo do vestuário que gera, por outro lado, uma diluição desse processo em unidades menores de produção pela via da subcontratação (BAHR, 2012). Surge assim um tipo específico de empresa do ramo do vestuário, a chamada *facção*, que, embora seja chamada por esse único nome, pode ser composta por uma infinita variedade de modalidades e tipos diversos de prestação de serviço. O termo “*facção*”, portanto, pode ser visto como um conceito abrangente, mas que guarda sempre um conjunto rígido de características. É sempre um micro estabelecimento subcontratado, de trabalho geralmente domiciliar, que funciona como elo entre o trabalho da costura e as empresas maiores que realizam a encomenda (MARTINELLI, 2017).

Nos dias atuais, o fenômeno da *facção* possui grande abrangência no setor da fabricação de roupas, tanto no caso de São João como dos demais lugares cuja essência econômica é esse tipo de produção. Por essa razão, a produção por *facção* contém em si os diversos processos que caracterizam tanto o *dever* trabalho quanto o *dever*⁷ renda. Nela está embutida a questão da precarização do trabalho e informalidade, uma vez que a existência da *facção* está relacionada ao enxugamento e a redução de pessoal das grandes confecções, o que contribui para que esse modelo de trabalho e produção se torne a ponta mais frágil da cadeia produtiva, ligada às etapas de montagem e acabamento, numa rede heterogênea e fragmentada de trabalhadores domiciliares (NUNES, 2006), na maioria das vezes sob a categoria de prestadoras de serviços ou de microempresas individuais (MEI's)⁸ (MARTINELLI, 2017). A partir desse ponto de vista, pode-se acrescentar que essas novas modalidades de produção e de relação de trabalho, além de alterarem significativamente a estrutura em si da produção, aprofundam, por outro lado, o dilema das formas de exploração do trabalho e as condições sob as quais o trabalhador se encontra (MARTINELLI, 2017), uma vez que está fortemente contida nesse contexto a questão do trabalho domiciliar somado a uma baixa remuneração e a uma estrutura de divisão do trabalho fortemente marcada pela ótica das relações de gênero (NUNES, 2006).

Em São João Nepomuceno, o fenômeno da *facção* acompanha a tendência que ocorreu no Brasil e provavelmente em outros lugares do mundo. Como mencionado anteriormente, se trata

⁷ A expressão “*dever*” é um termo filosófico que designa as mudanças pelas quais passa determinado aspecto da economia ou da sociedade, no caso, a renda e o trabalho.

⁸ Lei complementar 123 de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Passou a designar as MEI's a partir da alteração feita pela Lei complementar 126 de 2008.

de mais uma adaptação para a sobrevivência da economia local, assim como havia sido a própria introdução e incentivo da indústria do vestuário em si, que transformou os espólios da indústria têxtil local em uma rede consistente de fábricas de roupas e afins, até que se viu a economia da cidade já totalmente reformulada e envolvida por esse novo ramo da indústria. Nos dias atuais, entretanto, as facções compõem uma porção tão importante do vestuário na cidade quanto a das confecções. Atuam, na cidade, cerca de 70 confecções e mais de 100 facções em situação regularizada, com aproximadamente 8500 trabalhadores formais e informais⁹. Ambas as modalidades formam, desse modo, uma rede abrangente e diversificada de locais de produção, principais componentes espaciais que movimentam a cadeia de fabricação de vestuário, composta primordialmente pelas etapas de idealização, preparação, montagem e acabamento. As facções, de modo geral, estão ligadas primordialmente às duas etapas finais, constituindo assim os setores intermediários ou finais da cadeia (NUNES, 2006). Esse fato se torna importante uma vez que o nível da complexidade e a abrangência das etapas, somado à logística da produção, armazenamento e transporte influem diretamente no tipo de conformação espacial dos locais de produção.

Por se tratar de empresas pioneiras e mais consolidadas, que abarcam mais etapas do processo de fabricação e funcionam numa configuração tipicamente taylorista de produção¹⁰ (LIPIETZ, 1988), as confecções, assim como a antiga CFIS do ramo têxtil, tendem a possuir uma estrutura centralizada e tradicional dos galpões de fábrica, de modo a setorizar as etapas da produção num único ambiente. Permaneceu similar aos processos industriais difundidos no início do século XX, sem ter experimentado, até as últimas décadas, a fragmentação das cadeias de produção presenciada em outros ramos da indústria. A partir desse raciocínio, pode-se entender, no caso de São João, a configuração espacial centralizada dos meios de produção da indústria têxtil e de calçados, durante os tempos da CFIS, e, posteriormente, das confecções, que tenderam a se concentrar em uma região específica a norte dos pioneiros galpões de produção da Companhia Sarmiento e também nas suas proximidades, numa região que veio a se consolidar nas últimas décadas como Distrito Industrial, mediante indução do poder público, no chamado núcleo Ferreira Alves.

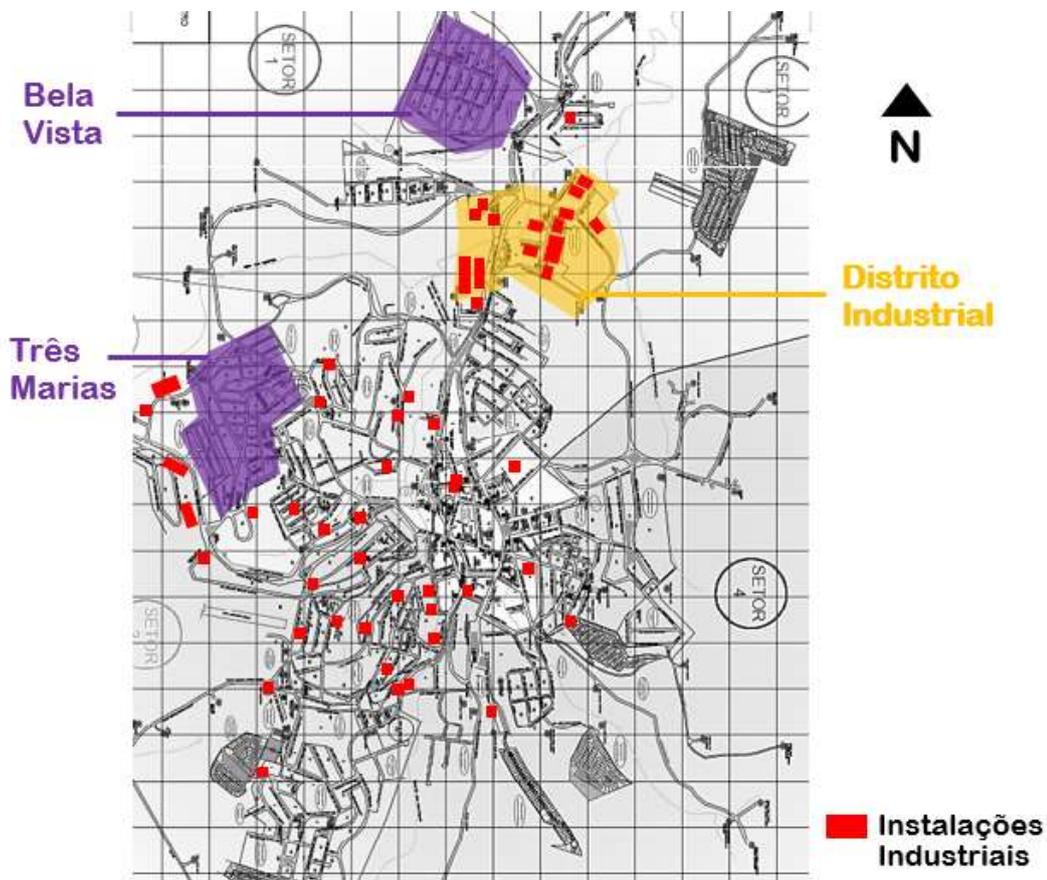
Embora haja tal concentração de confecções em um ponto específico, boa parte dos espaços destinados aos meios de produção das confecções escapa à lógica tradicional do galpão de fábrica, frequentemente em edificações menores e readaptadas para tal atividade. Esses espaços

⁹ Números do Sindicato das Indústrias do Vestuário de São João Nepomuceno.

¹⁰ Taylorismo é um termo dado à forma de organização da produção industrial surgido no final do século XIX e consolidado ao longo da primeira metade do século XX, caracterizado pelo fracionamento, divisão de funções e especialização dos trabalhadores nas linhas de montagem (LIPIETZ, 1988).

estão situados de forma mais ou menos dispersa no território urbano, muitas vezes em bairros residenciais e situados em terrenos que não são destinados especificamente para a atividade industrial. Esse movimento de desconcentração é uma tendência que responde à fragmentação e pluralidade de empresas de caráter pequeno e médio que compõem o panorama industrial da cidade. Uma vez verificada essa tendência de desconcentração da atividade industrial do vestuário, é necessário observar, sobretudo, que essa expansão dos espaços de produção de forma fragmentada no território ocorre primordialmente para a cidade central e para a direção oeste da linha do córrego e da antiga linha férrea, exatamente aquela onde predominam os espaços para reprodução da força de trabalho de baixa renda e conjuntos habitacionais populares. Indústrias de outros produtos além do vestuário, como café e leite, quando não foram para o bairro industrial, também se estabeleceram a oeste. Pode-se entender esse movimento pela lógica da economia de aglomeração, de modo que essas localizações permitem uma redução dos custos de deslocamento da força de trabalho entre a casa e o local de trabalho, além do menor custo na aquisição da terra para implantação de tais espaços de produção. O Distrito Industrial, situado num território tampão entre os bairros ao norte da malha urbana e a cidade central, também se encontra em posição de fácil acesso pelos grandes redutos da classe trabalhadora: o Bela Vista, ao norte, e o Três Marias, o grande bairro popular a oeste, conectado às indústrias pelo anel rodoviário que atende todo o setor oeste e liga os principais acessos da cidade.

Figura 7 – Localização das instalações industriais



Fonte: Prefeitura municipal de São João Nepomuceno.

Figura 8 – Edifício adaptado para confecção de bairro



Fonte: Google Street View, 2019.

As facções, pequenas empresas individuais de caráter doméstico e responsáveis por serviços específicos na cadeia de produção do vestuário, constituem um passo adiante no processo de

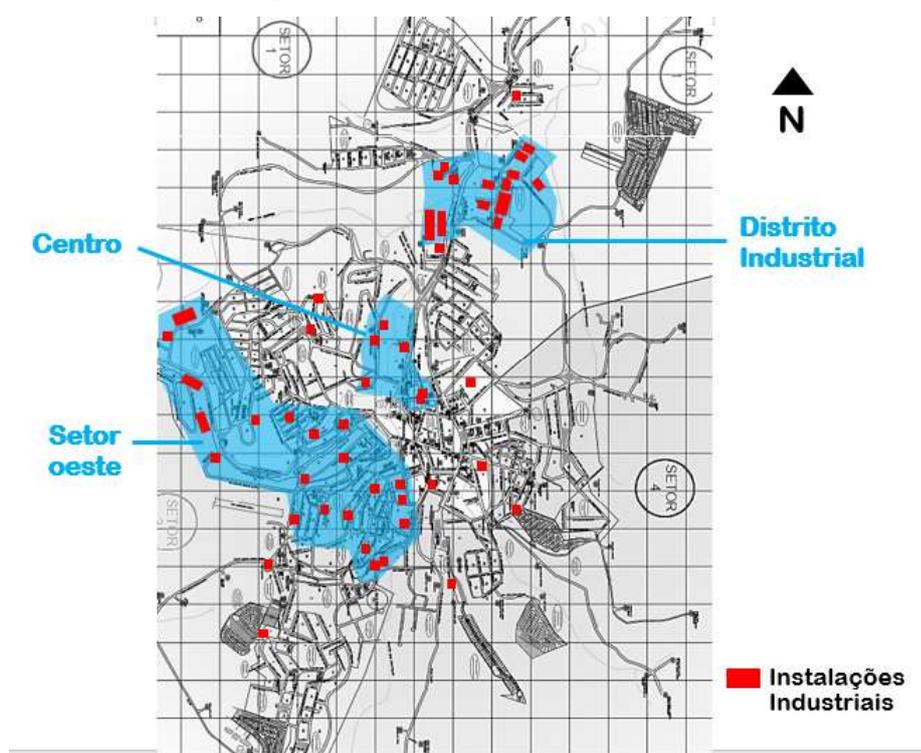
descentralização da atividade industrial que se seguiu ao longo dos anos de consolidação da atividade de produção de roupas. Um fenômeno decorrente de transformações econômicas e sociais que tem também seu reflexo no território urbano. Das confecções de bairro em pequenas edificações adaptadas, a diversificação nas modalidades dos espaços da indústria alcança aqui a esfera das unidades domiciliares, onde a casa, o espaço primordial da reprodução, se torna agora uma pequena unidade de produção. Da mesma forma que o processo anteriormente descrito, esse fenômeno das “fabricas domésticas” se expande com força nas regiões habitadas pelas camadas tradicionalmente de baixa renda, a faixa que vai dos primeiros perfazendo o percurso de expansão do vetor oeste.

O movimento de descentralização da atividade produtiva do vestuário, que começa na concentração das grandes confecções no distrito industrial e na rede de confecções menores no centro da cidade, passa pelas instalações nos bairros de baixa renda até chegar nas unidades domésticas de costura e acabamento, reflete espacialmente a complexa fragmentação pela qual passou o setor desde os anos 1990. Esse fenômeno pode ser descrito fisicamente como uma pulverização dos meios de produção em direção aos espaços de reprodução da classe trabalhadora, o que diz muito sobre a relação da desconcentração industrial com a própria base de sustentação da atividade. A realização das atividades de montagem e acabamento sem sair de casa ou mesmo perto de casa indica um movimento de redução de custo de deslocamento a ser pago pelas grandes empresas e também redução do quadro de funcionários, de modo que cada trabalhador passa a ser um empresário, que se relaciona com as contratantes maiores por meio de vínculos mais flexíveis. Essa redução de custos do empresário maior se faz, entretanto, pela transferência de custo de material e maquinário para essas unidades menores, somado à flexibilização das responsabilidades fiscais e trabalhistas (BAHR, 2012). A decorrente miscigenação entre o que é produção e o que é reprodução revela uma nova face das formas de exploração e precarização do trabalho (MARTINELLI, 2017) e quão híbrida e fragmentada se tornou a atividade industrial nesse ramo, bem como o impacto social em uma cidade cuja base econômica principal é essa.

Especialmente, portanto, a rede de indústrias está implantada em três setores distintos, com variações entre si em relação às modalidades e a forma como se manifesta em cada território: na região central da cidade e ao redor da antiga fábrica de tecidos, compartilhando esse espaço com atividades comerciais, residenciais e de serviços; no distrito industrial, ao norte da malha urbana, com terrenos destinados a abrigar as atividades industriais mais consolidadas e de maior porte; nos setores a oeste da cidade de várias formas, tanto próximos à região central e ao leito da antiga linha férrea, como à margem das principais vias de acesso à cidade ou ainda pulverizado difusamente

nos territórios dos bairros a oeste, na forma de confecções e facções instaladas em pequenos locais ou residências.

Figura 9 – Os três setores industriais

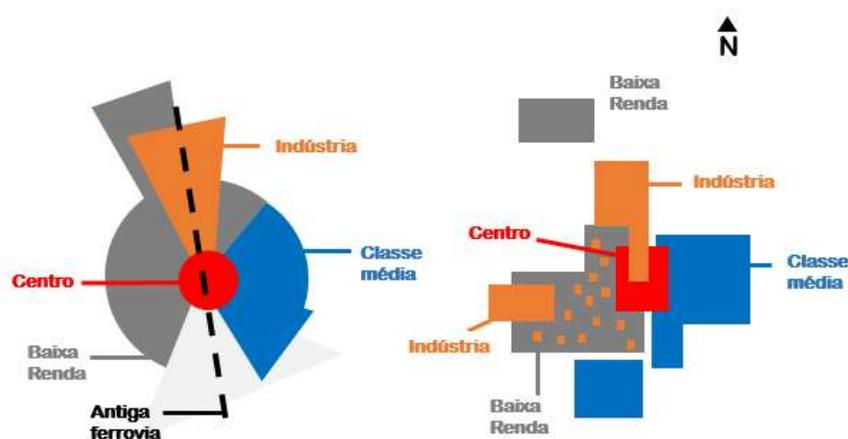


Fonte: Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno.

A região concentradora da atividade industrial, por ser a razão da existência da cidade no entendimento de sua economia moderna, tem induzido, desde o início, um tipo específico de distribuição dos grupos e das atividades de modo geral. Conforme já evidenciado, a atividade industrial pioneira do setor têxtil e outras indústrias como a calçadista, ao terem se instalado ao redor da linha férrea e próxima ao centro, serviram como um marco divisório das classes que se desenvolveram em direções opostas, tendo se consolidado os setores oeste e norte como redutos da classe trabalhadora, numa dinâmica que encontra ressonância no desenho de Hoyt. Com a expansão da atividade industrial do município, à medida que se tornava mais complexa e diversificada essa mesma atividade, mais fragmentada ela se apresentava espacialmente, com movimentos de expansão por concentração, como é o caso do distrito industrial, ou por desconcentração e pulverização, como é o caso da atividade das confecções e facções nos bairros. Além disso, outras indústrias fora do circuito da moda e do vestuário, ligadas ao setor de alimentos,

também se instalaram a oeste, confirmando um processo de expansão bastante complexo e fragmentado. A partir desse raciocínio, esse movimento da atividade industrial pode ser entendido como um processo de evolução para uma implantação em vários núcleos diversos, em contraponto à estrutura monosetorizada dos tempos da CFTS. Embora não se trate de uma metrópole ou grande cidade e embora esse fenômeno da desconcentração não tenha ocorrido da mesma forma em relação à atividade comercial, a dinâmica adquirida pelos espaços de produção se encaixa de maneira adequada ao desenho de Harris & Ullman. Esse modelo é adaptado para as circunstâncias de uma economia mais complexa, que induziu a dinâmica espacial para um esquema mais setorizado e com mais núcleos, reforçando, como no caso em questão, o diálogo entre os núcleos de produção industrial e os setores de reprodução das classes de baixa renda.

Figura 10 – Esquemas de Hoyt (esquerda) e H. & Ullman (direita) para São João



Fonte: Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal escopo deste trabalho constituiu em revelar como, sob a ótica da produção do espaço urbano, se manifestam os fenômenos ligados às mudanças recentes no mundo do trabalho, tais como a precarização e a flexibilização de suas relações e modalidades. Com o advento da economia do vestuário, as circunstâncias econômicas de competição levaram ao agravamento da precarização e segmentação das atividades ligadas à indústria, o que caracterizou uma nova rodada no processo de segregação, vista no condicionamento dos espaços de moradia como híbridos, lugares de existência compartilhados com o trabalho informal. Essa pulverização da atividade

industrial foi acompanhada pela dinâmica imobiliária, que funcionou como um novo motor de expansão urbana e, ao mesmo tempo, de adensamento das atividades na região central.

A investigação aprofundada do contexto urbano dessa cidade permite também analisá-la sob o ponto de vista de sua identidade como uma cidade brasileira, que, portanto, compartilha atributos com contextos urbanos, maiores ou de igual porte, que estão inseridos em uma lógica econômica similar, característica da periferia do capitalismo, onde o regime de acumulação de tal modo de produção se implantou pela metade ou não se implantou (LIPIETZ, 1988). O conceito de periferia está ligado ao momento tardio em que a modernidade, tanto sob o ponto de vista do modo de produção como das relações de trabalho, se instala em uma determinada sociedade antes pré-moderna, como uma colônia (OLIVEIRA, 2003). No caso de São João, essa implantação se deu no final do século XIX, inaugurando relações salariais modernas que viabilizaram a produção têxtil local. Embora tenha sido de grande relevância para a sociedade em questão, essa modernidade se implantou de forma parcial, uma vez que o desenvolvimento das forças produtivas não acompanha o volume da força de trabalho desenraizada dos contextos pré-modernos imediatos, o que contribui para a constituição de um excesso de mão-de-obra e a manutenção de baixos salários (SINGER, 1987). Embora haja esse componente do desnível entre volume da força de trabalho descolada e as forças produtivas locais, sempre houve o esforço, por parte da própria companhia Sarmiento e do Estado, de alocar a força de trabalho em bairros destinados a ela.

O que havia em São João era uma espécie de pleno emprego a baixos salários, que experimentou uma estabilidade saudável durante a época de ouro da fábrica de tecidos, entre 1940 e 1960. Essa diferença entre oferta e demanda de capital humano para a indústria se desenvolveu, em grande medida, a partir da crise da CFIS, em 1960, e se agravou com o início da concorrência asiática, tanto nos têxteis quanto no vestuário. Ainda que a economia local tenha se adaptado para uma nova base econômica, calcada na produção de roupas, o destino foi a inevitável flexibilização nas relações de produção, procurando manter distante a ameaça de derrocada da indústria local que caracterizou a década de 1980, devido à competição dos produtos asiáticos (DAVIS, 2006). Como resultado, o advento do trabalho informal aproveitou o grande volume de força de trabalho que se constituiu novamente a partir dos anos 1980. O padrão desses bairros é um padrão de desemprego geral escamoteado pela atividade informal. A produção desse tipo de território urbano, em contraste com os novos loteamentos e condomínios das classes médias, é típica de uma economia periférica, cuja reprodução do capital se dá em virtude do rebaixamento dos salários (OLIVEIRA, 2003), informalidade dos grandes contingentes de força de trabalho desempregada e socialização das desvantagens da aglomeração (SINGER, 1987). Tendo grande importância para tal

comunidade, esse processo econômico e social das mudanças no mundo do trabalho, manifestado, conforme exposto, por meio de inúmeros aspectos, permanece ainda em curso na atualidade, e torná-lo disponível para os potenciais interessados foi o maior objetivo desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BAHR, Otto Guilherme. **Os dilemas da subcontratação. Os limites da “redução de custos” das grandes empresas do complexo têxtil-vestuário.** SENAI-SC. Blumenau, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 1986.

COSTA, Stéffano Muniz Figueiredo. **A crise da "Companhia Fiação e Tecidos Sarmento": memórias e narrativas operárias (São João Nepomuceno/MG, 1960-1971).** Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago.** Campinas: Papirus, 1995.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela.** Boitempo: São Paulo, 2006.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano.** São Paulo: EDUSP, 1985.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Atlas, 1995.

LIPIETZ, Alain. **Miragens e Milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo.** São Paulo: Nobel, 1988.

MARTINELLI, Samanta Elisa. **As costureiras do MEI: uma análise do trabalho subcontratado das facções do polo regional de confecções de Maringá-PR.** 2017.

NUNES, Jordão Horta. **Precarização, trabalho doméstico e trabalho domiciliar no setor de confecções em Goiânia.** 30º Encontro Anual da ANPOCS – 24 a 28 de outubro de 2006 GT26 - Trabalho e sindicato na sociedade contemporânea

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil.** São Paulo: FAPESP, 1998.

**A AÇÃO DOS INDUSTRIAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1946 E A
CONSTRUÇÃO DO ART. 146 DA CARTA: Estado e indústria na busca
pelo desenvolvimento**

**THE ACTION OF INDUSTRIALISTS IN THE 1946 CONSTITUTION
AND THE CONSTRUCTION OF ART. 146 OF THE LETTER: State and
industry in the pursuit of development**

José Augusto Marques de Souza¹
Moacir de Freitas Júnior²

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a existência de continuidade entre as propostas debatidas no I Congresso Brasileiro da Indústria e o debate sobre a pauta econômica na Constituinte de 1946. Tencionamos analisar como as ideias de planejamento econômico, intervenção estatal e o papel do Estado como indutor da superação do subdesenvolvimento foram definidas no I Congresso e de que forma elas respaldaram a redação final do artigo 146 da Carta. Sustentamos que as teses definidas no I Congresso mostravam que os industriais agiram como classe coesa, com capacidade de articulação perante o Executivo Federal, mantendo as suas ideias inalteradas durante a década de 1940.

Palavras-chave: Planejamento; Intervenção; Subdesenvolvimento; República de 1946

Abstract

We intend to analyze the existence of continuity of this economic planning, between the proposals for debate in the Brazilian Congress of Industry and the debate on the 1946 debate on underdevelopment were sent to the I Congress and which they supported the final wording of article 1 of the Charter. We maintain

¹ Graduado em Direito pela Universidade José do Rosário Velloso (Unifenas). Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPGPol-UFSCar) com pesquisa financiada pela CAPES. Atualmente é doutorando em Ciência Política pelo mesmo programa e universidade, com pesquisa vinculada à linha "Teoria, Instituições e Comportamento Político". É integrante do grupo de pesquisa "Ideias e intelectuais para o desenvolvimento e a democracia" vinculado ao CNPq. Tem trabalhos compreendidos nas áreas do pensamento político brasileiro e teoria política, atuando especificamente com os temas do constitucionalismo brasileiro pós-1930, Era Vargas, autoritarismo, liberalismo e desenvolvimentismo.

² Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara, mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara; graduação em Direito pelo Centro Universitário de Araraquara (2002) e graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001). Atualmente, é professor/pesquisador da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia.

A AÇÃO DOS INDUSTRIAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1946 E A CONSTRUÇÃO DO ART. 146 DA CARTA:

Estado e indústria na busca pelo desenvolvimento
José Augusto Marques de Souza
Moacir de Freitas Júnior

that, as theses, the First Congress does not show that the sectors are like classes of action, with the ability to articulate before the Federal Executive, maintaining their ideas during the decade of action.

Keywords: Planning; Intervention; Underdevelopment; Republic of 1946

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar as propostas de cunho econômico debatidas no I Congresso Brasileiro da Indústria em comparação com os debates sobre o artigo 146 da Constituição de 1946 contidos nos Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, observando as correspondências entre tais ideias e como foram apresentadas pelos industriais nos debates constituintes da referida Carta. Especificamente, buscamos observar a forma pela qual as ideias de planejamento econômico, intervenção estatal, o Estado como ferramenta de superação do subdesenvolvimento, dentre outros pontos, foram discutidas, definidas e cristalizadas no I Congresso Brasileiro da Indústria e de que forma elas foram absorvidas e serviram de base para as deliberações concernentes à definição do artigo 146 da CF de 1946.

A escolha destes dois momentos se dá, em primeiro lugar, pela proximidade e pela localização histórica (transição entre o Estado Novo e a redemocratização). Em segundo, pelo fato de que uma das principais lideranças industriais da época, Horácio Lafer, foi eleito constituinte pelo PSD de São Paulo e foi um dos mais ávidos defensores da proposta de intervenção do Estado na economia: intervenção controlada, exigindo do Estado a atuação como protetor dos interesses industriais com vistas a acelerar a industrialização como forma de superar o atraso.

Os industriais disputaram politicamente sua ascensão e hegemonia com base em um conjunto de ideias que dotou este segmento de certa unidade política e ideológica que foram fundamentais para os resultados políticos alcançados. Este conjunto de propostas tinha o propósito de consolidar a classe industrial como força hegemônica, tanto na economia quanto no Estado.

Ao longo do trabalho, pretendemos demonstrar a construção e a utilização política destas ideias em dois momentos distintos: a) o de debate e formulação das ideias dos industriais brasileiros, sintetizadas nas propostas apresentadas durante o I Congresso Brasileiro da Indústria, de 1944, no qual merece destaque a liderança política e intelectual de Roberto Simonsen; 2) e na atuação dos deputados federais constituintes de 1946, destacando a atuação de Horácio Lafer na defesa das propostas econômicas que compuseram o capítulo da ordem econômica na Carta Constitucional de 1946.

**I CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA: UMA PLATAFORMA IDEOLÓGICA
PARA A ATUAÇÃO DOS INDUSTRIAIS BRASILEIROS**

O I Congresso Brasileiro da Indústria aconteceu de 08 a 14 de dezembro de 1944. Em nosso entendimento, o objetivo do Congresso era fixar uma base de propostas da classe industrial para a economia brasileira e sobre o papel do Estado, com o propósito de consolidar a classe como força hegemônica na economia e no Estado. Foram apresentadas 137 teses, versando sobre os mais variados temas, desde o modo de organização da produção até a planificação da economia, dentre outros. Participaram do Congresso 324 congressistas, representando 191 entidades de todo o Brasil.

A importância do I Congresso, ao nosso ver, reside na possibilidade de ele significar a maturidade de um processo que se iniciou décadas antes e que se consolidou anos depois de seu acontecimento, que é a hegemonia econômica, política e de ideias da burguesia industrial sobre os caminhos econômicos do Brasil. Neste sentido, as bases de tal hipótese assentam-se na perspectiva de que a burguesia nacional tinha ideias claras sobre os destinos que pretendia para o Brasil; um plano pensado e de aceitação coletiva sobre como atuar.

Octávio Ianni (2004) explica que as discussões sobre a vocação econômica brasileira se desenvolveram desde os anos 1920, sendo que o projeto de industrialização ganhou maior impulso a partir dos acontecimentos da década de 1930, oportunidade em que as teses industrialistas lograram a ascensão ao poder e, a partir de tal movimento, iniciaram a jornada rumo à construção de um capitalismo nacional (IANNI, 2004, p.52).

Diniz e Boschi (1978) também apontam que o papel dos empresários industriais para a consolidação da política industrial a partir dos anos 1930 foi fundamental. Assim, longe de ser um grupo social fragilizado e desarticulado, a burguesia industrial – ou ao menos expressivos setores dela – tinha um projeto e disputou sua implantação junto ao Estado, sendo que os sucessos obtidos com a orientação da política econômica pró-industrialização seriam fruto direto de tal atuação (DINIZ e BOSCHI, 1978, p.50-51).

A II Comissão aprovou um relatório de 14 seções e 117 propostas. Nosso recorte se concentrará nas medidas ligadas à questão das condições de vida, do projeto político industrialista e de sua defesa da intervenção estatal no setor, inclusive com o planejamento econômico nesta área, dando mostras dos caminhos escolhidos por este setor da burguesia nacional para alcançar a hegemonia política e econômica. Compuseram a Comissão: Roberto Simonsen e Cyro Berlink; Álvaro de Souza Lima, João Luderitz e outros 27 membros.

O PAPEL DE ROBERTO SIMONSEN PARA A CONSOLIDAÇÃO DESTE PROCESSO

Roberto Simonsen foi um dos maiores líderes da burguesia industrial do Brasil da primeira metade do século XX e foi graças a suas ações que os industriais atuaram buscando influenciar a política econômica da época. Melhor situando a condição e a importância intelectual da obra de Simonsen, Vera Cepêda (2004; 2007) aponta que o problema fundamental enfrentado pela obra do autor era o subdesenvolvimento do Brasil, suas causas e as maneiras pelas quais ele poderia ser superado³.

O tema das condições de vida e de sua superação pelo desenvolvimento econômico industrial aparece em todas as fases do pensamento de Simonsen ao longo de sua carreira intelectual e prática. E tais ideias transcenderam seu autor e se tornaram o próprio projeto industrialista da época, o que confere a ele e a sua obra importância fundamental.

Esta consolidação de ideias e, mais precisamente, a simbiose delas com o ideário varguista e com o Estado se deu no I Congresso Brasileiro da Indústria, presidido pelo próprio Presidente da República e palco final da união política que conferiu à indústria o status de força política e econômica do Brasil naquele período. Foi no I Congresso que Simonsen, que também presidiu a Comissão Técnica e de Redação e foi o Vice-Presidente do Congresso (presidido por Evaldo Lodi), apresentou as teses sobre as quais debateremos a seguir.

AS PROPOSTAS DOS INDUSTRIAIS PARA A ECONOMIA E O TEMA DAS CONDIÇÕES DE VIDA

A redação das propostas dá bem o tom do que os industriais brasileiros procuravam defender. O item I da proposta denomina-se “planificação estatal; o que deve abranger” e defende a planificação da economia pelo Estado com o intuito de promover o desenvolvimento da indústria, ainda que apareça, nas propostas, como um plano de desenvolvimento do Brasil como um todo, reforçando o caráter ideológico que estas propostas tinham para os industriais brasileiros e seus interesses.

I – Planificação industrial; o que deve abranger

CONSIDERANDO:

³ Sobre Simonsen e sua importância política e intelectual, ver, Carone (1971 e 1977), Bielschowsky (2000), Lima (1976), Leme (1978), Del Vecchio e Diéguez (2008), Freitas (2013), Maza (2004), Rompatto (2004), Leão, Pinto e Silva (2015), entre outros.

A AÇÃO DOS INDUSTRIAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1946 E A CONSTRUÇÃO DO ART.

146 DA CARTA:

Estado e indústria na busca pelo desenvolvimento

José Augusto Marques de Souza

Moacir de Freitas Júnior

- a) que é baixo o nível de vida do brasileiro e pouco elevada a nossa renda nacional;
- b) que nosso aparelho econômico e, sobretudo, o nosso equipamento industrial é precário e, em grande parte, antiquado;
- c) que a planificação representa uma técnica econômica de melhoria da produção;
- d) que, no povo brasileiro, já está solidificado o conceito clássico de democracia como um desejo de assegurar a plenitude da liberdade;
- e) que é possível planificar a economia de um país, garantindo a primazia da iniciativa particular;
- f) que, no caso brasileiro, a planificação, além do mais, significa a recuperação do tempo perdido;
- g) que é um dos objetivos da planificação assegurar a maior e mais eficiente utilização da mão-de-obra e dos recursos naturais;
- h) que a planificação econômica nacional deve abranger o trato dos problemas industriais, agrícolas e comerciais, bem como o dos sociais e econômicos, de ordem geral;
- i) que a observação do processo econômico internacional, no período anterior à guerra, demonstrou, dentro do ritmo normal da evolução, social e econômica, não ser possível, à maioria das nações empobrecidas por falta de recursos naturais, baixa produtividade das populações, ambiente geográfico e outras causas, alcançar, rapidamente, um nível de renda nacional que lhes permita assegurar um padrão de vida conveniente,

O CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA RECONHECE

(...)

5) Que a renda nacional, representada em bens produzidos e avaliados, atualmente, em cerca de 40 bilhões de cruzeiros, necessita ser pelo menos quadruplicada dentro do menor prazo possível, para que a população brasileira possa usufruir um razoável padrão médio de vida.

RECOMENDA

8) Que se proceda a uma planificação econômica, que tenha por fim, dentro de um determinado período, aumentar a produtividade e criar as riquezas necessárias para alcançarmos uma suficiente renda nacional. (ANAIS DO I CONGRESSO DA INDÚSTRIA, 1944, p. 183-184)

Os industriais brasileiros apresentam ideias próprias como se fossem ideias para todo o Brasil, ressaltando o caráter ideológico das propostas na luta por sua hegemonia. Assim, temos nos “considerando”, logo no item “a”, que é “baixo o nível de vida” e “pouco elevada” a renda nacional, ou seja: o Brasil era um país pobre.

Uma leitura possível e que já fizemos em trabalhos anteriores (2017) é que os industriais brasileiros utilizavam a pobreza para esgrimir questões políticas, entre as quais a disputa com o setor agrário exportador: se as bases econômicas do Brasil se assentavam na economia agroexportadora e se o Brasil era um país pobre com uma população também pobre, a conclusão era a de que o sistema econômico agrário exportador era um gerador de pobreza. E, se era assim, nada mais correto do que alterar as bases produtoras nacionais para a industrialização, um modelo capaz de gerar riqueza, aumentar a produção e, com isso, aumentar o padrão de vida da população como um todo.

A discussão aparece novamente na proposta número 4, acima transcrita: a evolução econômica é “absolutamente insuficiente para as necessidades” de crescimento da população. Logo, o que se deve fazer, como vimos na proposta 8 também transcrita: “planificar a economia”

A AÇÃO DOS INDUSTRIAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1946 E A CONSTRUÇÃO DO ART. 146 DA CARTA:

Estado e indústria na busca pelo desenvolvimento

José Augusto Marques de Souza

Moacir de Freitas Júnior

para “aumentar a produção” e “criar as riquezas necessárias para (...) uma suficiente renda nacional”, mas não através da agricultura e sim da indústria.

Vendo por este ângulo, as demais propostas de planificação ganham uma nova conotação: o plano é organizar a economia – e a política – para a industrialização, em detrimento (ainda que não em oposição direta) dos demais setores da economia, especialmente o agrário, que aparece como “antiquado” e “ineficiente”, ao passo em que a indústria, neste contexto, passa a significar “democracia”, “eficiência”, o modo de produção capaz de “elevar os padrões de vida” da população brasileira.

Uma vez mais podemos ver os industriais dialogando de modo crítico com os demais setores da economia nacional que defendiam a “vocação agrária” do Brasil, bem como com os que repudiavam o planejamento econômico e a intervenção estatal, contradições estas que apareciam tanto internamente, por meio da parcela dos industriais mais alinhados a políticas liberais e individuais, bem como externamente entre os setores, especialmente o agrário, que ansiavam não perder o protagonismo econômico e político de que gozaram até então.

Neste sentido ainda, na II proposta, “Intervencionismo do Estado e iniciativa particular”, pesavam dois fatores importantes: por um lado, a indústria brasileira não se desenvolveria sem o apoio e o aporte de recursos do Estado, especialmente nas indústrias de base, sem as quais o setor não se consolidaria. Por outro lado, não era politicamente viável que os industriais exigissem abertamente do Estado que este bancasse a industrialização, ainda que esta fosse a ideia, dadas as contradições ideológicas e políticas sobre as quais tratamos acima. Havia, ainda, a questão política de que a planificação econômica era um recurso das economias socialistas, o que também poderia ser utilizado como arma ideológica contra a burguesia industrial.

Por tudo isso, a proposta procurou diferenciar intervenção estatal de “intervencionismo”, adquirindo as feições de um “plano nacional” de desenvolvimento e não da gestão estatal da economia. Vejamos:

II – Intervencionismo do Estado e iniciativa particular

CONSIDERANDO:

a) que a planificação industrial do Brasil deve orientar-se no sentido de se alcançar o máximo do aproveitamento econômico;

b) que os planejamentos industriais, salvo casos excepcionais, devem ser elaborados à margem do autoritarismo do Estado, que neles deve colaborar como órgão incentivador, atendendo o sentido social da produção;

O CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA RECONHECE

13) Que o Estado, longe de interferir diretamente pelo comando no campo econômico, deve acentuar a sua influência no sentido de criar condições que assegurem a permanência do desenvolvimento das atividades privadas que são a essência da prosperidade da nação.

CONSIDERANDO

**A AÇÃO DOS INDUSTRIAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1946 E A CONSTRUÇÃO DO ART.
146 DA CARTA:**

Estado e indústria na busca pelo desenvolvimento

José Augusto Marques de Souza

Moacir de Freitas Júnior

a) que ao Estado incumbe, além das atividades normais, a tarefa de manter os trabalhos e instituições públicas que ultrapassem o alcance das iniciativas privadas, já por serem muito custosas, já por sua influência social;

b) que incumbe ao Estado, a fim de empreender a necessária organização planificadora da economia, a criação de órgãos técnicos que deverão funcionar com a participação direta das classes produtoras;

RECOMENDA

14) Que a intervenção do Estado, no campo econômico, seja:

a) supletiva, cabendo-lhe interferir para assegurar os bens gerais e permanentes da coletividade;

b) planificadora, no sentido de articular racionalmente as forças produtoras e conseguir, assim, o levantamento geral do nível de vida;

c) auxiliadora, para a concessão de facilidades que incentivem a produção.

15) Que o Estado:

a) estimule a iniciativa particular, a fim de obter a almejada expansão e desenvolvimento econômico nacional;

b) estimule a cooperação de todas as atividades no sentido de se organizar uma sólida estrutura social e econômica.

(ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA, 1944, p. 184-185)

A redação da proposta procurou apresentar com cuidado está “intervenção não intervencionista”, dando a ela a feição de um plano: ao Estado caberia planejar a demanda, mobilizar os recursos, facilitar sua alocação no desenvolvimento industrial, em suma, deveria ser o artífice da indústria nacional, mas sem nela intervir diretamente. Daí a ideia de um planejamento nacional com o objetivo de alcançar o desenvolvimento com base na industrialização.

Quando analisamos as duas propostas em conjunto, o sentido político das colocações ganha mais força: sendo a pobreza e as condições de vida um entrave para o desenvolvimento econômico do país e não sendo o setor agrário-exportador capaz de elevar este patamar; bem como sendo certo que o desenvolvimento econômico não seria conquistado com o tempo, mas deveria ser construído de maneira planejada: caberia ao Estado promover o setor industrial, alocando seus recursos e poderes para abrir o caminho da industrialização, tudo com base no “interesse nacional” que aqui aparece misturado com as pretensões políticas da burguesia industrial da época, em uma interseção de interesses muito bem construída.

Mas esta intervenção estatal não poderia aparecer como um benefício ao setor industrial, mas sim como um **plano nacional** capaz de elevar a produção, a riqueza, o desenvolvimento e, com isso, mudar o país de patamar econômico, melhorando as condições de vida dos trabalhadores, dos produtores rurais, dos comerciantes e de todos os setores econômicos.

Em suma, são propostas com funções ideológicas claras: mobilizar o setor industrial em torno de seus interesses; abrir espaço político no Estado para garantir a adoção de medidas e políticas públicas de desenvolvimento que fossem do interesse dos industriais; angariar apoios políticos dos demais segmentos econômicos e classes sociais; esgrimir com os setores divergentes, isolando-os politicamente. As condições de vida – e sua elevação por meio da indústria – aparecem

A AÇÃO DOS INDUSTRIAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1946 E A CONSTRUÇÃO DO ART. 146 DA CARTA:

Estado e indústria na busca pelo desenvolvimento
José Augusto Marques de Souza
Moacir de Freitas Júnior

como tema político chave capaz de unificar industriais e trabalhadores em prol do projeto de desenvolvimento industrialista.

Nos anos seguintes, notadamente na constituinte de 46, a atuação dos industriais reforçaria a hipótese de que eles agiam em busca da consolidação de uma hegemonia política e econômica no país.

ORDEM ECONÔMICA E INTERVENÇÃO DO ESTADO: A CONSTRUÇÃO DO ARTIGO 146 DA CF DE 1946⁴

A discussão mais sistematizada da estrutura da constituição aconteceu por blocos: tanto na Subcomissão VII (Ordem econômica e social), quanto na Comissão de Investigação Econômica e Social as temáticas envolvendo a ordem econômica foram objetos de pauta entre os constituintes. O resultado das discussões e votações nestas duas comissões definiu o texto do art. 146, que ao final dos trabalhos ficou com a seguinte redação: “Art. 146 – A União poderá, mediante lei especial, intervir do domínio econômico e monopolizar determinada indústria ou atividade. A intervenção terá por base o interesse público e por limite os direitos fundamentais assegurados nesta Constituição” (BRASIL, 1946).

Para subsidiar as discussões sobre a construção do capítulo econômico da Constituição, Agamenon Magalhães (PSD/PE), então presidente da subcomissão VII (Ordem econômica e social) ficou responsável por redigir um anteprojeto a ser submetido à comissão e ao plenário, posteriormente. Em geral, todas as discussões e emendas na construção deste capítulo giraram em torno do anteprojeto.

Quanto ao artigo 146, especificamente, o anteprojeto previa o seguinte:

Art. 2 – A intervenção no domínio econômico será fixada em lei dentro dos limites que o interesse público aconselhar, podendo a União monopolizar determinada indústria ou atividade econômica, nos termos em que for autorizada, mediante lei especial. (ANAIS DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, IV, 1947, p.285, *apud*, BRAGA, 2008)

A redação suscitou o descontentamento dos neoliberais e de alguns desenvolvimentistas do setor-privado, conforme as categorias elaboradas por Bielschowsky (2004) e aplicadas neste contexto epocal por Braga (2008). No primeiro campo, Artur Bernardes (PR/MG) se opôs frontalmente à proposta interventiva alegando que o Estado só deveria intervir em casos excepcionalíssimos para proteger a sociedade e as iniciativas particulares (ANAIS DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, IV, 1947, p.285, *apud*, BRAGA, 2008, p.59). O argumento de Agamenon

⁴ A constituinte de 1946 durou cerca de 9 meses: foi instalada em 02 de fevereiro de 1946 e finalizada em 18 de setembro do mesmo ano com a promulgação da Constituição de 1946.

A AÇÃO DOS INDUSTRIAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1946 E A CONSTRUÇÃO DO ART. 146 DA CARTA:

Estado e indústria na busca pelo desenvolvimento
José Augusto Marques de Souza
Moacir de Freitas Júnior

Magalhães para manter o texto e submetê-lo à discussão em plenário, era que as modernas economias do pós-guerra eram economias dirigidas.

O presidente, com o *New Deal*, para defender o consumidor norte-americano, agiu dentro da lei propondo a dissolução do truste, no que levou 12 anos. Afinal, vendo que não resolvia o caso, o que fez? Tomou a seguinte iniciativa: o próprio Estado norte-americano organizou a indústria de alumínio. E o truste, que tinha 100% do mercado, hoje está reduzido a 4%. A maneira de resolver o problema foi o Estado chamar a si a indústria. (ANAIS DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, IV, 1947, p.292, *apud*, BRAGA, 2008, p.60)

Embora tivesse havido outras oposições substanciais ao texto que fundamentou o artigo 146 (caso de Bendito Valadares [PSD/MG], Souza Costa [PSD/RS] e Milton Campos [UDN/MG]), a redação que seguiu para a discussão em plenário foi exatamente a mesma do anteprojeto.

Nesta fase da discussão, os industriais tiveram uma atuação mais efetiva na apresentação de emendas. A principal delas, a de nº 2.050, foi assinada por Horácio Lafer (PSD/SP) juntamente a outros pessedistas paulistas. Nesta emenda, a tese da “intervenção não intervencionista” era explícita: no I Congresso, a proposta definida era que a intervenção do Estado somente ocorreria de forma supletiva, planejadora e auxiliadora, “articulando racionalmente as forças produtoras” (ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA, 1944, p. 184-185); e, no mesmo sentido, a emenda previa que:

A intervenção do Estado no domínio econômico, para suprir deficiências da iniciativa individual e, mediante lei especial, para coordenar os fatores da produção, terá por base o interesse público e por limite os direitos fundamentais [...] (ANAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1946, XIV, 1947, p.459).

A justificativa da emenda apresentada por Lafer era a de que a intervenção estatal sem critérios era pertinente a regimes totalitários, ou seja, no regime democrático à intervenção caberia o papel de “organizar e racionalizar nossas atividades econômicas, mediante cooperação de todas as classes produtoras e coordenação das iniciativas individuais” (ANAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1946, XIV, 1947, p.459).

Alguns constituintes da UDN que tinham ligação com o setor industrial, compartilhavam posições semelhantes à de Lafer. Embora eles compreendessem a necessidade de intervenção, também aventavam a importância dos limites ao texto-base da discussão.

Para Alde Sampaio (UDN/PE), a forma do artigo 146 representava um risco, posto que não delimitava objetivamente até onde a intervenção deveria ocorrer. Citando a experiência

A AÇÃO DOS INDUSTRIAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1946 E A CONSTRUÇÃO DO ART. 146 DA CARTA:

Estado e indústria na busca pelo desenvolvimento
José Augusto Marques de Souza
Moacir de Freitas Júnior

histórica, Sampaio argumentava que uma economia dirigida sem o estabelecimento de limites era extremamente arriscada, vez que resultaria no controle do consumo por parte do Estado.

Jales Machado (UDN/GO), justificando a emenda nº 1.113 apresentada por ele, também questionava os limites da intervenção. Na fala do deputado, é possível notar que a intervenção não seria um problema desde que ela não interferisse na lei econômica da oferta e da demanda. De forma semelhante à Alde Sampaio (UDN/PE), que citava a Rússia como um caso em que o governo precisou readaptar a sua forma de atuação de maneira a não ultrapassar os limites do que ele chamou de “lei natural”, ou seja, a disposição natural de que o mercado pode e deve ser autorregulado, Machado citava o exemplo do excessivo dirigismo estatal durante o Estado Novo em relação à lavoura ponderando que este era um exemplo em que a intervenção havia provocado resultados desastrosos.

Em geral, as emendas apresentadas pelos constituintes que tinham uma relação direta com a classe industrial (como primeira ou segunda atividade econômica) tenderam a apresentar textos com ressalvas à intervenção do Estado. A questão não estava sobre a necessidade ou não da intervenção, mas sim no grau em que ela deveria ocorrer. O contexto nacional (marcado pelo fim do Estado Novo) e o contexto internacional (com atenção especial ao final da Segunda Guerra, que havia derrotado o nazifascismo e via a partir dali a ascensão da União Soviética), neste sentido, foram capazes de produzir certos consensos quanto à necessidade de participação do Estado, planejando e participando de forma mais efetiva das decisões econômicas. Ou seja, havia o reconhecimento de que a forma democrática era a mais desejável e que ela somente poderia prosperar no Brasil com uma participação efetiva e ampla do Estado na definição das matérias econômicas.

Um outro elemento importante sobre a participação dos industriais na ANC de 1946 é o da distribuição destes atores. Do total de constituintes eleitos (249 deputados e senadores em bloco), 25 eram representantes da classe dos industriais (BRAGA, 1998). A grande maioria integrava o Partido Social Democrático (PSD), que havia sido o principal partido responsável por comandar as interventorias durante o Estado Novo, o que lhe conferia certa proximidade à figura de Vargas (SOUZA, 1983).

A SÍNTESE DAS PROPOSTAS DOS INDUSTRIAIS: AS CONTRIBUIÇÕES DE HORÁCIO LAFER

Um segundo movimento referente à participação dos industriais enquanto classe com relativa coesão na ANC de 1946, é representado pela participação de Horácio Lafer (PSD/SP) na

A AÇÃO DOS INDUSTRIAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1946 E A CONSTRUÇÃO DO ART. 146 DA CARTA:

Estado e indústria na busca pelo desenvolvimento
José Augusto Marques de Souza
Moacir de Freitas Júnior

condição de relator geral da Comissão de Investigação Social e Econômica da constituinte. Além desta participação, as credenciais prévias de Lafer permitem considera-lo como uma figura central e de liderança da classe dos industriais na ANC (BRAGA, 2008).

Durante o Estado Novo, ele havia participado da delegação brasileira enviada à II Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, tendo sido membro do conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda entre 1943 e 1945. Na esfera privada, Lafer foi um dos fundadores da CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), bem como participou da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), na condição de secretário.

Se Roberto Simonsen teve um papel central na consolidação das propostas estabelecidas no I Congresso, como já apontamos, é possível dizer que Lafer atuou no segundo momento dessa consolidação, defendendo alguns dos principais interesses dos industriais na ANC.

Uma das questões mais caras à Lafer na constituinte era a questão tributária. Para ele, a divisão das competências e dos recursos tributários existentes no país até aquele momento era muito desigual, porque, proporcionalmente, destinava-se menos recursos aos municípios insuflando o déficit. A principal solução para o problema seria a criação do “imposto de indústria e profissões” sob o argumento de que era no município que a indústria estava localizada, e, por conta disso, a arrecadação deste imposto deveria ser revertida a eles, com vistas a aumentar “as condições de vida, que é um direito primário de toda criatura” (ANAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1946, IV, 1947, p.412).

Novamente o tema das “condições de vida” tinha centralidade no discurso dos industriais. No I Congresso a solução para o aumento das condições de vida era a planificação econômica. Na constituinte, à essa solução era acrescentado o reequilíbrio tributário, garantindo aos municípios uma renda maior oriunda de impostos específicos à indústria. Isso significava onerar a indústria para garantir uma melhor condição de renda para os municípios e, conseqüentemente, aos trabalhadores industriais.

Sobre a planificação, Lafer foi muito explícito na descrição da importância da medida quanto apresentou justificativa à indicação nº 173, em que requeria a criação de um órgão destinado a incrementar a cultura do trigo. O diagnóstico do industrial era o da existência de uma baixa produtividade do trigo no país; que essa baixa produtividade retirava o país da concorrência internacional; e que isso afetava as condições de vida e as possibilidades de geração de riqueza no Brasil. A solução, portanto, seria a criação de um órgão que fomentasse a cultura do trigo, partindo da ideia de que a planificação seria o remédio para este problema: “verificamos cada vez mais que

A AÇÃO DOS INDUSTRIAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1946 E A CONSTRUÇÃO DO ART. 146 DA CARTA:

Estado e indústria na busca pelo desenvolvimento
José Augusto Marques de Souza
Moacir de Freitas Júnior

enquanto o problema não fôr tratado em conjunto, planejadamente, as soluções falharão sob o aspecto técnico, sob o aspecto econômico ou sob o aspecto financeiro” (ANAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1946, XVIII, 1947, p.27).

Dando seguimento às propostas do I Congresso na ANC, Horácio Lafer argumentava que o aumento da exportação seria capaz de incrementar o capital para que o país importasse bens de produção, ou seja, a planificação era uma técnica econômica de melhoria da produtividade geral, sendo uma ferramenta capaz de contribuir para a superação do atraso em que o país se encontrava quanto à exportação de determinados bens.

A participação mais importante de Horácio Lafer na constituinte foi no âmbito da Comissão de Investigação Social e Econômica. O relatório final por ele produzido, sintetizava grande parte das elaborações feitas pelos industriais no I Congresso Brasileiro da Indústria.

Especificamente quanto à indústria, Lafer argumentava pela necessidade dos países em se industrializar “porque só assim o povo ficará a coberto dos cataclismas que são cíclicos e que conduzem os imprevidentes à miséria” (ANAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1946, XXV, 1947, p.41). Nesse sentido, o Brasil não estava tão mal, segundo o autor. Durante a guerra o país teria sido capaz de suprir satisfatoriamente o mercado interno, evitando a escassez de bens que eventualmente precisassem ser importados.

Mas era fundamental, dizia ele, que houvesse o aumento da produção. Além de modernizar a indústria nacional, a medida diminuiria os preços e minoraria a situação delicada das classes menos favorecidas (ANAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1946, XXV, 1947, p.48). A recomendação para o aumento da produção ocorreria em cinco passos: (i) facilidade de importação de maquinário mais moderno; (ii) união dos industriais para modernizar as fábricas; (iii) padronização da produção, reduzindo custos tanto para os produtores quanto para os consumidores; (iv) importação de maquinário estratégico por parte do governo para incremento da produção de pequenas lavouras; (v) estímulo para a compra do maquinário via financiamento público.

Outra preocupação importante do relator, ligada ao tópico precedente, era com a mão de obra especializada. No relatório ele afirmava a inexistência de técnicos especializados, fator que seria prejudicial ao aumento da produção ao longo prazo. A solução, então, estaria na facilitação da entrada de técnicos estrangeiros; o desenvolvimento dos serviços do SENAI; o estímulo às escolas técnicas e à inserção de jovens aprendizes nas indústrias (ANAIS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1946, XXV, 1947, p.54).

A AÇÃO DOS INDUSTRIAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1946 E A CONSTRUÇÃO DO ART. 146 DA CARTA:

Estado e indústria na busca pelo desenvolvimento
José Augusto Marques de Souza
Moacir de Freitas Júnior

As teses da planificação, da intervenção do Estado e a das condições de vida entrelaçavam-se no relatório produzido por Lafer. Em síntese, não havia contradição entre o que fora estabelecido no I Congresso e as propostas na ANC. A concordância com um projeto de intervenção, contudo, deveria ser objeto de maior controle. Assim como no I Congresso os industriais haviam recomendado a intervenção supletiva, planificadora e auxiliadora, na ANC reconhecia-se a necessidade da medida, mas com restrições. O amplo estudo de Lafer que resultou no relatório geral expressava bem essa demanda ao equacionar intervenção estatal e aumento da produtividade da indústria por meio de uma solução que garantisse participação do Estado, mas que esta participação fosse limitada à concessão e subsídios às indústrias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, partimos da hipótese de que os industriais, desde o I Congresso Brasileiro da Indústria, agiram de forma razoavelmente coesa em termos da atuação política e ideológica. Essa coesão, ao nosso ver, de fato consolidou a classe industrial como força hegemônica na economia e no Estado, como afirmamos no início do trabalho.

Sobre a dimensão ideológica, notamos que as ideias defendidas pelo grupo suplantavam a própria classe, i.e., na luta por hegemonia, as propostas definidas no I Congresso eram tratadas como ideias de dimensão nacional com vistas a melhorar as condições de vida da população brasileira como um todo. Mais do que ideias da própria classe, as propostas tinham um rótulo de “ideias de caráter nacional”.

A perspectiva ideológica, portanto, serviu de ferramenta para a consolidação da classe na luta política. Isso ficou mais evidente nas propostas que o grupo havia desenhado em torno da planificação e da intervenção do Estado. Nas justificativas a essas propostas, os industriais argumentavam que a participação/regulação do Estado em matéria de seu interesse deveria ocorrer de forma supletiva com vistas a melhorar as condições dos trabalhadores brasileiros. Não se tratava somente de lucro, mas sim da criação de um plano nacional que fosse capaz de acelerar o processo de superação do subdesenvolvimento do país.

E como a distância temporal que separava o I Congresso do início da ANC de 1946 (pouco mais de um ano), as decisões tomadas pelo grupo em 1944 se mantiveram muito estáveis até 1946. Essa estabilidade foi fundamental para manter um certo grau de coesão que permitisse a eles trabalharem em prol de seus interesses nas discussões que envolviam a intervenção do Estado e a planificação econômica na constituinte.

A AÇÃO DOS INDUSTRIAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1946 E A CONSTRUÇÃO DO ART. 146 DA CARTA:

Estado e indústria na busca pelo desenvolvimento
José Augusto Marques de Souza
Moacir de Freitas Júnior

Nesse sentido, os debates para a definição do artigo 146 da CF de 1946 e dos demais relatórios produzidos no âmbito das discussões econômicas tinham tanta centralidade. Ali seria o momento em que as ideias definidas no I Congresso seriam postas à prova. Embora o resultado final do artigo tenha plasmado uma intervenção mais ampla do que os industriais tencionavam, a atuação do grupo, notadamente capitaneado por Horácio Lafer (PSD/SP), manteve um grau importante de coesão na defesa de seus interesses.

O tema das condições de vida, portanto, surgia como uma questão central à discussão. A intervenção e o planejamento serviriam como fundamento para o aumento da produtividade e, sobretudo, como mecanismo de superação do atraso, fortalecendo a hipótese de que os industriais agiram em conjunto, pensaram como classe, e produziram consenso de que a integração entre eles e o Estado seria fundamental para a aceleração do processo de modernização do país e da superação do subdesenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ANAI DO I CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA. São Paulo: CNI/FIESP, 1945.

ATAS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA. São Paulo, CNI/FIESP, 1945.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** 4ª edição, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRAGA, S. S. **Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946:** um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1998.

BRAGA, S. S. **As relações entre o executivo e o legislativo e a elaboração da política econômica na primeira experiência de democracia presidencialista pluripartidária brasileira (1946-1964).** 2008.

BRASIL. Constituição (1946) **Constituição dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, 1946. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm> Acesso em 20 set. 2021.

BRASIL. **Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1946.** 26 volumes. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1947. Disponível em < <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/6/browse?type=title>> Acesso em 20 set. 2021.

CARONE, Edgard. **Roberto C. Simonsen e sua Obra.** RAE – Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro: 11(4): p.23-28, out/dez de 1971.

CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil. 1880-1945.** Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.

A AÇÃO DOS INDUSTRIAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1946 E A CONSTRUÇÃO DO ART.

146 DA CARTA:

Estado e indústria na busca pelo desenvolvimento

José Augusto Marques de Souza

Moacir de Freitas Júnior

CEPEDA, Vera. **Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil: limites e impasses.** 2004. Tese. (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CEPEDA, Vera. **Estado, Democracia e Nação na teoria do subdesenvolvimento.** Trabalho apresentado no XII Encontro Nacional de Economia Política, junho de 2007.

CEPEDA, Vera. **O problema do moderno no pensamento de Roberto Simonsen: crítica ao liberalismo e a questão nacional.** In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011, Curitiba. Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011, sem paginação.

DEL VECCHIO, Angelo; DIÉGUEZ, Carla. **As pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo. Horace Davis e Samuel Lowrie, pioneiros da sociologia aplicada no Brasil.** Editora Sociologia e Política: São Paulo, 2008.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato Raul. **Empresariado Nacional e Estado no Brasil.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses. Estado e industrialização no Brasil 1930-1960.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FREITAS, Moacir Jr. **O industrial e o salário: a contribuição de Roberto Simonsen para os estudos sobre o padrão de vida dos trabalhadores no Brasil.** 2013. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Araraquara.

FREITAS, Moacir Jr. **I congresso da indústria de 1944: um marco na consolidação da hegemonia da burguesia industrial brasileira.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 41, 2017, Caxambu. Anais Caxambu, 2017. Disponível em: <www.anpocs.org.br>. Acesso em: 14 fev. 2019.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil.** Bauru: Edusc/ANPOCS, 2004.

LEAO, Igor Z. C. Carneiro; PINTO, Thiago L. Q. Ramos; SILVA, Newton G. **Roberto Simonsen na origem do moderno pensamento social brasileiro.** Econ. soc., Campinas, v. 24, n. 1, p. 177-199, Apr. 2015.

LEME, Marisa Saens. **A Ideologia dos Industriais Brasileiros (1919-1945).** Petrópolis: Vozes, 1978.

LIMA, Heitor Ferreira. **Três industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Barbosa, Roberto Simonsen.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

MAZA, Fábio. **O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação.** São Paulo: Instituto Roberto Simonsen, 2004.

ROMPATO, Maurílio. **Roberto Simonsen e a evolução sem revolução.** 2004. 384p. Tese (Doutorado em História) – Unesp, Assis, 2004.

A AÇÃO DOS INDUSTRIAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1946 E A CONSTRUÇÃO DO ART.

146 DA CARTA:

Estado e indústria na busca pelo desenvolvimento

José Augusto Marques de Souza

Moacir de Freitas Júnior

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**.
São Paulo: Alfa e Ômega, 1983.

**SOB OS ENQUADRAMENTOS DO COLONIALISMO:
A necessidade de repensar as Relações Internacionais**

**UNDER THE FRAMEWORKS OF COLONIALISM:
The need to rethink international relations**

Tailon Aparecido Gomes Garcia¹

Resumo

O século XX foi palco de diversas transformações sociais nos vários cantos do planeta. Mudanças profundas e rápidas, que trouxeram à tona debates como transnacionalismo, multiculturalismo, dissolução de fronteiras, o fim de um mundo bipolarizado e imperialista, a queda das colônias e os novos fluxos migratórios, todo esse processo chama atenção para os regimes coloniais e as suas consequências. Apesar de existirem relatos anteriores do contexto colonialista e imperialista, as Relações Internacionais surgem em enquanto disciplina acadêmica, sustentada nos pilares do ocidente, uma herdeira de modernidade, muito próxima da imagem do modelo de homem moderno, o que desencadeou muitas vezes pontos cegos, lacunas em seu escopo de atuação. Deste modo, se pensa na necessidade de superar discursos hegemônicos e problematizar questões que estavam alheias aos olhos das Relações Internacionais, nesse sentido, questionam quais eram as vidas consideradas por esse campo e estudo, como esse processo colonial silenciou sujeitos, que mesmo sendo vivos não eram reconhecidos e considerados como “vida”, pensando na perspectiva de como os enquadramentos são visões e situações descritas por poderes hegemônicos e como esses recortes produzem determinados acontecimentos. Assim, por meio de uma revisão de literatura e de uma pesquisa Estado da Arte, defende-se então o debate pós-colonial no campo das Relações Internacionais como uma possibilidade de superar lacunas epistemológicas e de enfrentamento – como questões de gênero e de raça.

Palavras-chave: Epistemologia, Colonialismo, Hegemonia.

Abstract

The 20th century was the scene of several social transformations in various corners of the planet. Deep and rapid changes, which brought to light debates such as transnationalism, multiculturalism, the dissolution of borders, the end of a bipolar and imperialist world, the fall of colonies and new migratory flows, this whole

¹ Possui graduação (2014) e mestrado (2019) Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), graduação em Relações Internacionais (2022) pelo Centro Universitário Internacional. Atualmente é aluno de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás.

process draws our attention to colonial regimes and the consequences of that process. Despite the existence of previous reports of the colonialist and imperialist context, International Relations emerges as an academic discipline, supported by the pillars of the West, an heir of modernity, very close to the image of the model of modern man, which often triggered blind spots, gaps within its scope of action. In this way, one thinks about the need to overcome hegemonic discourses and problematize issues that were alien to the eyes of International Relations, in this sense, they question what were the lives considered by this field and study, how this colonial process silenced subjects, who, even though they were alive, did not they were recognized and considered as “life”, thinking from the perspective of how the frames are visions and situations described by hegemonic powers and how these cuts produce certain events. Thus, through a literature review and a State of the Art research, the post-colonial debate in the field of International Relations is defended as a possibility to overcome epistemological and confrontation gaps - such as gender and race issues.

Keywords: Epistemology, Colonialism, Hegemony.

INTRODUÇÃO

Embora tenha atingido diversas áreas do conhecimento, o movimento pós-colonial e decolonial foi durante muito tempo deixado de lado pelas Relações Internacionais, porém nos últimos anos, passamos a ter obras teóricas com visão de mundo vinda dos países que passam pelos processos de colonização e descolonização, evidenciando o modo de como a colonialidade influenciou e continua influenciando as relações de poder e a produção de conhecimento nesses países, o pós-colonialismo quebra com o *mainstream* das Relações Internacionais, um conjunto de dados e pressupostos construídos sob uma ótica dos colonizadores.

O período colonial foi dividido em três fases – século XVI quando Portugal e Espanha iniciaram a conquista e colonização da América Latina, no século XVIII quando potências europeias dominaram a África e depois quando no fim do século XIX e início do século XX que França, Inglaterra e Estados Unidos passaram exercer influência imperialista no Oriente Médio. O colonialismo desenvolveu uma relação de dominação direta política, social e cultural sobre os povos dominados, a chamada tríade colonial.

Esse novo esforço teórico trará para o centro da discussão a questão da representação, as questões de raça, de gênero, desigualdade de classe e usando como ponto de partida os legados do colonialismo e do imperialismo para o exercício do poder e das relações sociais e culturais que moldam as relações internacionais e que deixaram complexas marcas nas civilizações dos povos colonizados.

Nesta perspectiva epistemológica direcionamos nosso olhar a um conceito que empenha uma visão crítica as teorias sobre modernidade, que foram o pilar das ciências sociais e humanas, sendo necessário que realizemos reflexões críticas sobre as formas como esse modelo se sobrepôs aos demais povos, uma teoria que nos dá espaço para discutir o legado colonial, saindo da lógica eurocêntrica.

Deste modo, o objetivo primordial deste artigo está em discutir temas que muitas vezes formam pontos cegos dentro das Relações Internacionais, desencadeados, principalmente pelo surgimento da disciplina como herdeira da modernidade, sendo vista como a própria representação do homem europeu, que muitas vezes à aproximou de sua imagem, deixando de pensar em outras representações, senão somente a si próprio.

Assim, esse trabalho foi desenvolvido com através de uma revisão da literatura científica relevante, através do qual um estado da arte foi realizado, desencadeando em um balanço crítico do impacto do colonialismo dentro da construção teórica das Relações Internacionais.

Alertando assim para uma incapacidade de as Relações Internacionais olharem para os outros e olharem apenas para si, resultados de uma cegueira imperialista, em que temas como liberdade, civilização e progresso são figuras essenciais se sua autoafirmação enquanto ciência, porém, como sua própria imagem ocidental.

O CAMPO DE DEBATE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As Relações Internacionais compreendem um campo acadêmico, de grande importância e relevância pela organização da população mundial em comunidades distintas, em Estados independentes que influenciam o modo de vida das pessoas. Conforme definem Jackson e Sorensen (2013) um Estado independente possui território dotado de fronteiras, população permanente e a jurisdição de um governo constitucional, construindo assim um Estado Soberano, que em conjunto com os outros Estados formam um sistema de Estados Internacionais, sendo esses independentes, porém, não estão isolados, se unem e se influenciam e coexistem, sendo esse sistema de estados o tema central dos estudos de relações internacionais, tratado de várias perspectivas acadêmicas.

As Relações Internacionais se desenvolveram de forma diferente ao redor do globo, relacionando-se aos recursos de poder disponíveis por estas sociedades e a posição que estão neste sistema. (PECEQUILO, 2016). Salienta-se que o estudo das Relações Internacionais não é recente, existem escritos sobre o contexto internacional são habituais nas ciências sociais, todavia, somente

ao longo do século XX que as Relações Internacionais tomaram certa autonomia, construindo seu próprio escopo.

Neste contexto, surgiram as primeiras cadeiras acadêmicas de Relações Internacionais na Inglaterra, tendência seguida de imediato pelos Estados Unidos, revelando-se assim como uma ciência sustentada em pilares ocidentais e enquanto “ciência social americana”, por conta de seu contexto de emergência pós Primeira Guerra Mundial, quando da consolidação norte-americana enquanto potência global no pós-Segunda Guerra Mundial.

O estudo moderno das relações internacionais nos Estados Unidos, estava estritamente ligado a preocupação política e acadêmica de como esses deveriam conduzir a sua posição hegemônica em oposição a constante ameaça soviética, assim, constituiu-se uma diplomacia de tendências imperialistas, aumentou-se os estudos estratégico-militares e os desdobramentos desse contexto, as conceitualizações de poder e suas dinâmicas, tornaram-se o centro da Teoria de Relações Internacionais, então praticamente reduzida ao Realismo, que durante bastante tempo dominou a área. (ALMEIDA, 2012).

Almeida (2012) destaca que foram nos Estados Unidos pós-Segunda Guerra, enquanto superpotência, que as Relações Internacionais se fundamentaram no Realismo Político de Hans Morgenthau, que examinava as regularidades que podiam demonstrar a previsibilidade no comportamento dos Estados, através dos conceitos de poder e interesse nacional, essa pretensão em estabelecer princípios irrefutáveis sobre política internacional, que alimentou um debate e reações contra o realismo, esse período do estudo moderno das relações internacionais atrelado a períodos históricos, com a obra A Guerra do Peloponeso de Tucídides, que pode-se chamar de primeiro debate das relações internacionais.

O segundo momento, conforme descreve Almeida (2012) ocorreu com as abordagens chamadas tradicionalistas com contribuições do Behaviorismo, porém, não apresentaram grandes contribuições ao campo, que ainda estava bastante ligado ao realismo, somente no final dos anos 70, com o fim do sistema Bretton Woods, da expansão da globalização econômica e de movimentos contestatórios no chamado Terceiro Mundo é que outras questões começaram a aparecer nas Relações Internacionais, tal como os estudos de paz, as análises de política externa e o destaque a economia política internacional.

É nesse caminho que as Relações Internacionais abrem espaço para novos debates e novas contribuições, abriu caminho para os Estudos Críticos, o Construtivismo, o Pós-Modernismo e o Feminismo, além da preocupação em contestar e desconstruir questões que até então não eram

tratadas e debatidas pelas Relações Internacionais, questões levantadas por aquilo que poderíamos chamar de “terceiro debate”.

Almeida (2012) e Holliday (1994) apontam que as Relações Internacionais por muito tempo se mantiveram distantes de questões como gênero e do marxismo, o que criou uma incapacidade de problematizar determinadas questões, como as relações entre Norte-Sul e as estruturas globais de exploração, ficando claro a condição de ser uma das áreas das Ciências Sociais que por muito tempo se mostrou alheia as abordagens pós-coloniais, de forma que

[...] essa distância se torna cada vez mais prejudicial em um mundo majoritariamente não ocidental em que as assimetrias, começam a se fazer presentes e a impor novas necessidades. Devido à predominância anglo-americana, a disciplina se construiu ao redor de muitos conceitos, pressupostos e preocupações, tipicamente ocidentais e que fazem muito pouco sentido em outros contextos, países e regiões que agora se inscrevem ativamente no âmbito político e analítico das relações internacionais (ALMEIDA, 2012, p. 14).

Neste campo de discussão, o Pós-Colonialismo ganha espaço como importante instrumento de análise política e teórica, com capacidade de identificar, analisar e reconhecer a grande quantidade de atores e dinâmicas internacionais que estão fora das concepções hegemônicas do poder global. Almeida (2012) alerta então para a necessidade de uma crítica às epistemológicas eurocêntricas e a consequente construção de uma nova epistemologia a partir do pensamento do Sul, assim, fará sentido a proposta de descolonização das Relações Internacionais.

Desta forma,

[...] é importante ressaltar que o “pós” de pós-colonial não significa, em absoluto, uma ruptura com o período anterior, colonial, nem sua superação, uma vez que o “fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória. A aceção que constitui o Pós-Colonialismo pressupõe a revisão crítica do passado contado em termos da modernidade ocidental e também a identificação de um presente ainda permeado por uma série de discursos, práticas e relações políticas que confluem na perpetuação da distribuição assimétrica do poder e riqueza em nível global (ALMEIDA, 2012, p. 23).

Pode-se entender a Teoria Pós-Colonial conforme a representação da expressão das ex-colônias sobre sua existência, situação de marginalidade e subalternidade em relação aos Estados Ocidentais, em grande medida, seus antigos colonizadores. Essa linha de pensamento se construiu em Estados recém-independentes e se espalhou pelo mundo, principalmente pelos movimentos migratórios, contribuindo para novas perspectivas de pensamento, lavando em consideração o fim

da Guerra Fria e o colapso do sistema internacional bipolar. Assim, passa-se a analisar a partir desses grupos e não apenas do Ocidente, o que permite as Relações Internacionais pensar fora do seu tradicional centro de pensamento. (TICKNER & WAVER, 2009).

Acharya e Buzan (2010) indicam a necessidade de construir uma Teoria de Relações Internacionais não-ocidental, em oposição ao pensamento tradicional, segundo esses autores, as teorias tradicionais falham em não observar os atores não ocidentais, que tem adquirido grande relevância política, eles são vozes silenciadas na construção de estudos de relações internacionais, assim, propõe-se a necessidade de construir um pensamento teórico não ocidental que tenha capacidade de questionar as teorias ocidentais.

Dentro do debate pós-colonial muitos apontam a obra “O Orientalismo” (1978) de Edward Said como o marco inicial desse período, na qual o autor palestino trata das relações de dominação através das questões de saber e poder, sempre presente nas relações entre Ocidente e Oriente.

Na perspectiva de Said (1978) a França e a Inglaterra foram as maiores potências do colonialismo, com colônias espalhadas pelo mundo, criando uma tradição que o autor denomina de Orientalismo, que possui uma série de significados, a começar pelo modo específico de tratamento dado ao Oriente pela condição especial que ocupa, como um oposto cultural e imagem profunda do significado de outro, dando ao Orientalismo a ênfase de representar a oposição a termos culturais e ideológicos representados pelo estilo colonial imposto às colônias. Se tem também uma visão acadêmica dessa questão, ao dizer que quem escreve ou estuda sobre o Oriente é um orientalista, essa posição, tem uma dimensão histórica e material, com capacidade de ser um instrumento para reestruturar a autoridade sobre o Oriente.

O argumento de Said (1978) é reforçado por Almeida (2012) ao dizer que os conceitos de Ocidente e Oriente são criações dos homens, duas entidades geográficas que de certo modo refletem uma a outra. O que Said (1978) propõe é estudar não a correspondência entre a situação, mas, uma coerência interna das ideias do Orientalismo e Oriente, assim, o autor, realiza uma crítica a distinção realizada entre conhecimento puro e política, pois nenhuma produção de conhecimento é realizada sem o envolvimento entre do autor e o sujeito das circunstâncias, afirmando a questão de que os europeus se aproximam do Oriente, sem jamais deixarem de ser europeus.

Said assim analisou os mecanismos de poder ocidental utilizados como métodos de manutenção do próprio olhar europeu pelo mundo, para suas práticas imperialistas e coloniais (OLIVEIRA, 2017). A agregação de conhecimento sobre o oriente não é o objetivo e o orientalismo então, serviu como ferramenta de mistificação do oriente como “outro”, sendo o

orientes “irracional, depravado, infantil e diferente: o europeu, é racional, virtuoso, maduro e normal.” (SAID, 2007, p. 74).

O ENQUADRAMENTO COMO IMAGEM E SEMELHANÇA DO COLONIALISMO

A origem das Relações Internacionais enquanto disciplina é nitidamente calçada pelos sustentáculos do imperialismo e pelo colonialismo europeu, sua consolidação foi pautada na legitimação das ações colonialistas, com foco nos problemas e valores europeus, assim como sua apresentação enquanto ciência universal, porém, ignorando como os valores europeus reforçaram estruturas coloniais e foram exportadas ao redor do planeta (OLIVEIRA, 2017).

O processo colonial deixou marcas históricas nos países, profundas feridas nas sociedades envolvidas, os europeus, expandiam suas terras em busca de vantagens econômicas, através da expansão capitalista e da abertura de novos mercados consumidores. Muitas nações tiveram seus processos de independência mediante movimentos de resistência, marco desse período chamado de pós-colonial, é possível observar seja na África, Ásia ou América Latina marcas profundas do colonialismo na cultura, nos idiomas oficiais e até mesmo nas burocracias políticas.

Neste caminho pode-se chamar atenção para os chamados silêncios dentro do debate de Relações Internacionais, lacunas dentro deste campo político, que nitidamente surge sem reconhecer as diferenças, principalmente, por sua sustentação em uma teoria política que desde os primórdios é marcada pelo racismo e pelo patriarcado, que nega o agenciamento político de pessoas classificadas como inferiores – seja em termos de gênero, raça e sexualidade, não se reconhece assim a diferença.

Então questiona-se quais são as vidas passíveis de serem consideradas como vida dentro dessa perspectiva, conforme Butler (2015) questiona: quais são as vidas passíveis de luto? Em um contexto que o reconhecimento da vida e essa diferença se dá partir da morte, quais são as vidas com capacidade de se produzir luto, de modo, que o que garante a importância de uma vida é a sua capacidade de enlutamento, quando mais, maior seu reconhecimento enquanto vida.

Quando se trata nessa condição da vida, inevitavelmente pensa-se na forma como o colonialismo e o imperialismo se colocaram no sistema internacional e seus impactos sobre as sociedades vitimadas, categorias essas que conforme pensa López (2019) tem má reputação, porém ainda podem ser adequadas para se entender a desigualdade global que vivemos, um conceito, que remete as barbáries de nosso tempo, como intervenções militares no Oriente Médio, a expansão

do capitalismo financeiro e guerras híbridas em países que não querem ceder sua soberania a expansão do capital.

Ao se analisar a expansão imperialista, principalmente nos locais que se haviam profunda resistência com movimentos contrários, a violência desse modelo econômico e político é notória, levando ao colapso de sociedades e grupos, assim, Prashad (2020) destaca que a expansão imperialista violenta se dá por meio de balas, balas que destroem processos democráticos, que destroem sociedades, que destroem líderes, uma violência que:

É intimidatória, é o povo que perde seus líderes em suas localidades, um líder camponês, um líder sindical, um líder dos pobres. Os assassinatos se transformam em massacres, à medida que as pessoas em movimento são eliminadas e à medida que sua confiança começa a diminuir. Aqueles que deles vieram, que se organizam a partir deles, falam através deles, se não estão mortos, estão muito amedrontados, para se levantar, muito isolados, com seu senso de dignidade, comprometidos por essa ou aquela bala. (PRASHAD, 2020, p. 17)

Deste modo, retornando ao pensamento de Judith Butler, essas vidas que questionam o modelo totalitário do colonialismo e imperialismo, seriam vidas passíveis de enlutamento? Seriam vidas que deveriam ser consideradas?

Assim, ao pensar em quais vidas são de fato vidas entende-se que não são todas que são desconsideradas, são necessários critérios para se selecionar quem deve ser mantido vivo e quem deve-se morrer. Critérios esses que se estabelecem um conjunto de justificativas que legitimam a morte e o extermínio daqueles que não reconhecemos que sejam importantes para as constituições de sujeitos (BUTLER, 2015), que conforme apontado, não estariam sujeitos a serem reconhecidos para o imperialismo em seu processo expansivo.

Nesta perspectiva, as vidas são essencialmente precárias:

A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciadas a violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e a violência sem nenhuma proteção. A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas a violência arbitrária do Estado que com frequência quem opção a não ser recorrer ao próprio estado contra o qual precisa de proteção, mas o Estado é precisamente aquilo do que elas precisam ser protegidas (BUTLER, 2015, p. 47).

Essa condição, afeta todas as vidas, independentemente o lugar que estão, porém, pode afetar mais ainda os sujeitos vítimas de experiências como o colonialismo, pois ainda que esses são

sujeitos que estão vivos, não são reconhecidos e considerados como “vida” (BUTLER, 2015), em um problema que não é meramente de existência, mas sim, de políticas de diferenciação nos sujeitos, dentro dos mapas de poder.

Ao reconhecer que vidas podem ser perdidas, destruídas e negligenciadas não nos demonstra apenas que a vida possui um fim, mas também sua precariedade, que implica em uma exposição, destaca a suscetibilidade e o anonimato em relação aos modos socialmente condicionados de vida e de morte, essa vida precária implica em um processo condicionado e não como algo interno dos indivíduos, a vida assim é sustentada dentro de determinadas condições, não podendo essa vida ser reconhecida fora dos enquadramentos que ela é apresentada (BUTLER, 2015).

Essa ideia de enquadramento nos instiga a pensar quando que damos sentido a uma determinada cena, foca-se em determinadas coisas, o que nos leva a olhar em determinados acontecimentos e estabelecer uma versão para esses sentidos, produzimos assim um recorte e inserimos dentro de um quadro, assim, é necessário nesta perspectiva que nosso olhar não seja direcionado para o quadro, mas para as molduras, que condicionam as cenas.

Assim, o enquadramento conforme defende Butler (2015) seriam explicações históricas que damos para nossas vidas e os acontecimentos em geral, o que está em disputa são os sentidos dessa moldura, pois eles são o que recortam a cena que se vai olhar, pensar em enquadramentos é pensar quando poderes hegemônicos descrevem um fato ou uma situação, e como aquela descrição se torna verdade sobre o fato, assim, é possível pensar em como a história hegemônica é produzida e como seus recortes produzem determinados acontecimentos.

Silva (2017) salienta que Butler toma como porto de partida a análise do neoimperialismo norte-americano e estende seu debate para como os discursos classificam, modelam e enquadram a vida conforme perspectivas de gênero, de religião, de local de origem, enquadramentos que atuam para diferenciar as vidas, criando sujeitos que são reconhecíveis e vidas que nunca irão ser reconhecidas como vida.

É nessa perspectiva que realizamos a torção do olhar para pontos cegos das Relações Internacionais, que silenciam vozes e replicam seu olhar apenas para os teus semelhantes, de modo que é necessário pensar em teorias que fogem do enquadramento do olhar colonizador, em uma produção de conhecimento que passa a reconhecer a diferença e não excluir.

A POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DOS ENQUADRAMENTOS

Ao falar em desafiar as teorias ocidentais os enquadramentos impostos pela história hegemônica, chama-se ao debate os questionamentos de Gayatri Spivak, em ‘Pode o subalterno falar?’ (2010), que é um dos textos mais importantes e relevantes da crítica cultural contemporânea, um pensamento complexo e avesso a formulações simplistas, na qual a preocupação central é desafiar os discursos hegemônicos e nossas próprias crenças enquanto produtores de saber e conhecimento, com o objetivo central de construir uma teoria crítica intervencionista, engajada e contestadora.

Spivak (2010) têm como preocupações a produção de discursos críticos, com objetivo de mudar a forma como construímos nossa visão sobre o mundo, suas análises são desconstrucionistas, criticando intelectuais ocidentais, que realizam análises sociais focadas apenas nos modelos europeus e deixam de lado a multiplicidade do restante do mundo.

Deste modo, observa-se que os processos físicos de colonização podem ter acabado, porém, continuam processos de colonialidade nas maneiras de ver e pensar o mundo, é necessário que se compreenda que não existem histórias únicas, singulares e verdadeiras, considerar uma história única é eliminar quaisquer histórias e trajetórias que existam em paralelo com essa história.

Assim é apresentado o conceito de sujeitos subalternos, como “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estado social dominante.” (SPIVAK, 2010, p. 12)

A autora indiana segue desvelando o lugar incomodo e a posição dos intelectuais que se julgam poder falar pelos outros e por meio deles, alertando para o perigo de se construir o outro apenas enquanto objetos de conhecimento, que falam pelos outros, alerta que deve-se construir discursos de resistência, sendo está a tarefa primordial dos intelectuais pós-coloniais, de criar espaço em que subalterno possa falar e possa ser ouvido, o pesquisador pós-colonial não deve falar pelos subalternos, mas articular a posição de fala destes.

Consequentemente, não existem sujeitos únicos ou singulares, sujeitos puros ou livres de interferências externas, nega-se o essencialismo do sujeito e da história, Spivak (2010) defende então que não existe uma essência que compõe a história e os sujeitos, afirmando essa posição, ela coloca em cena aquilo que era negado nas histórias e teorias, o sujeito subalterno, que não é ouvido, que não tem espaço de fala e que não é levado a sério.

Spivak (2010) constrói suas teses essenciais criticando a divisão internacional do trabalho e as bases do capitalismo global, indicado que essas questões devem ser levadas em consideração,

pois são situações que definem aqueles que tem mais chances de falar e de serem ouvidos, de contarem suas histórias e serem levados a sério.

Desta forma é preciso repensar as categorias sociais usadas para explicar a realidade e pensar em que medida essas auxiliam na ideia de sujeitos únicos. Para tal Spivak (2010) crítica intelectuais contemporâneos que usam modelos europeus para seus trabalhos e deixam de lado a multiplicidade de possibilidades ao redor do mundo, da mesma forma, crítica o conceito de representação, pois pode ser usado para alguém tomar um grupo como se ele não tivesse condições de falar, silenciado esse grupo e a representação dramática, que traz discursos libertadores, mas esconde imperialismos e essencialismos, causando uma violência epistêmica.

Na defesa de Spivak (2010) os subalternos só poderão falar quando usarem seus próprios esquemas explicativos, sua própria cultura e se para falarem precisarem de outros elementos, que não são seus, eles jamais serão ouvidos.

Assim,

[...] trabalhar na emergência desta fala exige uma atividade política que em muito transcende o discurso acadêmico, marcando um comprometimento do crítico pós-colonial para com os subalternos da terra. [...] Situa a subalternidade como um produto de incisivas relações de violência epistêmica, pautadas na imposição colonial de uma ordem científica em um sistema legal (ALMEIDA, 2012, p.22-23).

Luciano (2013) analisando as propostas pós-coloniais dentro da Teoria de Relações Internacionais salienta que estas, devem realizar a crítica a universalidade teórica proposta pelo ocidente, que essa crítica não deve ser dirigida somente as teorias clássicas, mas para as demais abordagens, como o marxismo, pois, independente do radicalismo tomado, são teorias erguidas com base na realidade do Ocidente e para o Ocidente. Alertando que não é possível construir algo universal sem levar em consideração vozes negligenciadas e que apesar de cada vez mais novas vozes terem espaço, há uma dificuldade de acreditar que todas as vozes possam fazer parte de um discurso e validar a premissa da universalidade do conhecimento das Relações Internacionais.

Deve-se estar em constante alerta com os perigos das armadilhas dos usos não críticos das teorias de relações internacionais. Conforme analisa Cervo (2008) elas são as responsáveis por tentar fincar os interesses de alguns países em regiões periféricas, favorecendo a desigualdade entre as nações, aumentando os processos de dominação e a influência de países de diferentes condições econômicas, situação essa que poderia prejudicar o interesse de muitos países, devendo assim, evitar o uso de teorias sem observar as conjunturas locais.

É necessário ficarmos atentos também aos conceitos criados e desenvolvidos pelas teorias, pois:

assim como as teorias, os conceitos também estão imiscuídos de ciladas. Teorias tanto quanto conceitos teriam o papel de orientar as nações no âmbito externo. Os conceitos também estariam associados a um propósito pré-definido. No caso do uso de conceitos como alternativa epistemológica por países da periferia, o objetivo estaria em se desvencilhar das amarras teorias construídas pela academia ocidental, as quais tenderam a moldar o conhecimento das RI ao redor do mundo (LUCIANO, 2013, p. 81).

O processo de descolonização das relações internacionais deve passar por histórias e grupos sociais excluídos dos modelos eurocêntricos, mas, apenas contar essas histórias não será suficiente, é necessário questionar os mitos fundadores das Relações Internacionais e talvez, questionar toda produção de conhecimento ocidental, pois, se tudo isso permanecer inalterado, dificilmente mudanças significativas da ordem mundial serão possíveis. (ALMEIDA, 2012).

Existem caminhos para se questionar esses mitos fundadores e dar espaço a novas vozes e perspectivas, conforme Saurin (2006) descreve, é necessária uma ampla crítica ao eurocentrismo, sustentado pela primazia do Iluminismo, um julgamento das desigualdades resultantes da ordem internacional imperialista e um questionamento as inconsistências das doutrinas universais.

Nas perspectivas de Saurin (2006) e Almeida (2012) a descolonização das Relações Internacionais exigem comprometimentos com método, filosofia da ciência, história e economia política, sendo necessário recontar histórias passadas como ferramenta descolonizadora, além de uma aproximação com a economia política, porque nenhuma simpatia histórica pelos subalternos pode ser potente e eficiente sem uma crítica à política econômica de poder.

Assim, para a superação dos processos de colonialismo que continuam deixando marcas sociais – como racismo, autoritarismo e vários marcadores sociais é necessário que sejam estabelecidas relações entre a teoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Pós-Colonialismo tem variadas contribuições para oferecer nas análises sociais em quaisquer partes do mundo, sendo uma posição epistemológica que envolve críticas aos modelos de superioridade europeia, fruto da violência epistêmica. A maior contribuição deste está na ruptura com visões únicas da história, sustentadas por narrativas que legitimaram os processos colonizadores.

Quando se pensa no enquadramento, trata de uma forma de como uma dada situação é apresentada e interpretada para e pelos interlocutores, de certo modo é assim que as ciências hegemônicas no espectro europeu atuam, esse modelo imperialista e colonialista que paira sobre os modelos sociais, políticos e econômicos contribuem para nossa vivência sob um conjunto de estruturas e normas que regulam nossas vidas – sejam meios morais, afetivas, através de enquadramentos seletivos de violência.

Deste modo, o viver é uma constante luta por sentido do enquadramento, algumas vidas valem mais do que as outras e somente desafiando os modelos hegemônicos permitirá que vidas, mesmo que precárias sejam reconhecidas enquanto vida.

A reflexão pós-colonial tem sido essencial na desconstrução de narrativas hegemônicas, sendo capaz de realizar a revisão de conceitos que criavam binarismos e dicotomias. Com essa nova perspectiva, passa-se a dar importância a ação humana como elemento transformador nas relações sociais e em seus desdobramentos, que conforme Spivak (2010) defende, os subalternizados só poderão ter voz quando usarem de seus próprios esquemas explicativos e sua própria cultura para serem ouvidos.

Reconhecer esse lugar dos enquadramentos hegemônicos significa dar espaço para a superação destas dicotomias, entender que mesmo com o fim das dominações, a colonialidade ainda permanece nos modos de se ver o mundo, pois, os modos de dominação são reorganizados em novos arranjos institucionais e em processos permanentes de manutenção de poder.

Deste modo, quando se pensa em uma Teoria de Relações Internacionais contra hegemônica, não se deve preocupar apenas em dismantlar tudo aquilo que foi imposto pelo colonialismo, deve-se pensar na valorização da cultura original, sua legitimidade e verdade epistêmica, pois, apenas deixar de lado os paradigmas coloniais faziam de sociedades vazias e não na valorização de suas epistemologias.

É impensável deixar de realizar críticas ao sistema capitalista global, pois, cada região do planeta experimentou uma forma particular de acesso a esse sistema, pois, não é possível realizar nenhuma crítica epistemológica aos sistemas internacionais dominantes sem de fato olhar criticamente o sistema econômico.

Assim, ao olhar esse esforço epistemológico das Relações Internacionais no combate aos imperialismos e colonialismos reconhece-se o esforço em superar seus mitos de origem e ampliar seu escopo para a incorporação de vozes tradicionalmente silenciadas, buscando tornar o conhecimento dito subalterno autônomo e independente para todos.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. **Non-Western International Relations Theory – Perspectives on and Beyond Asia**. 2010.

ALMEIDA, Carolina Soccio di Manno. **Pós-colonialismos e Relações Internacionais: epistemologias do sul**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Pós-Graduação em Ciência Política. 2012.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CERVO, Amando. Conceitos em Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**. V. 51, nº 2, p. 8-25, 2008.

HOLLIDAY, F. **Rethinking international relations**. London. Macmillan. 1994.

JACKSON, Robert; SORENSEN, George. **Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

LOPES, Emiliano. **As veias do sul continuam abertas: debates sobre o imperialismo de nosso tempo**. 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LUCIANO, Bruno Theodoro. Abstrações imperfeitas: o uso de teorias e de conceitos em relações internacionais. **Século XXI**, Porto Alegre, v. 4, nº1, jan.-jun. 2013.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Teoria das Relações Internacionais: o mapa do caminho – estudo e prática**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

PRASHAD, Vijay. **Balas de Washington: uma história da CIA, golpes e assassinatos**. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

OLIVEIRA, P.H.S. O pós-colonialismo nas relações internacionais: uma proposta para repensar a teoria, estrutura e racionalidade no Sistema Internacional. **Revista Liberato**, Novo Hamburgo, v. 18, n. 30, p. 133-258, jul./dez. 2017

SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo, Companhia de Bolso. 2007.

SAURIN, J. International relations as the imperial illusion: or, the need to decolonize IR. In: JONES, B. (Ed.). **Decolonizing international relations**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2006.

SPIVAK, Gaytri. **Pode o subalterno falar?** Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THICKNER, Arlene; WAEVER, Ole. **International Relations Around the Word**. 2009.

**EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:
O caso de uma universidade pública baiana**

**DROPOUT IN HIGHER EDUCATION:
The case of a public university of Bahia**

Daniel Cardoso Alves¹

Resumo

A meta do Plano Nacional de Educação (PNE) de elevar as taxas bruta e líquida das matrículas nos cursos de graduação vincula-se à ampliação das políticas de acesso, inclusão, ações afirmativas, assistência e permanência estudantil para a educação superior. Este artigo tem como objetivo geral discutir o conceito de evasão, bem como seu comportamento, quando da inserção dessas políticas no cenário de uma universidade pública do interior da Bahia. Dividem-se em dois os objetivos específicos delineados: problematizar o fenômeno da evasão à luz da literatura sociológica e relacionar o (in)sucesso acadêmico dos graduandos com o determinante de natureza socioeconômica. Sob o entendimento de que as desigualdades sociais e econômicas influenciam, tanto no acesso, quanto na evasão nos diferentes níveis da educação, básica a superior, o caminho metodológico percorrido constituiu-se de três procedimentos: revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. As informações produzidas foram sistematizadas e analisadas qualitativa e quantitativamente. Dos principais resultados obtidos, constatou-se que a compreensão do fenômeno da evasão na educação superior demanda que a universidade reconheça que as políticas educacionais de combate a esse fenômeno continuarão ineficazes enquanto perdurar o desconhecimento dos determinantes implícitos que impulsionam o acadêmico a abandonar o seu curso. Nesse sentido, urge à universidade tratar o fenômeno da evasão para além da objetividade explícita em nomenclaturas normativas, as quais são insuficientes para a captação da subjetividade que elas carregam.

Palavras-chave: Evasão; Plano Nacional de Educação (PNE); Desigualdades socioeconômicas.

Abstract

The goal of the National Education Plan (PNE) of raising the gross and net rates of enrollment in undergraduate courses is linked to the expansion of access, inclusion, affirmative action, assistance and

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor da área de Filosofia e Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais.

student retention policies for higher education. This article aims to discuss the concept of dropout, as well as its behavior, when these policies are inserted in the scenario of a public university in the interior of Bahia. The specific objectives outlined are divided into two: problematize the dropout phenomenon in the light of sociological literature and relate the academic (failure) of undergraduates with the determinant of a socioeconomic nature. Under the understanding that social and economic inequalities influence both access and dropout at different levels of education, from basic to higher, the methodological path followed consisted of three procedures: literature review, document research and field research. The information produced was systematized and analyzed qualitatively and quantitatively. From the main results obtained, it was found that understanding the phenomenon of dropout in higher education requires the university to recognize that educational policies to combat this phenomenon will remain ineffective as long as the lack of knowledge of the implicit determinants that drive students to abandon their course persists. . In this sense, it urges the university to address the phenomenon of evasion beyond the explicit objectivity in normative nomenclatures, which are insufficient to capture the subjectivity they carry.

Keywords: Evasion; National Education Plan (PNE); Socioeconomic inequalities.

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva, de forma geral, discutir a evasão na educação superior relacionando-a à ampliação das políticas de acesso, inclusão, ações afirmativas, assistência e permanência estudantil na educação superior. E, de modo específico, problematiza o fenômeno da evasão à luz da literatura sociológica e relaciona o (in)sucesso acadêmico dos estudantes com a dimensão socioeconômica.

Para tanto, utiliza-se como caso de investigação o comportamento do fenômeno da evasão no contexto da inserção e/ou ampliação das mencionadas políticas numa universidade pública do interior do estado da Bahia. A escolha desse caso busca situar como a meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 – 2024, que se traduz na elevação da taxa bruta de matrícula e da taxa líquida entre a população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos na educação superior, tem se configurado nas políticas educacionais voltadas para o alcance da estratégia 12.3, a saber: “elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento) [...]” (BRASIL, 2014).

Assim, a questão que permeia o estudo é a seguinte: há diferenças no índice de evasão em relação à política de acesso adotada, isto é, se Sistema de Seleção Unificada (SiSU) ou vestibular?

Do referido questionamento outros suscitam e apontam para uma continuidade do estudo aqui apresentado. Para citar dois principais, destaca-se: quem são os acadêmicos que evadem dos cursos de graduação da universidade investigada? Em que medida as políticas de acesso, inclusão,

ações afirmativas, assistência e permanência estudantil inseridas e/ou ampliadas na universidade investigada vêm contribuindo para mitigar o processo de evasão estudantil?

Para a discussão do conceito de evasão e do comportamento desse fenômeno no contexto da inserção e/ou ampliação das políticas públicas de acesso, inclusão, ações afirmativas, assistência e permanência estudantil na educação superior pública do estado da Bahia, os 47 (quarenta e sete) cursos de graduação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) são o *locus* deste estudo, cujos dados coletados na etapa da pesquisa de campo no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) complementaram lacunas da etapa precedente - pesquisa documental -, o que contribuiu significativamente para uma fidedigna sistematização quantitativa dos dados, bem como, para a posterior análise qualitativa dos mesmos.

O artigo inicia-se com uma abordagem conceitual acerca da evasão e dos aspectos correlatos a esse fenômeno. Na sequência, é detalhada a metodologia da pesquisa. Posteriormente são apresentados e interpretados os dados sobre ingresso, evasão, integralização e procedência escolar dos acadêmicos da UESB, valendo-se do recorte temporal 2012 a 2016, o qual é justificado metodologicamente no ano em que teve início, na UESB, o primeiro ingresso de acadêmicos pelo SiSU, cujas políticas de ações afirmativas já estavam em curso na instituição. O ano limite do período de investigação (2016) baseou-se na data do último Censo da Educação Superior divulgado à época. E, por fim, são tecidas algumas considerações finais.

Espera-se que as discussões realizadas neste artigo apontem direcionamentos para outras instituições de ensino superior no que concerne à avaliação dos êxitos de suas políticas internas, notadamente, aquelas que incidem na permanência e sucesso acadêmico dos graduandos que têm sido oportunizados com as novas estratégias de acesso aos cursos de graduação.

A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR À LUZ DA LITERATURA SOCIOLÓGICA

Refletir sobre evasão estudantil no ensino superior perpassa pelo entendimento de que se trata de um fenômeno demandante de uma análise radical, isto é, que exige ir às raízes, às origens, as quais são anteriores à sua materialização (evasão) e, portanto, invisíveis, à primeira vista, nos dados institucionais.

A evasão é, assim, resultado de processos de curto, médio e longo prazos que, ou contribuem para a sua mitigação, para a sua estabilização, ou incidem na sua maximização. Por isso, falar em evasão estudantil na educação superior implica entendê-la na sua historicidade, o que, obrigatoriamente, implicará em falar sobre as políticas de acesso, inclusão, ações afirmativas, permanência e assistência estudantil considerando desde os anos elementares do ensino formal e

associando-as ao “*cursus* determinista” (BOURDIEU, 1998, p. 52) das desigualdades socioeconômicas, as quais são apontadas, pela literatura sociológica, como o aspecto de maior impacto na evasão estudantil, em todos os seus níveis de ensino, dada a predominância de uma sociedade historicamente estratificada, como é o caso da sociedade brasileira.

A compreensão ampliada do fenômeno evasão na educação superior parte do entendimento de que “[...] as escolhas precoces comprometem muito fortemente as oportunidades de se atingir tal ramo do ensino superior e de nele triunfar, pois, em síntese, as cartas são jogadas muito cedo” (BOURDIEU, 1998, p. 52). Escolhas que, para Weber (1994), perdem o seu significado libertário por estarem vinculadas ao *cursus* sócio, econômico, político e culturalmente determinado para a necessária manutenção do *status quo*², como forma de sustentar a (re)produção da lógica que seleciona quem terá direito à educação e a quem esse direito reverberará, de fato, numa trajetória escolar/acadêmica exitosa.

Conforme Coleman *et al.* (1996), corroborando com o entendimento dos citados sociólogos, questões familiares e raciais interferiam mais no desenvolvimento escolar de estudantes norte-americanos do que a própria qualidade do ensino oferecido. Barros *et al.* (2001) e Soares e Collares (2006) também revelam, em seus estudos, que há uma relação entre as dimensões culturais e socioeconômicas com o desempenho escolar.

Ao mesmo tempo, Blau e Duncan (1967) demonstram que a educação é o principal fator de mobilidade social, porém, o sistema formal de ensino se revela incapaz de garantir uma trajetória escolar sólida dos grupos historicamente desfavorecidos socioeconomicamente, justamente por concentrar suas políticas educacionais no acesso. Esses autores, apontam para a necessidade da vinculação entre o acesso e as políticas voltadas para a permanência estudantil, uma vez que, a garantia isolada do ingresso é insuficiente quando se trata de um perfil de estudante fragilizado sócio e economicamente.

Nesse sentido, a evasão no ensino superior remonta a questões históricas e aos anos iniciais do ensino formal, apresentando-se como um aspecto socialmente negativo para a educação, porém, coerente com uma política de acesso intencionalmente afastada da garantia de:

- a) Matrícula e frequência regular
- b) Progressão nos anos escolares nas idades apropriadas
- c) Aprendizagem significativa e que tenha utilidade
- d) Chances reais de transição para o nível médio
- e) Reais oportunidades educacionais para as crianças e jovens de baixa renda, com menos variação de qualidade entre as escolas frequentadas por diferentes grupos sociais (LEWIN, 2007, p. 21).

² “*Grundrisse*”, Garantia das estruturas dominantes (MARX, 2011).

Esse afastamento ratifica um modelo de educação superior que, apropriada segundo padrões reprodutivos flexíveis, típicos do final do século XX, vem cumprindo fidedignamente o papel que lhe fora atribuído pelo Estado atento aos ditames do Capital³, de organização “operacional, produtivista e flexível” (CHAUI, 2001, p. 191). Conforme Saviani (2010), essa servidão universitária ao Capital é:

a situação que estamos vivendo hoje quando vicejam os mais diferentes tipos de instituições universitárias oferecendo cursos os mais variados em estreita simbiose com os mecanismos de mercado. Aprofunda-se, assim, a tendência a tratar a educação superior como mercadoria entregue aos cuidados de empresas de ensino que recorrem a capitais internacionais com ações negociadas na Bolsa de Valores (SAVIANI, 2010, p. 4).

Por sua vez, as políticas educacionais caminham a passos largos da possibilidade de romperem com esse papel, pois, se diferente fosse, segundo Ribeiro (1991), não seriam os acadêmicos evadidos aqueles que, historicamente desfavorecidos socioeconomicamente, são os últimos a terem acesso à educação, mas, ao mesmo tempo, os primeiros a abandoná-la.

Conforme Fávero (2006), a universidade:

foi criada não para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual era e é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido a minorias, sem uma definição clara no sentido de que, por suas próprias funções deveria se constituir em espaço de investigação científica e de produção de conhecimento. Produção essa que deveria procurar responder às necessidades sociais mais amplas (FÁVERO, 2006, p. 19).

Diante desse cenário revelador de um acesso segregado e mitigado à educação superior, há uma tênue diferenciação entre os termos exclusão e evasão. Bueno (1993) refere-se a processo de exclusão, quando fala do abandono da universidade frequentemente relacionado às dificuldades de permanência dos estudantes; e a evasão, quando a eliminação ocorre por iniciativa do estudante, uma desistência do curso, por exemplo.

Para Ribeiro (2003), a evasão estudantil na educação superior seria resultante de políticas universitárias inadequadas aos novos perfis de estudantes que, mesmo em número ainda reduzido, passaram a ter acesso à universidade, denunciando que a instituição universitária não pode ter como

³ “*Grundriss*”, Entende-se por Capital produtivo aquele oriundo de “uma relação essencial para o desenvolvimento das forças produtivas sociais. (Ele) só deixa de sê-lo quando o desenvolvimento dessas próprias forças produtivas encontram um limite no próprio capital (p. 256). [...] No conceito do capital está contido o capitalista” (MARX, 2011, p. 422).

objetivo central a emissão de diplomas que dão acesso linear a uma profissão, pois sua função é também de reparação social.

Ristoff (1999), por seu turno, insere um novo fenômeno na discussão, que é a mobilidade, muitas vezes chamada, equivocadamente, de evasão ou exclusão. Para o autor, mobilizar-se não é fuga, mas busca; não é desperdício, mas investimento; não é fracasso - nem do professor nem do aluno, nem do curso ou da instituição -, mas tentativa de buscar o sucesso ou a felicidade.

Vê-se, assim, que diagnosticar as causas da evasão estudantil demanda estudos analíticos históricos e complexos. Segundo Hunt (2008) e Witte *et al.* (2013), a evasão aponta múltiplos fatores, uma vez que, abrange desde aspectos individuais relacionados aos perfis daqueles que acessam a educação (não identificação com o curso; deficiências, não só de aprendizagem, mas de convivência com os pares e os novos atores; adaptação à nova vida longe da família, entre outros), a questões curriculares, socioeconômicas, políticas e étnico-culturais.

Hovdhaugen, Kottmann e Thomas (2015) em um estudo sobre os fenômenos abandono e conclusão do ensino superior na Europa, o qual resultou num relatório comparativo acerca desses dois fenômenos, evidenciam a importância de pesquisas institucionais sobre os padrões específicos, isto é, situados aos contextos geradores de abandono e não conclusão dos cursos pelos discentes. Essas pesquisas se constituem como verdadeiros termômetros para as instituições formularem, de forma mais realista, as políticas públicas pautadas no sucesso acadêmico, sobretudo, quando sugerem que

as instituições precisam monitorar os caminhos de cada aluno para identificar aqueles que estejam em risco de abandono. Isso também as ajudará a entender padrões subjacentes ao abandono e à conclusão e informarão a futura formulação de políticas (HOVDHAUGEN; KOTTMANN; THOMAS, 2015, p. 9, tradução do autor).

Nessa mesma direção, porém, tomando como realidade o contexto latino-americano, Mellado, Orellana e Gabrie (2018) descrevem as variáveis e os fatores que têm se associado à retenção e evasão de acadêmicos no Ensino Superior na América Latina e no Caribe. Entre os fatores levantados, os autores concluem que os de ordem individual, notadamente o fator motivacional, bem como, aqueles relacionados ao baixo desempenho acadêmico dos discentes, são os que apresentam maior variabilidade, o que:

aponta para a importância de as instituições de ensino superior realizarem intervenções em benefício dos alunos, gerando ambientes favoráveis à adaptação e integração à vida universitária, oferecendo acompanhamento psicológico no

processo relacional entre professores e alunos, avançando na flexibilidade curricular e carga acadêmica, entre outras medidas. Da mesma forma, os estados devem promover políticas públicas que permitam que os alunos escolham voluntariamente permanecer ou abandonar o ensino superior e não forçados por determinações estruturais relacionadas à sua origem socioeconômica (MELLADO; ORELLANA; GABRIE, 2018, p. 17, tradução do autor).

Em relação ao contexto brasileiro, Coimbra, Silva e Costa (2021), do ponto de vista conceitual, apontam os limites das definições vigentes acerca da evasão no ensino superior federal, reforçam a importância das definições sobre esse termo a partir das causalidades e, ainda, possibilitam um debate sobre a política de combate à evasão no ensino superior. Com esses fitos, os autores entendem que o termo evasão e, por sua vez, os motivos que lhe dão origem, encontra-se imerso em imprecisões nos marcos regulatórios do sistema de educação superior no Brasil, tendo em vista que se constituem como:

definições genéricas, abarcando quase todo tipo de perda de vínculo como evasão. Levando para a mesma conta falecimentos, troca de cursos, expulsões, jubileamentos, saída por ausência de vocação, por problemas financeiros, por problemas curriculares, por adoecimento, entre tantos outros. Cada uma dessas razões pode ou não representar um problema, bem como cada uma delas pode exigir um tipo de abordagem, de mensuração e de política pública (COIMBRA; SILVA; COSTA, 2021, p. 3).

Diante das múltiplas definições, as quais estão associadas ao nome que se dá ao processo de saída do discente de determinado curso, Coimbra, Silva e Costa (2021) problematizam que a concepção do termo evasão carrega consigo três sentidos: evasão por exclusão, evasão para inserção e evasão por externalidades, em que:

chamar-se-ia de evasão por exclusão a perda do vínculo com o curso, instituição ou sistema de ensino superior originada pelas distorções institucionais em suas estruturas didáticas e curriculares ou por incapacidade institucional de combater as vulnerabilidades e garantir o direito à educação. Tomada dessa forma, somente seria evasão por exclusão a perda de vínculo que se apresentar como um problema social, um fracasso institucional, uma incapacidade do Estado de garantir o acesso a um direito. Portanto, as iniciativas para a correção do problema recairiam sobre a própria instituição, sem trazer para si fenômenos que não são problemas, ou problemas que estão fora de sua alçada. Por seu turno, seria chamado de evasão para inserção¹⁰ o trânsito de discentes entre cursos, instituições ou sistemas de ensino superior originado pela busca de novas oportunidades. Em se tratando de uma ação originada pela busca individual por novas oportunidades, sem vinculação direta com a qualidade do curso ou instituição e respondendo ao desejo humano da busca pela felicidade, tal movimento não seria tomado como um problema e, por conseguinte, não exigiria das instituições quaisquer iniciativas de correção. Finalmente, sugere-se a

denominação evasão por externalidades a perda de vínculo com o curso, a instituição ou o sistema de ensino superior por causas externas, involuntárias e de força maior (COIMBRA; SILVA; COSTA, 2021, p. 14).

Com base na característica multifatorial acerca do que provoca a evasão estudantil e, conseqüentemente, lhe confere determinada semântica, Raftery e Hout (1993) ao formularem a hipótese da “desigualdade maximamente mantida”, evidenciaram que os grupos privilegiados sócio, econômico e culturalmente tendem, naturalmente, a alcançarem o êxito na trajetória em determinado nível de ensino, sendo que, somente quando esse alcance se satura, torna-se possível ampliar a participação para os estratos sociais não privilegiados. Entretanto, à proporção que a população se diversifica nos anos finais da educação básica, as desigualdades socioeconômicas nas oportunidades de acesso à universidade também tendem a aumentar, ou seja, a estabilização em um nível anterior desestabiliza o nível posterior.

Inspirados nessa hipótese, Brito (2014) e Ribeiro, Ceneviva e Brito (2015), semelhantemente a Prates e Collares (2014), ao testarem-na respectivamente nos estudos referentes aos anos de 1950 e 1982 a 2006, concluíram que as desigualdades socioeconômicas nas oportunidades de acesso ao ensino superior cresceram expressivamente com a ampliação das matrículas nesse nível de ensino, o que corrobora com a premissa de que os maiores beneficiados com as políticas de acesso à universidade têm sido os grupos sociais historicamente privilegiados, dado que, conforme Brito (2014), o acesso nesse grupo ainda não se saturou.

Esses estudos, associados a variados instrumentos normativos no Brasil, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a própria Constituição Federal de 1988, os planos de educação e a lei de diretrizes e bases da educação (Lei nº 9.394/1996), não somente inseriram o acesso à educação nas metas das políticas educacionais, como inovaram, sobretudo a partir do Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, reconhecendo que o problema da evasão estudantil não se restringe ao acesso, uma vez que, está associado, em grande medida, com desigualdades socioeconômicas, o que exige políticas de acesso integradas com permanência como forma de garantir uma trajetória exitosa daquele que teve a oportunidade de ingressar no ensino formal.

Como consequência, diversas são as políticas internas aprovadas pelos conselhos universitários, atentas, sobretudo, à estratégia 12.3 da meta 12 do PNE 2014-2024, foco deste estudo. Essa estratégia visa “elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento) [...]” (BRASIL, 2014). Ou seja, não basta ampliar o acesso aos cursos de graduação ofertados, é preciso que ele

esteja associado a ações que garantam a permanência estudantil até a obtenção do tão almejado diploma pelo acadêmico.

Dentre essas políticas, no âmbito da educação superior estadual, quatro merecem destaques: a Universidade Aberta do Brasil (UAB) em 2006, instituída por força do Decreto Federal nº 5.800, de 08 de junho de 2006; o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído em 2010 pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010; o SiSU, criado em 2010 pela Portaria Normativa MEC nº 2, de 26 de janeiro de 2010, alterada pela Portaria Normativa MEC nº 21, de 05 de novembro de 2012; e as Ações Afirmativas instituídas em 2012 por meio da Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.

De maneira geral, o principal objetivo do governo com a UAB consiste em aumentar o alcance do ensino superior no país, interiorizando-o e diminuindo as desigualdades regionais das ofertas. Na UESB, como parte das políticas públicas para acesso ao Ensino Superior no Brasil, em 2006 e em parceria com a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRP), ofertou-se o primeiro curso na modalidade de educação a distância (EaD). Nesse mesmo ano, em articulação com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foram disponibilizadas vagas para o primeiro curso de pós-graduação *lato sensu* EaD. E em 2011, a universidade passou a desenvolver uma série de ações de extensão na modalidade a distância. Atualmente, segundo informações divulgadas no *site* institucional, a UESB oferta, na modalidade EaD, quatro cursos de graduação - Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Computação, Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Física - e três curso de pós-graduação *lato sensu*: Gestão Municipal, Gestão em Saúde e Mídias na Educação.

Contudo, não se pode fechar os olhos para o fato de que, não raras vezes, a instalação da EaD pode representar a intensificação do desmantelamento da educação superior, cujo Estado opta por essa modalidade como forma de se isentar de custos superiores que uma modalidade presencial exigiria. Além disso, pode implicar nas condições de qualidade do ensino ofertado, na restrição de acesso a cursos considerados de elite para acadêmicos que têm como única oportunidade de inserção no ensino superior a EaD, bem como, pode incidir na precarização da profissão e formação docentes.

Com relação ao SiSU, a sua implementação esteve associada à possibilidade de tornar o acesso padronizado e mais democrático ao ensino superior na rede pública, constituindo-se em um sistema informatizado que, gerenciado pela Secretaria Superior de Educação do Ministério da

Educação (MEC), tem como objetivo selecionar estudantes para o preenchimento de vagas em cursos de graduação, as quais são disponibilizadas pelas instituições que dele participam.

Ressalva-se que, a adesão ao SiSU pelas universidades estaduais as credenciou para acesso aos recursos do PNAES, programa federal instituído no ano de 2010 e estendido, em 2012, às universidades estaduais. O PNAES:

atualmente é o principal norteador para a construção das políticas de assistência aos estudantes de graduação. Contudo, os objetivos estabelecidos nesse Programa (democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação) não são ensejos recentes, pelo contrário, resultam de históricas lutas estudantis (ALVES; BRITO, 2021, p. 30).

Segundo Alves e Brito (2021), o PNAES, em sua versão estadual (PNAEST), enquanto um dos motivos estimuladores para a adesão das universidades públicas ao SiSU, como no caso da UESB, acabou acentuando uma problemática:

o recurso do PNAES não chega, à universidade, juntamente com o ingresso dos alunos, e nem atende somente esse público específico, o que exige que a instituição, por recursos próprios e isoladamente, tente garantir a permanência e a assistência por um longo período de tempo (ALVES; BRITO, 2021, p. 41).

No que concerne às ações afirmativas, faz-se necessário sublinhar que esta não é uma preocupação recente e de proposição inicial do governo federal. Conforme Guimarães (2003), destaca-se o protagonismo das universidades estaduais do Rio de Janeiro e da Bahia, as quais, respectivamente nos anos de 2002 e 2003, estabeleceram legislações próprias sobre cotas raciais e para oriundos de escolas públicas, incentivando que outras instituições de ensino superior estaduais passassem, por meio dos seus próprios conselhos universitários e/ou leis estaduais, também a acrescentar outras ações afirmativas, especialmente aquelas voltadas para estudantes de baixa renda, indígenas, quilombolas e com deficiência.

Essas IES implementaram tais ações nos seus processos seletivos antes mesmo da existência da legislação federal (Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012), a qual somente veio existir somente dez anos depois e sob muita pressão social, especialmente, do Movimento Negro.

Esse protagonismo é instigador de alguns questionamentos: quais os quadros gerais das políticas de cotas nas universidades estaduais? E nas estaduais do Rio de Janeiro e da Bahia? Que

impacto tiveram na mudança do perfil discente? No entanto, primando por não tergiversar do foco deste estudo, tais questionamentos, muito provavelmente, serão objeto de um estudo aprofundado sobre a história das políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras. Relacionar essa história com o fenômeno da evasão seria instrumento de grande valia para as políticas públicas de permanência estudantil no Brasil.

Instigado por esses questionamentos, Alves (2019) em um estudo sobre o histórico de inserção de acadêmicos indígenas no ensino superior, quilombolas e com deficiência, assim conclui:

o êxito dessas políticas é comprovado em dados que vêm mudando a ideia de que as universidades são o centro do poder exclusivo da elite brasileira. De acordo com a quinta edição da pesquisa que traça o perfil socioeconômico e cultural do corpo discente no âmbito das instituições federais, realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior (Andifes) e divulgada em maio de 2019: 70% (setenta por cento) dos discentes das universidades federais brasileiras têm renda mensal familiar per capita de até 1(um) salário mínimo; 65% (sessenta e cinco por cento) estudaram o ensino médio integralmente, ou na maior parte dele, em escolas públicas; 51% (cinquenta e um por cento) pertencem ao grupo negro, o que evidencia um aumento percentual em 15 (quinze) anos de adoção das ações afirmativas de 282% (duzentos e oitenta e dois por cento), as quais, também, elevaram para 49% (quarenta e nove por cento) a presença de discentes que ingressaram por cotas (renda; preto, parto, quilombola e indígena; e pessoa com deficiência). No âmbito estadual, em que muitas instituições se anteciparam ao federal na adoção das políticas inclusivas, a exemplo da UESB, certamente, o comportamento dos dados é, no mínimo, semelhante (ALVES, 2019, p. 145).

Por todo o referencial exposto, a literatura sociológica contribui significativamente para a compreensão da evasão na UESB, evidenciando que a possibilidade de “sair” da universidade sem um diploma não é um problema restrito ao âmbito da família ou da capacidade de aprendizagem do acadêmico, pelo contrário, essa pode ser a única alternativa que lhe fora dada.

O combate à evasão na educação superior, em sentido amplo e precisamente em cenários educativos semelhantes ao caso da UESB, deve resultar de profundas mudanças nas instituições universitárias em sua relação com o saber, com a busca de sua legitimidade e com uma nova concepção de gestão do ponto de vista das garantias socioeconômicas das populações estudantes que passam, ainda que de forma mitigada, a ter acesso aos bancos universitários.

PERCURSO METODOLÓGICO

Com o objetivo de discutir o conceito de evasão e o comportamento desse fenômeno no contexto da inserção das políticas de acesso, inclusão, ações afirmativas, assistência e permanência

estudantil numa universidade pública do estado da Bahia, de natureza *multicampi*, com sede no município de Vitória da Conquista, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), esta pesquisa se estrutura em três procedimentos: revisão bibliográfica, pesquisa de campo e pesquisa documental. As informações produzidas são sistematizadas e analisadas quantitativa e qualitativamente.

O recorte temporal, como já mencionado introdutoriamente, tem como parâmetros o ano de adesão (2012) da nova política educacional de acesso estudantil adotada pela UESB e o último Censo da Educação Superior divulgado à época (2017). Ressalva-se o descompasso do período letivo na IES com o ano civil, assim como, o primeiro terço de execução do PNE em vigência. Dessa forma, o recorte temporal de análise dos dados corresponde aos anos de 2012 e 2016.

Define-se o recorte metodológico adotado como “análise longitudinal” (LIMA JÚNIOR; BISINOTO; MELO; RABELO, 2019). Essa estratégia utilizada para analisar estatisticamente a taxa de evasão,

requer acompanhar os estudantes ao longo de um tempo prolongado e observar os percursos efetivamente realizados por eles. Portanto, uma análise dessa natureza requer definir um tempo de acompanhamento ao longo do qual se coletam as informações necessárias para levantar o destino final dos alunos (LIMA JÚNIOR; BISINOTO; MELO; RABELO, 2019, p. 166).

Ainda, segundo os mencionados autores,

a Taxa Longitudinal de Evasão TLE (p, q) é definida como o percentual das pessoas físicas que, tendo ingressado no ano q, não obtiveram diploma até o ano de observação p. Assim, a TLE pode ser definida pela equação: TLE (p, q) [...] em que p é o ano de observação (ano em que os dados foram coletados) e q é o ano de ingresso da coorte que está sendo acompanhada. Os valores p e q são escolhidos tal que $p - q$ seja igual ou superior ao tempo de acompanhamento necessário para que quase a totalidade dos alunos que ingressaram no ano q tenham concluído ou abandonado o curso (LIMA JÚNIOR; BISINOTO; MELO; RABELO, 2019, p. 169).

No caso da UESB, **p** equivale ao ano de 2016 e **q** será o ano de 2012, pelo que $p - q \geq 4$ **anos**. Com isso, considerando o ano de coleta dos dados (**p = 2016**), foram abrangidos somente os acadêmicos com ingresso até o ano de 2012 (**q ≤ 2012**). Contudo, como advertem Lima Júnior, Bisinoto, Melo e Rabelo (2019):

há razões para perceber que, fora da pauta econômica, não há por que tomar as taxas evasão, de per si (inclusive a taxa longitudinal proposta aqui), como

indicadoras de sucesso ou fracasso dos cursos de graduação. Não basta saber quantos alunos abandonam a graduação; é preciso compreender suas razões de maneira a perceber os limites da responsabilidade institucional. A literatura sobre a educação superior dá indicativos de quais seriam as razões que levam os alunos a desistir (LIMA JÚNIOR; BISINOTO; MELO; RABELO, 2019, p. 173).

No que concerne aos procedimentos metodológicos, após a realização da revisão bibliográfica acerca das reflexões sociológicas sobre os conceitos de evasão e o fenômeno da evasão educacional e, com base nas recomendações necessárias para estudos de casos (GIL, 2008), adotou-se diferentes fontes e diversificados procedimentos, assim descritos:

- Pesquisa documental no âmbito das instâncias administrativas da UESB, por meio de levantamentos, consultas e leituras dos documentos institucionais oficiais, dentre eles, o PDI 2013-2017 e as Resoluções que abordam sobre as políticas educacionais internas, bem como, por meio de consultas sistemáticas aos *blogs*, *sites* de notícias e outras redes sociais relacionadas à Universidade, buscando-se observar, no período de 2012 a 2016, do ponto de vista discursivo, a situação e o direcionamento das políticas educacionais mencionadas que impactariam na interpretação dos dados institucionais sobre evasão.

- Pesquisa de campo, no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), que teve como objetivo coletar os dados e as informações sobre o perfil dos acadêmicos, a procedência escolar, a forma de seleção e os motivos pelos quais evadiram dos cursos de graduação da universidade investigada, bem como, sobre as políticas de acesso, inclusão, ações afirmativas, assistência e permanência estudantil inseridas e/ou ampliadas na UESB, com vistas a encontrar as respostas para o questionamento central desta pesquisa.

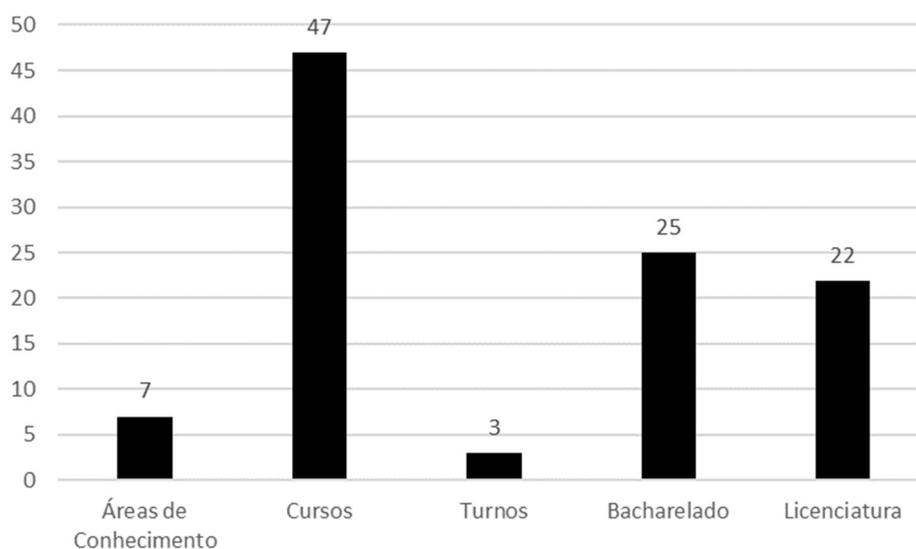
Após a execução desses procedimentos, as informações produzidas foram sistematizadas à luz de uma analítica quali-quantitativa com a finalidade de preencher lacunas importantes para a maior compreensão das singularidades da temática em estudo.

A EVASÃO NA UESB ANTE A INSERÇÃO DO SiSU

A UESB contava, conforme o seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017 (PDI), com 47 (quarenta e sete) cursos de graduação, distribuídos em 07 (sete) áreas de conhecimento (Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Artes), ofertados nos 03 (três) turnos contemplados (matutino, vespertino e noturno) e divididos em dois graus (vinte e cinco bacharelados e vinte e duas licenciaturas). Esses graus estão distribuídos nos *campi* da instituição da seguinte forma: vinte e dois (doze bacharelados e dez licenciaturas) existentes no *Campus* de Vitória da Conquista, dezesseis

(oito bacharelados e oito licenciaturas) alocados no *Campus* de Jequié, e nove (cinco bacharelados e quatro licenciaturas) pertencentes ao *Campus* de Itapetinga. Para melhor visualização dessa composição, apresenta-se o gráfico 1:

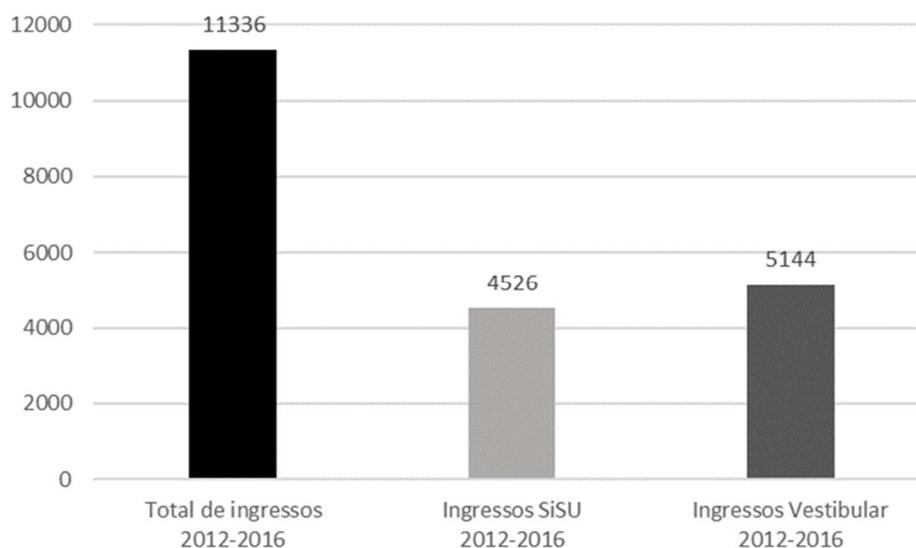
Gráfico 1. Composição da graduação na UESB



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa empírica.

Do primeiro período letivo de 2012, ano em que se implantou o SiSU na UESB como forma de processo seletivo paralela ao tradicional Vestibular realizado anualmente pela IES, até o segundo período letivo de 2016, que corresponde ao ano civil de 2017 devido às supressões internas de períodos, ingressaram 11.336 (onze mil, trezentos e trinta e seis) estudantes nos cursos de graduação da UESB, dos quais 40% (quarenta por cento) acessaram por meio do SiSU e 45% (quarenta e cinco por cento) pelo Vestibular, ou seja, o SiSU e o Vestibular juntos foram responsáveis por 85% (oitenta e cinco por cento) dos ingressos na graduação durante o período investigado, o que revela uma proporcionalidade dos dados de ingressos em ambos os processos seletivos, conforme se observa no gráfico 2:

Gráfico 2. Ingressantes na graduação pelos processos seletivos SiSU e Vestibular - 2012 a 2016



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa empírica.

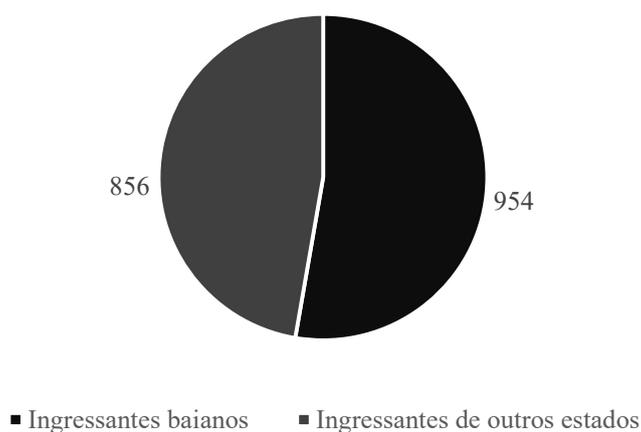
A Resolução interna que dispõe sobre as matrículas nos cursos de graduação da UESB é denominada de Resolução CONSEPE/UESB nº 60/2009 e, nela, estão previstas quatro formas de ingresso, sendo a primeira assim definida: “aprovação e classificação em processo seletivo, promovido por esta Instituição ou por órgão externo ao qual seja delegada a devida competência” (BAHIA, 2009). Constata-se, do texto resolutivo, a legitimação de outra forma de primeiro ingresso, afora o processo seletivo Vestibular, o que ratifica a adesão ao SiSU como nova forma de acesso à graduação.

Quando a UESB aderiu ao SiSU no primeiro período letivo de 2012, um dos principais questionamentos relacionava-se com o fato de que, por se tratar de um processo seletivo de caráter nacional, poderia implicar no descumprimento da missão institucional no sentido de fortalecer o desenvolvimento regional, uma vez que, as populações locais perderiam o direito ao acesso à universidade dada a concorrência com candidatos oriundos de outros estados e regiões do país ou, se isso não ocorresse, restariam a elas o ingresso naqueles cursos de menor prestígio social, ou seja, de menores demanda e concorrência.

Contudo, os dados expressos no gráfico 3, abaixo, revelam o contrário, 78% (setenta e oito por cento) dos acadêmicos que ingressam na UESB, mesmo após SiSU, são naturais do estado da Bahia, e a maioria deles estão, também, nos cursos de maiores demanda e concorrência, a exemplo, dos cursos de Bacharelado em Medicina (setenta e dois por cento são baianos), bacharelado em

Direito (noventa e um por cento são baianos) e Bacharelado em Odontologia (oitenta e oito por cento são baianos).

Gráfico 3. Comparativo de ingressantes por estado de origem nos cursos de Bacharelado em Direito, Medicina e Odontologia após adesão ao SiSU – 2012 a 2016

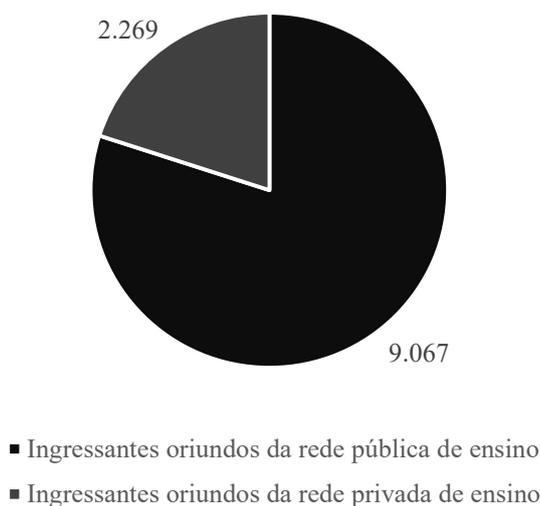


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa empírica.

Do total de 954 (novecentos e cinquenta e quatro) ingressos entre os períodos letivos de 2012 e 2016, no conjunto dos três cursos citados, 85% (oitenta e cinco por cento) dos ingressantes são baianos. Com relação aos 8.814 (oito mil, oitocentos e quatorze) baianos ingressantes nos citados períodos, 57% (cinquenta e sete por cento) são naturais, inclusive, das próprias cidades-sede dos *campi* da instituição: 2.531 (dois mil quinhentos e trinta e uma) são conquistenses, 1.657 (mil seiscentos e cinquenta e sete) são jequeienses, e 857 (oitocentos e cinquenta e sete) são itapetinguenses.

Dos 85% (oitenta e cinco por cento) acadêmicos que ingressaram na UESB pelo Vestibular e pelo SiSU, no período de 2012 a 2016, 80% (oitenta por cento) são oriundos de escolas públicas, como se constata no gráfico 4, o que confere uma característica de universidade com perfil estudantil procedente, majoritariamente, de escolas pertencentes à rede pública de ensino do Brasil:

Gráfico 4. Comparativo de ingressantes na graduação por procedência escolar após adesão ao SiSU – 2012 a 2016



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa empírica.

No primeiro período letivo de 2009, entrou em vigor, na UESB, a Resolução CONSEPE/UESB n° 37/2008, posteriormente aperfeiçoada, que instituiu o sistema de reserva de vagas e cotas adicionais nos cursos de graduação ofertados, sendo que as cotas adicionais foram inicialmente ofertadas apenas para o Vestibular e, exclusivamente no primeiro período letivo de 2012, também para o SiSU. Segundo essa Resolução, 50% (cinquenta por cento) das vagas ofertadas devem ser reservadas para candidatos que se autodeclararam pretos ou pardos e que, ao mesmo tempo, sejam oriundos de escolas públicas, bem como, para aqueles que, não autodeclarados, sejam, também, procedentes de escolas públicas.

Assim, 70% (setenta por cento) dessas reservas são destinadas aos autodeclarados e 30% (trinta por cento) aos não autodeclarados, mas procedentes de escolas públicas. As demais 50% (cinquenta por cento) das vagas gerais contemplam os candidatos inscritos que não optaram pela reserva de vagas nem pelas cotas adicionais, ou seja, os denominados não cotistas e/ou de ampla concorrência.

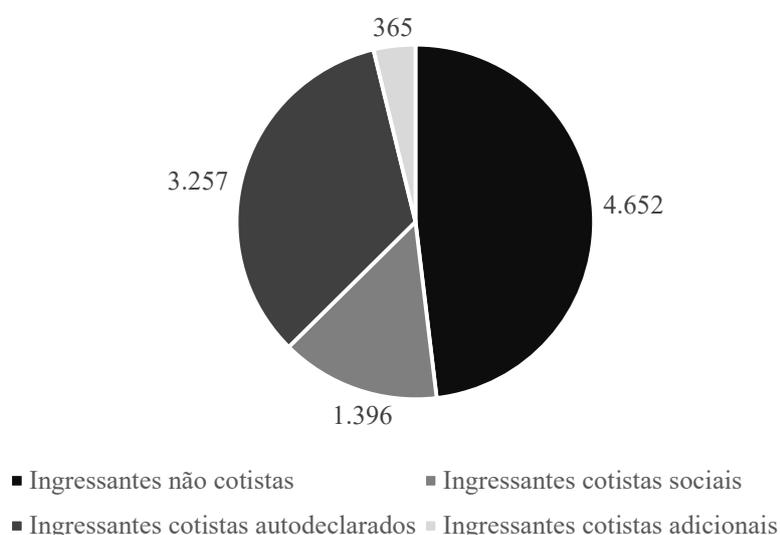
Quanto às cotas adicionais, totalizadas em 141 (cento e quarente e uma) vagas/ano, elas destinam-se a candidatos quilombolas, indígenas e deficientes, sendo disponibilizadas três vagas

para cada curso de graduação, mas, desde o segundo período letivo de 2012, as respectivas ofertas passaram a ser exclusivas aos candidatos que prestam o Vestibular.

A mencionada resolução significou um reconhecimento da diversidade, ainda que tênue, na conjuntura educacional para o cenário investigado, o que Bourdieu (2003) chamaria de dever. Nas suas palavras: “devemos ter presente que não há um racismo, mas racismos: há tantos racismos como grupos que têm necessidade de se justificar por existirem como existem, o que constitui a função invariante dos racismos” (BOURDIEU, 2003, p. 277).

Com a adoção dessa resolução, que integra o rol das ações afirmativas, a UESB, além de ter assumido um perfil estudantil majoritariamente procedente de escolas públicas, como demonstrado no gráfico 4, passou a possuir um corpo discente constituído de 54% (cinquenta e quatro por cento) de cotistas, conforme se verifica no gráfico 5, abaixo:

Gráfico 5. Comparativo de ingressantes na graduação por modalidade após adesão ao SiSU – 2012 a 2016



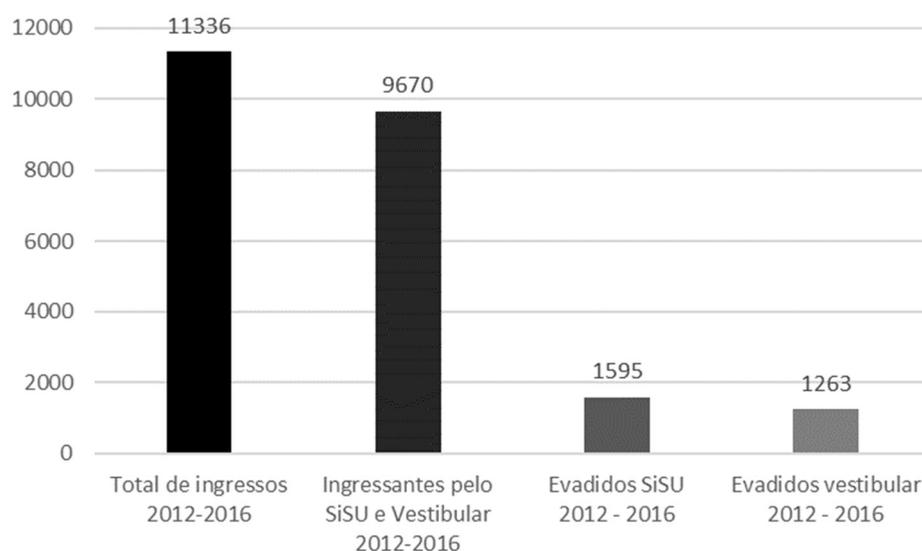
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa empírica.

Contudo, a garantia e o aperfeiçoamento das formas de acesso não resolvem, por si só, o problema da perda de acadêmicos, uma realidade presente nos diferentes níveis de ensino e, portanto, em todo o ensino superior, seja ele público ou privado.

Com relação à UESB, apreende-se do gráfico 6 abaixo que, dos 9.670 (nove mil, seiscentos e setenta) acadêmicos que ingressaram na graduação por meio do Vestibular e do SiSU, no período

de 2012 a 2016, 30% (trinta por cento) desligaram-se dos cursos antes mesmo da integralização, sendo 13% (treze por cento) pertencentes ao Vestibular e 16% (dezesseis por cento) ao SiSU, ou seja, aproximadamente 1/3 (um terço) que ingressou por meio do Vestibular e do SiSU evadiram, com a ressalva de uma baixa de desligamento de aproximadamente 19% (dezenove por cento) no Vestibular em comparação ao SiSU.

Gráfico 6. Comparativo de evadidos pelas formas de ingresso SiSU e Vestibular – 2012 a 2016



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa empírica.

Ao acompanhar a procedência escolar, o ingresso, a evasão e a integralização por curso e por *campus*, através da construção de 47 (quarenta e sete) tabelas relacionadas a cada curso ofertado pela UESB, destaca-se, nas tabelas 1, 2 e 3 abaixo, as dinâmicas nos cursos que registraram, no segundo período letivo de 2006, os maiores quantitativos de vagas residuais nos três *campi* universitários da instituição, conforme o Edital UESB nº 089/2016, publicado pela instituição em 01 de julho de 2016, o qual destinava-se ao preenchimento de vagas residuais (acumuladas) por meio de processo seletivo de transferência.

Os cursos representados nas três tabelas são: Bacharelado em Engenharia Florestal (tabela 1), *Campus* de Vitória da Conquista, que registrou um total de 65 (sessenta e cinco) vagas ociosas; Licenciatura em Química (tabela 2), *Campus* de Jequié, que computou 71 (setenta e uma) vagas

ociosas; e Bacharelado em Zootecnia (tabela 3), *Campus* de Itapetinga, que quantificou uma ociosidade de 102 (cento e duas) vagas:

Tabela 1. Acompanhamento discente do Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal, *Campus* de Vitória da Conquista - 2012 a 2016

INGRESSANTES											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Ingressantes	43	0	36	1	38	0	45	0	36	0	199
Ativos	15	0	19	1	20	0	29	0	26	0	110
Inativos	28	0	17	0	18	0	16	0	10	0	89
FORMAS DE ENTRADA											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Vestibular	21	0	21	0	20	0	24	0	18	0	104
SiSU	19	0	15	0	18	0	20	0	18	0	90
Transf. Interna	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transf. Externa	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Transf. Ex-ofício	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Judicial	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Retorno ao Curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mudança de <i>Campus</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mudança de Turno	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MODALIDADES DE ENTRADA POR COTAS - VESTIBULAR											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Social	3	0	3	0	3	0	3	0	6	0	18
Étnico-racial	7	0	7	0	7	0	7	0	3	0	31
Deficiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quilombola	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	3
Indígena	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
MODALIDADES DE ENTRADA POR COTAS - SISU											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Social	3	0	1	0	2	0	3	0	1	0	10
Étnico-racial	5	0	7	0	6	0	7	0	6	0	31
Deficiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quilombola	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Indígena	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
FORMAS DE SAÍDA POR MOBILIDADE (EVASÃO PARA INSERÇÃO), EVASÃO E OUTRAS											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Graduado	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Cancelamento	19	0	10	0	14	0	9	0	3	43	55
Desistência	8	0	7	0	4	0	7	0	7	2	33
Abandono	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	0
Tranf. Interna	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tranf. Externa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mudança de <i>Campus</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mudança de turno	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Falecimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NATURALIDADE											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Vit. da Conquista	14	0	14	0	12	0	17	0	8	0	65
Outras Cidades Baianas	23	0	14	0	23	0	27	0	20	0	107

Outros Estados	6	0	8	1	2	0	0	0	8	0	25
Outros Países	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2
NATURALIDADE POR FORMA DE INGRESSO – VESTIBULAR											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Vit. da Conquista	5	0	8	0	5	0	7	0	4	0	29
Outras Cidades Baianas	14	0	9	0	15	0	17	0	11	0	66
Outros Estados	2	0	4	0	0	0	0	0	3	0	9
Outros Países	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NATURALIDADE POR FORMA DE INGRESSO – SISU											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Vit. da Conquista	8	0	6	0	7	0	10	0	4	0	35
Outras Cidades Baianas	8	0	5	0	8	0	10	0	9	0	40
Outros Estados	3	0	4	0	2	0	0	0	5	0	14
Outros Países	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
REDE ESCOLAR DE ORIGEM											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Rede Pública	30	0	26	0	25	0	28	0	26	0	135
Rede Privada	13	0	10	1	13	0	17	0	10	0	64

Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da pesquisa.

Tabela 2. Acompanhamento discente do Curso de Licenciatura em Química, *Campus* de Jequié - 2012 a 2016

INGRESSANTES											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Ingressantes	43	4	44	0	37	2	41	3	38	0	212
Ativos	7	0	19	0	23	0	23	2	37	0	111
Inativos	36	4	25	0	14	2	18	1	1	0	101
FORMAS DE ENTRADA											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Vestibular	21	0	20	0	18	0	19	0	16	0	94
SiSU	22	0	20	0	18	0	20	0	20	0	100
Transf. Interna	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Transf. Externa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transf. Ex-ofício	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Judicial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Retorno ao Curso	0	4	4	0	1	2	2	2	1	0	16
Mudança de <i>Campus</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mudança de Turno	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
MODALIDADES DE ENTRADA POR COTAS - VESTIBULAR											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Social	4	0	5	0	3	0	5	0	6	0	23
Étnico-racial	6	0	7	0	5	0	2	0	1	0	21
Deficiente	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Quilombola	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MODALIDADES DE ENTRADA POR COTAS - SISU											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Social	4	0	3	0	3	0	3	0	3	0	16
Étnico-racial	6	0	7	0	6	0	7	0	7	0	33
Deficiente	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Quilombola	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1

Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FORMAS DE SAÍDA POR MOBILIDADE (EVASÃO PARA INSERÇÃO), EVASÃO E OUTRAS											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Graduado	8	3	3	0	0	1	1	1	0	0	17
Cancelamento	25	1	17	0	9	1	9	0	0	47	109
Desistência	3	0	4	0	5	0	8	0	1	4	25
Abandono	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	20
Tranf. Interna	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tranf. Externa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mudança de <i>Campus</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mudança de turno	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Falecimento	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
NATURALIDADE											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Jequié	17	3	23	0	21	1	17	2	22	0	106
Outras Cidades Baianas	22	1	19	0	13	1	22	1	15	0	94
Outros Estados	4	0	2	0	3	0	2	0	1	0	12
Outros Países	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NATURALIDADE POR FORMA DE INGRESSO - VESTIBULAR											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Jequié	12	0	9	0	12	0	4	0	8	0	45
Outras Cidades Baianas	6	0	9	0	5	0	14	0	7	0	41
Outros Estados	3	0	2	0	1	0	1	0	1	0	8
Outros Países	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NATURALIDADE POR FORMA DE INGRESSO - SISU											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Jequié	5	0	12	0	9	0	12	0	13	0	51
Outras Cidades Baianas	16	0	8	0	7	0	7	0	7	0	45
Outros Estados	1	0	0	0	2	0	1	0	0	0	4
Outros Países	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
REDE ESCOLAR DE ORIGEM											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Rede Pública	41	4	42	0	33	2	35	3	33	0	193
Rede Privada	2	0	2	0	4	0	6	0	5	0	19

Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da pesquisa.

Tabela 3. Acompanhamento discente do Curso de Bacharelado em Zootecnia, *Campus* de Itapetinga - 2012 a 2016

INGRESSANTES											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Ingressantes	29	20	29	25	27	24	23	26	28	27	258
Ativos	6	10	16	9	20	13	20	19	27	26	166
Inativos	23	10	13	16	7	11	3	7	1	1	92
FORMAS DE ENTRADA											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Vestibular	16	9	15	14	14	15	14	14	14	14	139
SiSU	13	11	14	11	13	9	9	11	14	13	118
Transf. Interna	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transf. Externa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transf. Ex-ofício	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Judicial	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Retorno ao Curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Mudança de <i>Campus</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mudança de Turno	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MODALIDADES DE ENTRADA POR COTAS - VESTIBULAR											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Social	5	0	2	5	3	3	3	3	3	5	32
Étnico-racial	4	3	5	1	3	4	4	3	4	1	32
Deficiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Quilombola	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	3
Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MODALIDADES DE ENTRADA POR COTAS - SISU											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Social	1	2	2	1	1	1	3	2	2	2	17
Étnico-racial	2	3	2	4	4	3	1	3	5	5	32
Deficiente	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Quilombola	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
FORMAS DE SAÍDA POR MOBILIDADE (EVASÃO PARA INSERÇÃO), EVASÃO E OUTRAS											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Graduado	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Cancelamento	7	9	8	13	6	4	2	3	0	75	127
Desistência	8	1	5	3	1	7	1	4	1	22	53
Abandono	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5
Tranf. Interna	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tranf. Externa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mudança de <i>Campus</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mudança de turno	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Falecimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NATURALIDADE											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Itapetinga	4	4	9	6	12	9	9	9	11	11	84
Outras Cidades da Baianas	23	14	18	17	12	12	10	16	14	12	148
Outros Estados	2	2	2	2	3	3	4	1	3	4	26
Outros Países	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NATURALIDADE FORMA DE INGRESSO – VESTIBULAR											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Itapetinga	1	2	6	3	5	6	4	6	3	6	42
Outras Cidades da Baianas	15	6	8	10	9	9	6	8	10	8	89
Outros Estados	0	1	1	1	0	0	4	0	1	0	8
Outros Países	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
NATURALIDADE FORMA DE INGRESSO – SISU											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Itapetinga	3	2	3	3	7	3	5	3	8	5	42
Outras Cidades da Baianas	8	8	10	7	3	3	4	7	4	4	58
Outros Estados	2	1	1	1	3	3	0	1	2	4	18
Outros Países	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
REDE ESCOLAR DE ORIGEM											
	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	TOTAL
Rede Pública	24	17	25	23	22	22	21	20	21	24	219
Rede Privada	5	3	4	2	5	2	2	6	7	3	39

Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da pesquisa.

Valer-se das informações contidas nas três tabelas acima com a finalidade de apreender o fenômeno da evasão turma a turma de determinado curso de graduação, há que se considerar, dentre as formas de saída descritas, apenas aquelas relacionadas ao conceito de evasão. Nesse sentido, deve-se atentar para a seguinte definição oficial de evasão, a fim de se excluir formas de saída que não contemplem o conceito de:

Evasão: saída antecipada, antes da conclusão do ano, série ou ciclo, por desistência (independentemente do motivo), representando, portanto, condição terminativa de insucesso em relação ao objetivo de promover o aluno a uma condição superior a de ingresso, no que diz respeito à ampliação do conhecimento, ao desenvolvimento cognitivo, de habilidades e de competências almejadas para o respectivo nível de ensino. Obviamente, a interrupção do programa em decorrência de falecimento do discente não pode ser atribuída como insucesso, dado que, de forma geral, se trata de caso fortuito e não se pode presumir uma intencionalidade do indivíduo em interromper o curso, cessá-lo ou uma incapacidade do indivíduo de manter-se no programa educacional (INEP, 2016) (BRASIL, 2017, p. 10).

Esse tipo de acompanhamento é uma estratégia válida para a avaliação das políticas internas adotadas pelas instituições, pois revelam, segundo o *campus*, o curso, a área de conhecimento, o grau (bacharelado ou licenciatura), a procedência escolar (pública ou privada), a forma (Vestibular ou SiSU), a etnia (se autodeclarado preto ou pardo; se indígena ou quilombola) e a modalidade de ingresso (ampla concorrência, reserva de vaga, cota adicional), os comportamentos do preenchimento das vagas ofertadas, a evasão e a integralização curricular, a fim de que as políticas sejam pensadas de maneira plural sem, contudo, desconsiderarem as especificidades, as particularidades que interferem no (in)sucesso acadêmico.

Observa-se, das múltiplas formas de saída demonstradas nas três tabelas que, à luz de Coimbra, Silva e Costa (2021), os dois sentidos de evasão são constatados na UESB, isto é, evasão por exclusão e evasão para inserção, no entanto, a evasão por externalidades não é facilmente apreendida pela leitura das tabelas, levando à conclusão semelhante ao estudo desenvolvido pelos referidos autores, visto que, acessar esses fatores individuais variados, demanda conversar com os próprios sujeitos. Não se trata de uma pesquisa objetiva, é preciso acessar subjetividades, quiçá, demanda a necessidade de um estudo de cunho etnográfico.

Certamente, esse dado não apreendido objetivamente poderia ser mais transparente se houvesse um efetivo acompanhamento institucional do discente em risco de evadir-se e/ou após o seu egresso. Esta deveria ser uma urgente medida das políticas públicas voltadas para a permanência estudantil, uma vez que os fatores objetivos da evasão são visíveis e mensuráveis, entretanto,

aqueles cuja subjetividade dificulta a visibilidade, é que podem desvelar os principais gargalos para as mencionadas políticas.

Observa-se que, os dados constantes nas três tabelas, principalmente os referentes às formas de saída, podem sofrer alterações posteriores, considerando movimentos discentes irregulares e os prazos regimentais para possíveis novos registros acadêmicos no sistema de informática adotado pela instituição, o Sagres. Também, se observa a inexistência do campo “motivo” para os casos de saída por evasão, uma vez que, a instituição não possui esses registros de forma sistematizada.

Outro aspecto a ser considerado é que a evasão, entendida como a “evasão por exclusão” e/ou “externalidades” (COIMBRA; SILVA; COSTA, 2021, p. 14), contribui negativamente para a elevação das vagas residuais nas instituições de ensino, as quais encontram materialidade nas três tabelas produzidas.

Entende-se por vagas residuais aquelas que, ociosas, devem ser preenchidas por outras formas de ingresso que não sejam por meio do Vestibular ou SiSU. Como estratégia, a UESB, semestralmente, publica editais de transferências interna e externa, a fim de preencher essas vagas residuais. Como se verifica no Edital UESB nº 089/2016, de 01 de julho de 2016, referente ao ingresso no segundo período letivo de 2016, é expressiva a ociosidade de vagas verificada nos três *campi* da universidade, sendo: 704 (setecentos e quatro) vagas residuais no *Campus* de Vitória da Conquista, 535 (quinhentos e trinta e cinco) no *Campus* de Jequié, e 301 (trezentos e uma) no *Campus* de Itapetinga.

Sobre essa distribuição quantitativa das vagas residuais, o fato do *campus* de Itapetinga, que tem o menor número de cursos na instituição, apresentar um número expressivo de vagas ociosas (quase metade do apresentado no *campus* de Vitória da Conquista), bem como que, nesses quantitativos não se configuram os cursos de maiores demanda e concorrência da instituição (Bacharelado em Medicina, Bacharelado em Odontologia e Bacharelado em Direito, este apenas com uma vaga ofertada), aponta para a necessidade de políticas que levem em consideração, também, as especificidades, tanto do curso, quanto do *campus*.

Esclarece-se que, os mencionados editais de transferência destinam-se à mobilidade de acadêmicos da própria instituição entre cursos que integram a mesma área de conhecimento e a acadêmicos matriculados em outras instituições de ensino superior que pretendem migrar para a UESB, mediante realização de um teste de conhecimentos básicos.

Esses editais compõem o conjunto das estratégias adotadas pela UESB com a finalidade de reduzir o número de vagas ociosas. Ainda, de forma paralela aos processos seletivos de

transferências, são disponibilizadas, semestralmente, vagas isoladas para portadores de diplomas, concluintes ou acadêmicos externos que desejam cursar disciplinas isoladas na graduação. Ademais, há previsão no inciso III do artigo 107 do regimento institucional da instituição da possibilidade de admissão do portador de diploma como forma de ingresso destinada à realização de uma segunda graduação, porém, essa forma não está normatizada por resolução específica, o que causa estranhamento, dado o expressivo número de vagas residuais que se verifica na instituição.

Como num efeito cascata, metade dos ingressantes não conclui os cursos no tempo mínimo de integralização previsto nos projetos pedagógicos dos cursos (em média, quatro anos para cursos de licenciatura e cinco anos para cursos de grau de bacharelado). Conforme a Resolução CONSEPE UESB nº 70/2008, que estabelece as normas gerais para a colação de grau nos cursos de graduação da UESB consoante ao seu respectivo Regimento Geral, a integralização deve ser acompanhada, em conjunto, pelos colegiados de curso e pela Pró-reitoria de Graduação e dar-se-á de acordo com o projeto pedagógico do curso, com o sistema de créditos pré-fixado e com o seu tempo máximo segundo as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), cuja ultrapassagem resultará em jubramento, esta, uma das formas de saída que integra os motivos que levam ao cancelamento do vínculo do aluno com o curso. Para tanto, transcreve-se o entendimento de perda de vaga pelo acadêmico de acordo com o entendimento da UESB:

art. 22 - O aluno terá o seu registro acadêmico cancelado, quando estiver enquadrado em qualquer um dos incisos abaixo: I. for reprovado por faltas em todas as disciplinas do primeiro semestre do curso; II. obter apenas aproveitamento de estudos no primeiro semestre do curso; III. obter dispensa, aprovação ou crédito concedido somente na disciplina Educação Física no primeiro semestre do curso; IV. requerer o cancelamento; V. cometer infração disciplinar, passível de pena de desligamento; VI. deixar de efetivar matrícula por 02 (dois) semestres letivos, consecutivos ou não, e, ou por um ano letivo; VII. for reprovado por média e, ou faltas em todas as disciplinas em que estiver matriculado, por 02 (dois) semestres, consecutivos ou alternados, ou um ano letivo para os cursos com matrícula seriada; VIII. interromper o curso por 03 (três) semestres consecutivos ou 04 (quatro) intercalados; IX. ultrapassar o prazo máximo de integralização curricular fixado pelo Projeto de Curso, excluído o período de trancamento (BAHIA, 2009).

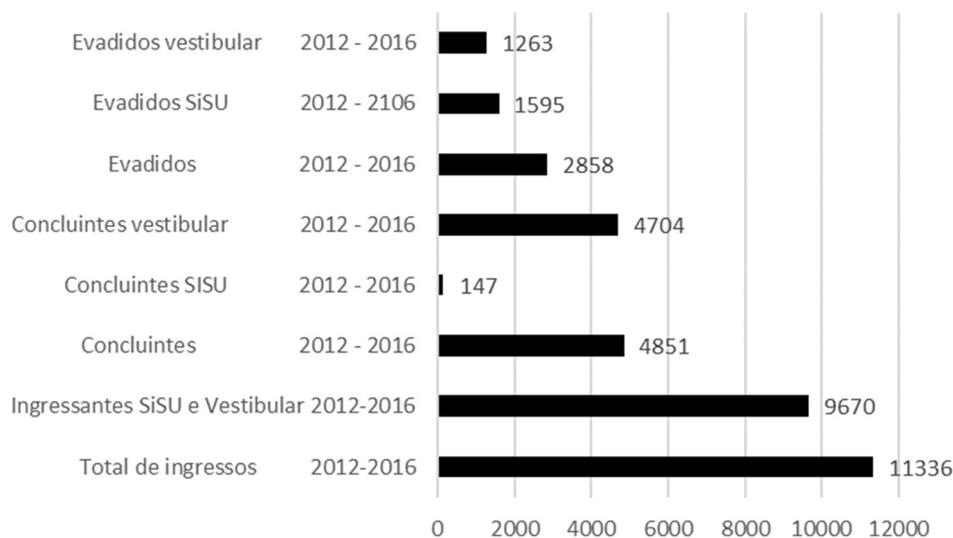
Por essa normativa, não há uma precisão do que seja evasão para a UESB, ou seja, há uma lista de nove motivos que geram cancelamento de matrícula, pelo que, outros motivos não mencionados não se traduzem literalmente como cancelamento. Tal imprecisão é, conforme Coimbra, Silva e Costa (2021), comum nos marcos normativos das instituições brasileiras.

Nesse sentido, a depender das causas que se associam à definição do tipo de evasão, as taxas podem variar dentro de uma mesma instituição. No caso em análise, com base em Bueno

(1993), Ristoff (1999), considera-se todas as formas de saída apresentadas nas tabelas como evasão, incluindo-se, tanto aquelas que se deram por exclusão, quanto as que ocorreram com a finalidade de modalidade. Todavia, principalmente no que tange às formas de saída “desistência”, “abandono” e “cancelamento”, em alguns casos não contemplados nos nove motivos da normativa institucional, demanda-se uma pesquisa empírica com os sujeitos respectivos, a fim de se traçar os motivos individuais, o que poderia se constituir como um importante acervo para o direcionamento das políticas públicas pautadas no combate à evasão no ensino superior.

A respeito do comparativo entre evasão, ingresso e integralização nos cursos de graduação da UESB, é preocupante que o quantitativo de evasão equivalha a um pouco mais da metade do número de concluintes, visto que é, no mínimo, um contrassenso que em uma universidade pública acadêmicos estejam evadindo mais do que conseguindo concluir com êxito os seus cursos. Contudo, pondera-se que o baixo percentual de integralizações verificado no SiSU (três por cento), conforme consta no gráfico 7 que se segue, deve-se ao fato de que, para muitas turmas, dado o início do SiSU na UESB em 2012, as integralizações encontravam-se em curso quando da coleta dos dados da pesquisa, o que, mais uma vez, enseja a continuidade desta pesquisa com vista a se estabelecer um comparativo longitudinal SiSU e Vestibular.

Gráfico 7. Comparativo entre evasão, ingresso e integralização na graduação – 2012 a 2016



Fonte: Elaborado pelos autores com os dados da pesquisa.

Pelo exposto, uma questão a se considerar, muitas vezes implícita, é o fato de que, apesar de diversas serem as formas que resultam na evasão estudantil (nove são inferidas da normativa da UESB) e múltiplas serem as causas relacionadas, a quantidade e a qualidade das políticas educacionais voltadas para, no mínimo, reduzi-la, são desproporcionalmente insuficientes, principalmente quando se observa que, em cenários como o da UESB, inexistem políticas voltadas para o acompanhamento do evadido, as quais poderiam ser importantes aliadas para as efetivas permanência e assistência estudantil, uma vez que possibilitariam o real entendimento dos motivos que levaram o acadêmico a deixar a universidade, não revelados e/ou não detectados institucionalmente, configurando-se, tão somente, como um número acompanhado de uma terminologia genérica.

A respeito da importância desse acompanhamento do evadido, Hovdhaugen, Kottmann e Thomas (2015) tecem importantes contribuições de combate proativo à evasão no contexto europeu, as quais podem ser apropriadas, também, no ensino superior brasileiro. Esses autores defendem que as instituições precisam se valer de

sistemas de monitoramento, aconselhamento e orientação de acadêmicos, bem como das estruturas à integração social e acadêmica dos alunos. As instituições precisam considerar a publicação de indicadores institucionais em suas páginas da web como uma estratégia importante que desperte a consciência institucional nos discentes com vistas a se manterem na universidade e conquistarem o êxito acadêmico (HOVDHAUGEN; KOTTMANN; THOMAS, 2015, p. 9, tradução do autor).

Ante os dados apresentados, notadamente os relacionados à procedência escolar e ao perfil étnico, “tudo leva a duvidar que os estudantes constituam de fato um grupo social homogêneo, independente e integrado” (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 55).

Para desfecho da análise dos dados apresentados, algo é evidente: trata-se de uma instituição com a predominância de um corpo discente oriundo do ensino público, já que 54% (cinquenta e quatro por cento) dos acadêmicos que ingressaram entre os anos de 2012 e 2016 eram cotistas. Desses, aproximadamente 34% eram estudantes declaradamente negros e, de forma geral, 30% dos ingressantes no período investigado evadiram-se dos cursos.

Tem-se, por esse perfil geral, indícios de um quadro estudantil majoritariamente sócio e economicamente vulnerável, visto que, ele se traduz no imaginário simbólico e socialmente violento que se tem dos ditos vulneráveis em relação aos “eleitos” para o acesso ao ensino superior, caracterizados, nas palavras de Bourdieu e Passeron (2014), como os filhos e as filhas das classes dominantes, as elites da estrutura social de uma sociedade eurocêntrica e perversamente capitalista

como é a brasileira, cuja posse do capital cultural é objeto de poder nas mãos de uma elite que domina pelo capital econômico travestido em capital cultural.

Esses eleitos são definidos muito antes, desde as primeiras “chances, condições de vida ou de trabalho totalmente diferentes [...]” (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 28), cuja “origem social é, de todos os determinantes, o único que estende sua influência a todos os domínios e a todos os níveis da experiência dos estudantes e primeiramente às condições de existência” (BOURDIEU; PASSERON, 2014, p. 28).

Nesse sentido, independente do conhecimento do motivo específico que levou determinado estudante a desistir da universidade, num cenário com o perfil discente revelado pelos dados em relação à UESB, há que se pensar políticas de acesso e permanência estudantil a partir da premissa de que “eliminação precoce e brutal” (BOURDIEU, 1998, p. 215) em relação a sujeitos oriundos de “famílias culturalmente desfavorecidas” (BOURDIEU, 1998, p. 215), a exclusão, em geral, inicia-se antes mesmo de concluírem a educação básica, quiçá à chegada na universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que haja uma convergência entre as políticas de acesso, inclusão, ações afirmativas, assistência e permanência estudantil na educação superior, o combate à evasão, entendida como um fenômeno socioeconômico, cultural, político, institucional, mas também pessoal, exige ações primárias, que perpassam pelo conhecimento efetivo daquele acadêmico que deixa e/ou é levado a deixar a universidade.

Percebe-se que, muitas instituições de ensino superior, como é o caso da UESB, não conhecem os seus evadidos. Elas, tão somente, possuem os registros numéricos dessas evasões quando há a comunicação formal realizada pelo próprio evadido e/ou quando relacionadas ao descumprimento dos limites normativos causadores do cancelamento do vínculo institucional. As motivações, até mesmo aquelas formalizadas pelo evadido, não constam registradas no sistema acadêmico utilizado pela instituição, encontrando-se esquecidas nos arquivos físicos inativos dessas instituições, vulgarmente chamados de “arquivos mortos”, o que dificulta uma análise que aponte caminhos para uma eficaz política de combate à evasão. Nesse sentido, nenhuma política educacional de combate à evasão terá efetividade enquanto o principal atingido for um desconhecido ou, no máximo, um algarismo numérico.

É preciso entender que a evasão está para além do processo seletivo em si, ou seja, independente da forma de ingresso, se vestibular ou SiSU, o (in)sucesso acadêmico, que se materializa com a evasão, é resultado inevitável de uma sociedade historicamente marcada pela

desigualdade socioeconômica, política e cultural em que, inclusive, os extratos sócio, econômico, político e culturalmente mais favorecidos não romperam, em sua totalidade, as barreiras do acesso ao ensino superior. Conseqüentemente, se o acesso ainda não se saturou entre os privilegiados, as políticas de permanência e combate à evasão estudantil assumem um caráter secundário, paliativo e mitigador.

No que concerne ao caso específico da UESB, ficou comprovado que a adesão ao SiSU, um processo seletivo de caráter nacional, contrariamente ao que se cogitava quando do seu início na instituição, não retirou a oportunidade de ingresso das populações locais e não aumentou a evasão e/ou a ociosidade de vagas, mas, assim como o Vestibular, ao associá-lo com as políticas de inclusão e ações afirmativas, tem contribuído, ainda que de forma mitigada, para o acesso de estudantes que, historicamente, estiveram à margem da educação superior: negros, quilombolas, indígenas, deficientes e procedentes de escolas públicas.

A associação entre essas políticas de acesso resulta em perfis estudantis mais diversos e que, por isso, demanda políticas de permanência e assistência estudantil cada vez mais atentas a essa diversidade do corpo discente. Todavia, as instituições de ensino superior deparam-se com entraves econômicos que inviabilizam as ações de permanência e assistência estudantil na mesma intensidade que a evasão se apresenta.

Como exemplo desses entraves, inserem-se os recursos financeiros advindos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAEST), conseqüentes da adesão institucional ao SiSU enquanto forma de acesso à graduação. Esses recursos chegam à universidade em descompasso temporal com o ingresso dos acadêmicos, o que exige que a instituição, por recursos próprios e escassos, tente garantir a permanência e a assistência estudantil até a chegada dos referidos recursos que, além de atrasados, são insuficientes.

É preciso esclarecer, ainda, que o foco na diversificação dos processos seletivos de acesso à educação superior não pode ser maior do que nas políticas de ampliação do número de vagas e de qualificação do preenchimento delas, uma vez que, novos processos seletivos aumentam a demanda por matrículas, a qual, somente será atendida a contento se a oferta de vagas aumentar de forma, no mínimo, proporcional. Não há democratização de acesso enquanto o critério adotado for o de excluir para adequar-se à oferta.

À guisa de uma conclusão, a superação das desigualdades é uma preocupação constante nas 20 (vinte) metas do PNE em vigência até o ano de 2024. Dentre essas metas, a classificada como número 12, estabelece o aumento, tanto bruto, quanto líquido das taxas de matrículas na educação

superior, o que significa dizer um aumento qualiquantitativo, ou seja, garantir um maior número de acesso, mais plural e conectado com uma trajetória acadêmica exitosa.

Sobre essa terceira garantia, diretamente relacionada com a estratégia 12.3 - “elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90% (noventa por cento) [...]” (BRASIL, 2014 -, incidem as políticas de permanência e assistência estudantil como estratégias que se antecipam ao (in)sucesso acadêmico daquele que, apesar de ter acessado a graduação, depende de um conjunto de ações que o conduzam ao tão almejado diploma de um curso superior.

Por fim, como metodologia de orientação para essas políticas, este artigo propõe as tabelas de acompanhamento discente da procedência escolar à saída do curso superior, as quais podem ser aperfeiçoadas e adaptadas às realidades das instituições de ensino superior como estratégia de se conhecer o perfil do acadêmico antes, durante e após o processo de evasão, com base nos dados e nas informações referentes à turma de ingresso, à forma de acesso, à modalidade (cotista ou não cotista), à área de conhecimento, ao curso, ao *campus*, à naturalidade, à procedência escolar (pública ou privada), à forma de saída, ao período em que se deu a evasão e, principalmente, o que parece ser a principal lacuna nas tabelas construídas: o detalhamento dos reais motivos que levaram um acadêmico a pedir desistência, abandonar o curso e/ou se enquadrar num dos casos previstos como geradores de cancelamento de matrícula pela normativa institucional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Daniel Cardoso. Acadêmicos indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência no Ensino Superior: Uma análise da Política de inclusão adotada pela Universidade Estadual do Sudeste da Bahia (Uesb). **Revista Diversidade e Educação**, V. 7, p. 121-150, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9038>. Acesso em: 17 jun. 2021.

ALVES, Daniel Cardoso; BRITO, Marta Lorena Lima. Permanência estudantil e autonomia universitária: a questão do SiSU no contexto de uma universidade estadual do interior da Bahia. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 26, p. 24-44, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/MVPgpXsdkF3xNNpSGcRfMSL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2021.

BAHIA. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). **Cursos de Graduação**. Disponível em: <http://www2.uesb.br/cursos-de-graduacao/>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BAHIA. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2013 a 2017**. Disponível em: <http://www2.uesb.br/pdi/arquivos/PDI-UESB-2013-2017.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BAHIA. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). **Regimento Geral**. Disponível em: http://www2.uesb.br/transparencia/uploads/arquivos/ANEXO_REGIMENTO_UESB.pdf. Acesso em: 17 dez. 2017.

BAHIA. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). **Resoluções**. Disponível em: <http://www2.uesb.br/transparencia/resolucoes/consu>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BAHIA. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). **Editais**. Disponível em: <http://www2.uesb.br/editais/>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BARROS, R. et al. Determinantes do desempenho educacional no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 1-42, abr. 2001.

BLAU, P.; DUNCAN, O. D. **The American occupational structure**. New York: Wiley, 1967.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. O racismo da inteligência. In: _____. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003. p. 277-281.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: Notas Estatísticas 2017**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017notas_estatisticas2.pdf/. Acesso em: 20 dez. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 20 dez. 2017.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jun. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 20 dez. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/523064/desigualdade+de+acesso+%c3%80+educa%c3%87% c3%83o+superior+no+brasil+e+o+plano+ nacional+de+educa%c3%87% c3%83o/0977f6b9-281d-48df-aeb2-2e5942dc26d6?version=1.2>. Acesso em: 20 dez. 2017.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 20 dez. 2017.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf. Acesso em: 20 dez. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 dez. 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Metodologia de Cálculo dos Indicadores de Fluxo da Educação Superior**. Diretoria de Estatísticas Educacionais. Brasília, DF: 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2017/metodologia_indicadores_trajetoria_curso.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRITO, M. M. A. de. **A dependência na origem: desigualdades no sistema educacional brasileiro e a estruturação social das oportunidades**. 2014. 270 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BUENO, José Lino Oliveira. A evasão de acadêmicos. **Paidéia**. Ribeirão Preto. n. 5. p. 9-16, 1993.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo, Edunesp, 2001.

COIMBRA, Camila Lima; SILVA, Leonardo Barbosa e; COSTA, Natália Cristina Dreossi. A evasão na educação superior: definições e trajetórias. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, Brasil, v. 47, p. 19, 2021. DOI: 10.1590/s1678-4634202147228764. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022021000100713&tlng=pt. Acesso em: 17 jun. 2021.

COLEMAN, J. et al. **Equality of educational opportunity**. Washington, DC: US Department of Health, Education and Welfare, 1966.

COLLARES, A. C. The expansion of higher education in Brazil between 1982 and 2006: disentangling age, period and cohort effects. **Population Review**, v. 52, n. 2, p. 19-48, 2013.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, A. S. Acesso de negros às universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 247-268, mar. 2003.

HOVDHAUGEN, Elisabeth; KOTTMANN, Andrea; THOMAS, Liz. **Dropout and Completion in Higher Education in Europe** - Literature Review. Luxemburg: Publications Office of the European Union, 2015. DOI: 10.2766/023254. Disponível em: http://publications.europa.eu/resource/cellar/da39a984-a230-11e5-b528-01aa75ed71a1.0001.01/DOC_1. Acesso em: 17 jun. 2021.

HUNT, F. **Dropping out from school: a cross country review of literature**. United Kingdom: Centre for International Education, School of Education, University of Sussex, 2008. (Create Pathways to access Research Monograph, n. 16).

LEWIN, K. M. **Improving access, equity and transitions in education: creating a research Agenda**. United Kingdom: Centre for International Education, School of Education, University of Sussex, 2007. (Create Pathways to access Research Monograph, n. 1).

LEWIN, K. M. **Taking targets to task revisited: how indicators of progress on access to education can mislead**. United Kingdom: Centre for International Education, School of Education, University of Sussex, 2011. (Create Pathways to access Research Monograph, n. 54).

LIMA JUNIOR, Paulo; BISINOTO, Cynthia; MELO, Nilce Santos De; RABELO, Mauro. Taxas longitudinais de retenção e evasão: uma metodologia para estudo da trajetória dos estudantes na educação superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 27, n. 102, p. 157–178, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362019000100157&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 17 Jun. 2021.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. pdf>. Acesso em: 15. Jul. 2018.

MELLADO, Felipe René Munizaga; ORELLANA, María Beatriz Cifuentes; GABRIE, Andrés Jacob Beltrán. **Retención y Abandono Estudiantil en la Educación Superior Universitaria en América Latina y el Caribe: Una Revisión Sistemática**. education policy analysis archives, Phoenix, USA, v. 26, p. 61, 2018. DOI: 10.14507/epaa.26.3348. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/ojs/article/view/3348>. Acesso em: 17 jun. 2021.

PRATES, A. A.; COLLARES, A. C. **Desigualdade e expansão do ensino superior na sociedade contemporânea**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

RAFTERY, A.; HOUT, M. Maximally maintained inequality: expansion, reform, and opportunity in Irish education, 1921-75. **Sociology of Education**, Albany, v. 66, n. 1, p. 41- 62, 1993.

RIBEIRO, C. C.; CENEVIVA, R.; BRITO, M. M. Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960 a 2010. In: ARRETCHE, M. (Org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Ed. Unesp, 2015. p. 79-108.

RIBEIRO, Renato. Janine. **A Universidade e a vida atual – Fellini não via filmes**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

RISTOFF, D. I. **Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior**. Florianópolis, Insular, 1999.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**-V.8, N.2 ago/dez.2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035/8876>. Acesso em: 17 jun. 2021.

SOARES, J. F.; COLLARES, A. C. Recursos familiares e o desempenho cognitivo dos acadêmicos do ensino básico brasileiro. Dados: **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 615-481, 2006.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

WITTE, K. D. et al. A critical review of the literature on school dropout. **Educational Research Review**, n. 10, p. 13-28, 2013.

RESENHA – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS: Uma Introdução Aos Conceitos E Técnicas, Paulo de Martino Jannuzzi

Leonardo Barbosa e Silva¹

É inegável a natureza aplicada das reflexões acerca das políticas públicas, em geral, e do monitoramento e da avaliação (M&A), em específico. Esta natureza faz ser comum que as obras teóricas do campo tragam consigo uma dimensão da tecnicidade, despertando o interesse de quem reflete e de quem aplica. Parece ser esta a atração também gerada pelo livro *Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas*, a obra mais recente de Paulo de Martino Jannuzzi.

Jannuzzi tem construído uma trajetória pouco comum que combina reflexão teórica e prática governamental. Servidor público lotado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sua produção acadêmica é referência nacional quando se trata do uso de indicadores sociais (JANNUZZI, 2001, 2002, 2020, 2016), mas desempenhou importante papel de gestor público quando dirigiu a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério de Desenvolvimento Social, responsável, dentre outras coisas, pelo monitoramento e avaliação do Programa Bolsa Família. Os pés assentados em duas canoas, a da produção teórica e a da gestão pública, pode ter sido a condição determinante para que ele tenha conseguido escapar a algumas armadilhas (quatro, para ser mais preciso) comuns ao campo em que se encontra. Este seria o primeiro mérito do trabalho.

Uma primeira armadilha é representada pelo uso enfadonho e pouco aplicável de modelos teóricos com origem na ciência política dos Estados Unidos. A ortodoxia no campo das públicas consolidou uma produção assentada na multiplicação de modelos teóricos baseados em realidade

¹ Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia (1999), mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003 e 2008). Foi Pró-reitor de Assistência Estudantil da UFU, secretário nacional e coordenador nacional do Fórum de Pró-Reitores de Assistência Estudantil (FONAPRACE/ANDIFES). Participou da coordenação da IV e V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (ANDIFES). Atualmente é professor da Universidade Federal de Uberlândia, vinculado no Instituto de Ciências Sociais, unidade que dirigiu de março a novembro de 2020. No mesmo instituto coordena o Núcleo de Sistema Político e Políticas Públicas (NUPP) e o Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas Públicas (OPP). Atua no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. Hoje coordena pesquisas sobre evasão, retenção e perfil discente nas instituições federais de ensino superior. Tem experiência na área de Sociologia e Ciência Política, com ênfase em Estado Brasileiro e Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: reforma administrativa, reforma do Estado, neoliberalismo, evasão e retenção no Ensino Superior, perfil dos graduandos das universidades federais e assistência estudantil.

do norte político. Modelos de difícil aplicação em realidades diversas e construídos com grandes doses de management e poucas doses de teoria social. Assim, justamente por não serem tão sensíveis teoricamente à análise do tecido social específico em que se inserem as políticas públicas, a ortodoxia recorrentemente oferece um instrumental de pouca ancoragem social. Ou seja, são obras que emprestam um enorme ferramental de mensuração de resultados, nalguma medida, descurando da relevância social que a própria política deveria possuir. Seus relatórios revelam variações em resultados, indicam melhorias ou retrocessos, mas, dificilmente, jogam luz sobre a importância que a política tem para aquela sociedade. Os resultados tornam-se fins em si mesmos.

Avançando um pouco mais, tem-se a segunda armadilha, também enfadonha, a qual a obra se livra. Aquela diz respeito à submissão da Leitura sobre avaliação e monitoramento de políticas públicas à matriz da Nova Gestão Pública (NGP). A gestão pública brasileira tem se transformado em um terreno fértil para este tipo de leitura. Desde meados dos anos 1990, a *New Public Management*, corrente teórica de administração pública alinhada aos preceitos de enxugamento da máquina estatal, tornou-se hegemônica. Sua sanha para quantificar, modelar, enxugar, terceirizar e privatizar, empurrou a burocracia para uma forma reduzida de monitoramento e da avaliação de suas ações, programas e políticas. Nos últimos vinte anos, além das prateleiras de livros e disciplinas universitárias, esses temas saltaram para dentro da rotina da burocracia, sobretudo em âmbito federal. Em comparação com outros países, deve-se reconhecer que se trata de um salto atrasado, o que lhe dá contornos ainda imaturos. Não raro, parte da burocracia ainda não consegue alocar o monitoramento e a avaliação para além da dupla dimensão: controle do gasto e controle interno da gestão pública, secundarizando as dimensões de relevância, aprendizado organizacional e controle social.

Justamente como deságue da segunda, tem-se a terceira armadilha. A ortodoxia torna absolutamente recorrente a incumbência à avaliação e ao monitoramento da missão de responder de forma, simplesmente, gerencial aos desafios de uma política pública. Hiperbolizam os critérios de eficiência, eficácia e efetividade (com menor ênfase para este último), entretanto descuram dos critérios de sustentabilidade e relevância social. De forma geral, pode-se associar esta armadilha à hegemonia fiscalista que se abate sobre os Estados nacionais e escolas de governo, hegemonia esta que deveria ser mais regularmente confrontada pelos exames de seus resultados.

A quarta, e última, armadilha diz respeito ao reducionismo dos métodos e técnicas de pesquisa social. Para monitorar e avaliar programas é necessário mobilizar um ferramental que permita fazer juízos sobre os processos ou os resultados. É muito comum que o ferramental se reduza, na verdade, a uma ou duas ferramentas. O fato de empreender o monitoramento e a

avaliação a poucos métodos e técnicas, quando não um único, deveria causar espanto pois a riqueza dos resultados, sobretudo em países continentais, de enorme diversidade e desigualdades, parece automaticamente clamar por um juízo baseado em múltiplas dimensões dos mesmos resultados. E múltiplas dimensões, por óbvio, exigem múltiplas ferramentas. O que Jannuzzi propõe avança para a combinação de métodos e técnicas não exclusivistas, com grande capacidade dialógicas e respeitante da complexidade social sob análise. Isto se choca com a ortodoxia que faz movimentos apologéticos dos chamados “padrões ouro” de avaliação de políticas públicas. A reflexão sobre metodologias de pesquisa social aplicadas à avaliação de políticas públicas, sobretudo acatando a ideia de combinação de instrumentos, faz com que seu livro tenha méritos pouco comuns nas obras do campo científico em que se insere.

Ainda na trilha dos méritos da obra, quem a lê tem a confirmação de que desfrutou de um texto que cumpre o que promete. Trata-se, realmente, de um estudo de entrada, introdutório e didático. Aliás, o didatismo da escrita lhe confere a ambientação necessária para quem chega ao tema pela primeira vez. Não obstante sirva a quem é apresentado ao tema, também o serve a quem já traz alguma bagagem. O fio condutor da obra é o uso do Mapa de Processos e Resultados, técnica que permite agregar várias técnicas. Ela permite que o programa social em execução ou executado seja dissecado, admitindo a quem o monitora ou o avalia perceber a multiplicidade de resultados. A técnica convida para uma abordagem sistêmica, atentas às sinergias internas dos vários processos. Neste momento, a leitura encontrará importantes explicações sobre o uso de pesquisa social na prática do M&A. São apresentadas as abordagens quanti e qualitativas, bem como o uso das pesquisas bibliográficas e documentais, da etnografia, das meta-avaliações e das pesquisas de campo (grupos focais, observação, entrevistas), entre outras.

Jannuzzi usa o Mapa de Processos e Resultados para levar pela mão o (a) leitor (a) a visitar as definições importantes, tais como os próprios programas sociais, o Ciclo de Políticas Públicas, o Monitoramento e a Avaliação, bem como seus sistemas. Para neófitos, a apresentação tende a ser encantadora. Para mais experimentados (as), é recheada de lições importantes sobre os compromissos axiomáticos do M&A, vinculados às melhores práticas republicanas, casadas com o referenciamento social. É aqui que a obra atinge seu ápice no enfrentamento daquilo que se está chamando de ortodoxia, esta é a grande lição do texto.

Seguramente, como em qualquer obra, há limites em seu conteúdo. Nesta rápida resenha se trará à tona um que importa em si e importa dentro do próprio comprometimento social evidenciado no livro. Nota-se uma menor ênfase ao reforço do aspecto participativo associado ao M&A, ou seja, no seu papel no controle social.

O Brasil tem uma trajetória exitosa na implementação dos mecanismos de participação. Desde a Constituição de 1988 se constituiu o arcabouço jurídico necessário para aprofundar a participação popular na gestão pública, principalmente por meio de conselhos de políticas públicas. Chamo aqui a atenção para este aspecto que, a meu ver, extrapola a própria abordagem feita por Farah e Ceneviva (2007) quando associam a avaliação ao *accountability*.

Monitoramento e Avaliação, além de todos os aspectos acertadamente ressaltados por Jannuzzi, tornam-se também fontes inestimáveis de informação para a sociedade civil. Em que pese o léxico técnico que requer tratamento para ser comunicável, é fundamental que os relatórios sejam acessíveis também a agentes não necessariamente estatais. Assim, para além de permitir o aprendizado institucional e o aperfeiçoamento das próprias políticas para que sejam relevantes socialmente, o M&A podem ser ferramentas importantes para que movimentos e associações se apropriem das informações necessárias para também refinar a forma e o conteúdo da participação, para se recolocar no cenário político, para melhorar a representação da sociedade civil e encaminhar de forma mais acertada as demandas populares.

Em rápida síntese, esta resenha acredita que se deva saudar a obra. Ainda que com propósito introdutório, assumiu a importante tarefa de ancorar o monitoramento e a avaliação nas águas do compromisso social, afastando-os da zona de conforto ortodoxa que tende a submeter processos e resultados à unicidade da lógica fiscal.

REFERÊNCIAS

CENEVIVA, Ricardo; FARAH, Marta Ferreira Santos. O papel da avaliação de políticas públicas como mecanismo de controle democrático da administração pública. *In*: GUEDES, Álvaro Martins; FONSECA, Francisco (org.). **O controle social da administração pública**. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 129–156.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 1. ed. Campinas: Editora Alínea, 2001. Disponível em: <http://pesquisa.bvs.br/brasil/resource/en/lil-655569>. Acesso em: 5 abr. 2017.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 36, n. 1, p. 51–72, 2002. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/17618978/1442698949/name/Jannuzzi.pdf>.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de Programas Sociais em uma perspectiva sistêmica, plural e progressista: conceitos, tipologias e etapas. **AVAL - Revista de Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, Brasil, v. 4, n. 18, p. 38–61, 2020. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/aval/article/view/61649/162643>. Acesso em: 19 mar. 2021.

JANNUZZI, Paulo De Martino. Indicadores para avaliação sistêmica de programas sociais: o caso Pronatec. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 27, n. 66, 2016. DOI: 10.18222/ae.v27i66.4168.